



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO BILÍNGUE



JENNIFER WELTE NEVES RANGEL

O Tradutor Intérprete de Libras no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos: Olhares e Vivências, o Bilinguismo em Pauta.

Rio de Janeiro
Novembro/2022

JENNIFER WELTE NEVES RANGEL

O Tradutor Intérprete de Libras no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos: Olhares e Vivências, o Bilinguismo em pauta.

Dissertação apresentada ao Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sara Moitinho

Rio de Janeiro
Novembro/2022

FICHA CATALOGRÁFICA

R196t Rangel, Jennifer Welte Neves.

O tradutor intérprete de Libras no curso de pedagogia bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos : olhares e vivências, o bilinguismo em pauta / Jennifer Welte Neves Rangel. — 2022.

129f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Sara Moitinho.


Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Educação Bilíngue)—Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 2022.

JENNIFER WELTE NEVES RANGEL


O Tradutor Intérprete de Libras no Curso de Pedagogia Bilingue do Instituto Nacional de Educação de Surdos: Olhares e Vivências, o Bilinguismo em pauta

Dissertação apresentada ao Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 SARA MOITINHO DA SILVA
Data: 13/02/2023 10:15:22-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr^a. Sara Moitinho da Silva - PPGEB/INES
Instituto Nacional de Educação de Surdos

Documento assinado digitalmente
 ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO
Data: 13/02/2023 10:25:36-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr^a. Ana Regina e Souza Campello- PPGEB/INES
Instituto Nacional de Educação de Surdos

Documento assinado digitalmente
 LUIZ CLAUDIO DA SILVA SOUZA
Data: 14/02/2023 18:46:37-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr^o Luiz Claudio da Silva Souza
Universidade Federal de Goiânia -UFG

Aprovada em: 29/11/2022

Dedico este trabalho a Deus, autor e consumidor da minha fé. O início, o meio e fim de tudo. Porque Dele, Por Ele e para Ele são todas as coisas. Glória a Deus, pois Ele é bom em todo o tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus, a razão de eu chegar até aqui. Como diz o louvor da cantora Aline Barros: “Celebrarei a ti oh Deus com meu viver, cantarei e contarei as tuas obras, pois por tuas mãos foram criados, terra, céu e mar e todo o ser que neles há. Toda a terra celebra a ti, com cânticos e júbilos, pois Tu és o Deus criador. A honra, a glória, a força e poder ao Rei Jesus.” Minha chegada até aqui tem o objetivo de declarar a bondade de Deus, assim como em Gênesis 1.1 nos diz que a terra era sem forma e vazia e do nada Deus criou tudo, assim é a minha vida acadêmica. Com a bagagem da escola pública, com poucas peças para montar este quebra-cabeça que é a vida acadêmica, residindo lá no extremo do bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, morando a 3 horas do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Deus cria do nada o tudo. Assim como não havia nada nesta terra que hoje pisamos os pés e hoje vemos belas árvores, flores e pássaros, assim Deus fez na minha vida, colocou perspectiva onde não havia, assim como deu asas aos pássaros, deu asas a minha imaginação para sonhar em realizar este mestrado. A minha existência tem por finalidade contar os grandiosos episódios que esse grande Deus faz por pequenas pessoas. “Mas Deus escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias; e Deus escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes. E Deus escolheu as coisas vis deste mundo e as desprezíveis, e as que não são para aniquilar as que são; para que nenhuma carne se glorie perante Ele.” 1 Coríntios 1: 27-29.

Agradeço ao meu esposo Vitor, que sempre foi meu grande incentivador, outro motivo pelo qual Deus foi bondoso comigo, ainda que vivesse por mil anos não teria como agradecer por esse mimo que Deus me deu.

Agradeço aos meus pais, meu alicerce, o chão que me sustenta. Meu pai, Paulo Sérgio, meu grande mestre, que me ensinou a amar o melhor livro do mundo, a Bíblia. Me ensinou a ter empatia, a humildade, o perdão e a resistência.

Agradeço à minha mãe, Claudia, minha rainha, que não viu as barreiras para alcançar meus sonhos, ela sempre viu possibilidades, não enxergava a distância, só solicitava que eu avançasse que o restante seria garantido. Mãe, você me ensinou a ser determinada.

Agradeço aos meus irmãos, Marcos Paulo e Geraldo, a quem amo incondicionalmente, que sempre estiveram ao meu lado, ter irmãos é uma dádiva de Deus.

A minha orientadora Sara Moitinho, minha parceira, por sua paciência e incentivo em todos os momentos de construção deste trabalho.

Aos amigos e intérpretes Suzana, Raquel, Sully, Bia, Karina e Ruan, referências que Deus me deu e companheiros de jornada.

Agradeço a prima Tamara, professora de português e inglês, que prontamente atendeu meu pedido em realizar a revisão do Português de todo o meu trabalho e a realizar a tradução do resumo para o inglês, minha eterna gratidão.

Agradeço aos surdos, minha grande admiração diária!

RESUMO

A presente pesquisa tem como proposta inicial dialogar sobre a Educação Bilíngue de surdos e o trabalho do profissional Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa no Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos. A regulamentação da Lei 12.319/10, que trata do reconhecimento da profissão do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILSP), trouxe a luz questões que já aconteciam na sala de aula, com atravessamentos da ação pedagógica do profissional diante das demandas dessa profissão e, principalmente sobre o tema em questão: o tradutor intérprete de língua de sinais no ensino superior, tema ainda pouco abordado no âmbito acadêmico. Sendo assim, o objetivo fulcral da pesquisa é refletir e analisar sobre a educação bilíngue e as experiências e percepções dos tradutores intérpretes de Libras. Desse modo, buscou-se compreender a atuação dos TILSP no exercício dessa atividade no Ensino Superior, através de seus relatos e de suas experiências com estudantes universitários surdos, docentes e toda a comunidade acadêmica, assim como, a perspectiva do Bilinguismo no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos. O presente estudo buscou fundamentar em pesquisadores da área da educação de surdos, tais como: Lacerda (1996; 2010; 2011), Pagura (2013; 2015), Quadros (1997; 2004, 2019,.) entre outros. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos de pesquisa a entrevista semiestruturada, além de um roteiro e um questionário que foi aplicado aos Tradutores Intérpretes de Libras participantes da pesquisa. Pesquisamos 10 Intérpretes de Libras do Curso de Pedagogia do INES. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, são muitos os desafios profissionais, contudo alguns avanços já foram conquistados. Dentre os desafios podemos ver a atuação do Tradutor Intérprete de Libras, que foi concursado em nível de ensino médio, mas atua no ensino superior dada a complexidade do trabalho e as inúmeras demandas que este ensino exige do profissional. Dentre os avanços podemos destacar o avanço das legislações e a valorização da educação bilíngue; podemos perceber que os intérpretes buscaram formação e identificamos que 90% dos entrevistados possuem ensino superior concluído e com pós-graduação *latos-sensu* e *stricto-sensu*. Constatamos outros avanços em nosso Departamento de Ensino Superior- DESU -, tais como: a produção de materiais didáticos bilíngues, a elaboração de comunicados oficiais, editais de vestibular, Manuais, Regimentos, aulas bilíngues com os conteúdos traduzidos e materiais didáticos produzidos pelos docentes na língua portuguesa e traduzido pelos intérpretes para a Libras, ofícios e informes bilíngues por escrito e em vídeos em libras. Professores passaram a utilizar a Libras nas aulas, nas orientações dos trabalhos de TCC, dissertações e com isso, estão contribuindo para o fomento do Bilinguismo e o avanço da Educação Bilíngue no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Palavras-chave: Educação Bilíngue; Intérpretes de Libras; Tradutores de Língua de Sinais e Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The present research has as its initial proposal to dialogue about the Bilingual Education of deaf people and the work of the professional Translator Interpreter of Libras and Portuguese Language in the Pedagogy Course of the National Institute of Deaf Education (NIDE). The regulation of Law 12.319/10, which deals with the recognition of the profession of the Language Interpreter Translator (LIT), brought issues that were already happening in the classroom to light, crossing the professional's pedagogical action in the face of the demands of this profession and, mainly on the subject in question: the sign language interpreter translator in Higher Education, a topic that has not yet been addressed in the academic scope. Therefore, the main objective of the research is to reflect about and analyze bilingual education and the experiences and perceptions of Libras interpreters. In this way, we sought to understand the LIT performance in this activity in Higher Education, through their reports and experiences with deaf university students, teachers and the entire academic community, as well as the perspective of Bilingualism in the Higher Education Department of the National Institute of Deaf Education. The present study sought to base itself on researchers in the scope of deaf education, such as: Lacerda (1996; 2010; 2011), Pagura (2013; 2015), Quadros (1997; 2004, 2019), among others. The methodology used was qualitative research, using as research instruments the semi-structured interview, in addition to a script and a questionnaire that was applied to Translators and Interpreters of Libras participating in the search. We researched 10 Libras Interpreters from the NIDE Pedagogy Course. The results of this research showed that there are many professional challenges, however some progress has already been made. Among the challenges we can see the performance of the Translator Interpreter of Libras, who was employed at the High School level, but works in Higher Education due to the complexity of the work and the numerous demands that this work requires from the professional. Among the advances, we can emphasize the advance of legislation and the valorization of bilingual education; we can see that the interpreters sought training and we identified that 90% of the interviewees have completed higher education and with lato-sensu and stricto-sensu postgraduate courses. We note other advances in our Department of Higher Education (DHE), such as: the production of teaching bilingual materials, the elaboration of official statements, public entrance exams, Manuals, Norms, bilingual classes with translated content and teaching materials produced by the teachers in Portuguese and translated by the interpreters into Libras, written letters and bilingual reports and videos in Libras. Teachers started to use Libras in classes, in the orientation of Final Papers, dissertations and, with that, they are contributing to the promotion of Bilingualism and the advancement of Bilingual Education in the Bilingual Pedagogy Course at the National Institute of Deaf Education.

Keywords: Bilingual Education; Libras interpreters; Language Translators of Signs and Portuguese Language

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGITE	ASSOCIAÇÃO DE TRADUTORES INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CAP	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CP	CONSELHO PLENO
CPA	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
COVID	CORONA VÍRUS DISEASE
DEBASI	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DESU	DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
DESUP	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DORT	DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO
DOU	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
EAD	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ENEM	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
ES	ENSINO SUPERIOR
IE	INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA
ILS	INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
INES	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
ISERJ	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
FENEIDA	FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS
FENEIS	FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS
FIOCRUZ	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

GI	GUIA-INTÉRPRETE
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
LBI	LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO
LIBRAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
NDE	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
NEO	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ONLINE
PDI	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PEJA	PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PACTE	PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA E AVALIAÇÃO
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PROLIBRAS	PROGRAMA NACIONAL PARA A CERTIFICAÇÃO DE PROFICIÊNCIA NO USO E ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS E PARA CERTIFICAÇÃO DE PROFICIÊNCIA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS/ LÍNGUA PORTUGUESA
SESU	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TILSP	TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS/PORTUGUÊS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tipos de Educação Bilíngue.....	32
Figura 2 – Tipos de Bilinguismo	34
Figura 3 – Propostas de bilinguismo para os não surdos	35
Figura 4 – Propostas de Educação Bilíngue	38
Figura 5 – Sala de tradução do Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	54
Figura 6 – Sala de aula de interpretação do Instituto Nacional de Educação de Surdos	54
Figura 7 – Parte da frente do Instituto Nacional de Educação de Surdos	69
Figura 8 – Frente do Departamento de Ensino Superior.....	72
Figura 9 – Foto da primeira turma do Mestrado Profissional de Educação Bilíngue	73
Figura 10 – Sala dos Tradutores Intérpretes de Libras do INES	77
Figura 11 - Comunicado em Libras	115
Figura 12 – Atividade do mestrado realizada em Libras	116
Figura 13 – Vídeos internos realizados em Libras.....	116

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	121
Apêndice B – Questionário.....	122
Apêndice C – Entrevista com os intérpretes não surdos.....	124

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Edições do Prolibras	50
QUADRO 2 - Roteiro das entrevistas.....	81
QUADRO 3 – Informações do Concurso público / Ano 2012	85
QUADRO 4 – Informações do Concurso público / Ano 2013	86
QUADRO 5 - Matriz curricular.....	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Perfil dos Participantes.....	78
--	----

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Perfil dos Tradutores Intérpretes	117
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1– APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE	26
1.1 Reflexões iniciais acerca da Educação de Surdos e da Educação Bilíngue: o que podemos apreender e compreender	26
1.1.1 A importância da Educação Bilíngue no Contexto da Educação de Surdos.....	27
1.2 A Língua Brasileira de Sinais e suas Nuances	29
1.3 Tipos de Educação Bilíngue e tipos de Bilinguismo	32
1.4 O Bilinguismo e a Diglossia	36
1.5 Propostas de Bilinguismo	38
1.6 A importância da Lei n° 14.191/2021 para o contexto da Educação Bilingue	40
CAPÍTULO 2 - OS FATORES QUE PERMEIAM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS.....	42
2.1 Formação profissional.....	47
2.2 Traduzindo e Interpretando.....	51
2.3 Atribuições e desafios profissionais.....	55
2.4 A qualidade de vida do intérprete em pauta: Questões físicas e emocionais	58
2.5 É necessário mais de um intérprete?.....	60
2.6 O tradutor intérprete de Libras na Educação Bilíngue.....	62
CAPÍTULO 3 - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	65
3.1 Natureza da Pesquisa	65
3.2 A entrada no campo	67
3.3 Apresentação do campo: O Curso de Pedagogia Bilingue do Instituto Nacional de Educação de Surdos	68
3.3.1 A História do Curso de Pedagogia do INES	70
3.4 Sujeitos da pesquisa	74
3.4.1 Perfil dos participantes.....	78
3.5 Roteiro das entrevistas com os Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa ..	81
CAPÍTULO 4 - BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO INTÉRPRETE NO INES E ANÁLISE DOS DADOS DOS ENTREVISTADOS	83
4.1 Breve panorama histórico em que os tradutores intérpretes de Libras estão inseridos.....	84
4.2 Eixo temático A: Qualificação profissional	88
4.3 Eixo temático B: Desafios Profissionais	93
4.3.1 A complexidade da matriz curricular do Curso Bilíngue de Pedagogia a ser interpretada	101
4.4 Eixo temático C: Visões do Bilinguismo utilizado no INES.....	104
4.5 Eixo temático D: Possíveis Estratégias para o DESU exercer o bilinguismo	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
APÊNDICES	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO: Minha trajetória profissional e acadêmica

Esta pesquisa teve como motivação as minhas experiências como tradutora intérprete de Libras no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos, no município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Entretanto, minhas reflexões iniciaram bem antes disso, quando no meu ingresso na graduação de Serviço Social, em 2006. Os conteúdos e discussões ali ministrados me permitiram olhar para o mundo com outros olhos. Através das aulas, com as explanações dos professores acerca das teorias sociais, muita coisa fora do lugar fez sentido. A partir dali compreendi que nada deve ser naturalizado ou banalizado, pois por trás de cada discurso social existe uma perspectiva de mundo, uma intencionalidade.

A partir disso, meu primeiro contato com a Libras foi no ano de 2008, quando fiz estágio na empresa Furnas Centrais Elétricas, na área de Serviço Social, que ofereceu um curso de Libras aos funcionários e, como estagiária, tive a oportunidade de participar. Porém, a duração do curso foi somente de 3 meses e, ao finalizar o estágio, percebi que o contato com a Língua de Sinais deixou um desejo de continuar a estudar e conhecer essa temática de forma teórica e prática. A partir dessa experiência no estágio, o tema de minha monografia foi buscar entender e compreender a inserção do surdo no mercado de trabalho.

No ano de 2010, meu pai me informou que estava havendo um curso de Libras em sua igreja e eu me inscrevi. Daí em diante começou meu contato direto com a comunidade surda e a Libras. Neste período, conheci uma Assistente Social Surda em uma palestra na UERJ, que trabalhava na Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos (FENEIS), e a perguntei se poderia conhecer a Instituição que ela trabalhava. Ela prontamente me respondeu que sim, porém, com sua agenda ocupada, foi difícil conseguir ir à Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos (FENEIS). Após algumas tentativas, consegui ir à Instituição e conhecer o trabalho que a Assistente Social Surda desenvolvia ali. Para a minha surpresa, a empresa estava à procura de uma Assistente Social e o meu objetivo era apenas conhecer o trabalho da profissional, mas naquela visita fui entrevistada, passei na entrevista e a partir dali iniciei minha caminhada profissional como Tradutora Intérprete de Língua de Sinais na Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos alocada na Fiocruz, na qual estava inserida no Projeto Social em que 170 surdos trabalhavam.

Em 2011, mesmo ao trabalhar como Assistente Social, inscrevi-me no Prolibras, a prova de proficiência em Língua de Sinais para obter a certificação de tradutora intérprete de Libras e obtive êxito.

Em 2012, ingressei na Pós-Graduação Lato Sensu de Libras da UFRJ, em busca de maior conhecimento das pessoas surdas, entretanto minha perspectiva ainda não era como tradutora e intérprete de Libras, e sim como Assistente Social.

Em 2013, eu tive minha primeira experiência como Tradutora Intérprete em ambiente escolar, na Escola Municipal Baltazar Lisboa, com crianças surdas que cursavam a primeira etapa do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.

No início de 2014, trabalhei no Centro de Referência da pessoa com deficiência, e no mês de novembro do mesmo ano iniciei meu trabalho no Instituto Nacional de Educação de Surdos como servidora pública, e fui lotada no Departamento de Ensino Superior, local em que interpreto as aulas de forma simultânea no curso de Pedagogia Bilíngue até os dias atuais.

E a partir dessas experiências, vivências e práticas, comecei refletir sobre o tema “o Profissional Tradutor Intérprete de Libras” , buscando entender as práticas e as ações pedagógicas que são desenvolvidas e construídas na relação com os alunos surdos, alunos ouvintes, docentes ouvintes e surdos no ambiente de uma sala de aula.

Sendo assim, ao ingressar na primeira turma do Mestrado Profissional Bilíngue, em 2020, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, as reflexões se aprofundaram para além do que somente presencio como profissional, permitindo-me refletir sobre questões que já faziam parte de meu cotidiano de trabalho no Departamento de Ensino Superior.

Foram nas aulas da disciplina obrigatória do Mestrado da professora Doutora Tanya Amara Felipe: “*Educação Bilíngue para Surdos*” que passei a teorizar minha prática profissional e a arrazoar sobre a seguinte temática: *O Tradutor Intérprete de Libras no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos: Olhares e Vivências Profissionais, o Bilinguismo em pauta*, objeto desta dissertação

Na presente pesquisa, apresento algumas considerações e discussões juntamente com os autores que pesquisam sobre a educação bilíngue, educação de surdos e o intérprete de Língua de Sinais no interior da sala de aula, buscando dialogar com as ações e práticas e, também, com as demandas, com as tensões, conflitos e os questionamentos que se apresentam a partir dessa prática. Dirijo o meu olhar numa perspectiva de buscar refletir *a educação bilíngue para surdos* como uma narrativa primordial para que, de fato, essa educação seja real

no espaço acadêmico. Pretendo construir o meu texto com um diálogo com os tradutores intérpretes para entender o saber fazer em sua prática diária.

Contudo, a minha reflexão se insere num movimento de expansão dos recursos e objetos de análise, inscrevendo nesse universo de falas, imagens e práticas enquanto elemento de compreensão do cotidiano acadêmico como um local onde ativamente se produzem e se criam significados sociais, gerando possíveis desgastes. Assim, se propõe analisar como são construídas as relações bilíngues, os saberes e as práticas no contexto de um curso de Pedagogia que forma professores surdos e ouvintes em uma prática bilíngue.

Logo em seguida, debruçei-me na bibliografia sobre questões do bilinguismo, educação de surdos, o tradutor intérprete, tais como Felipe (2012), Quadros (2019), Nogueira (2019), Lacerda (2009), Magalhães (2007), Santiago (2016), Fernandes (2003), Skliar (1997). Karnopp (2021), Campello (2014, 2019), dentre outros, e surgiram-me alguns questionamentos: Qual a percepção dos tradutores intérpretes de sua prática profissional? Quais são as práticas que podem ser adotadas para que o Departamento de Ensino Superior se desenvolva enquanto ambiente bilíngue? Quais os desafios, avanços e conquistas dos profissionais e do Departamento de Ensino Superior?

A partir dos questionamentos, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo geral

- ✓ Identificar e analisar as percepções dos tradutores intérpretes de Libras e suas práticas e ações no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos e, a partir dos referenciais, desenvolvido um E-book com apontamentos sobre a Educação Bilíngue.

Objetivos Específicos

- ✓ Identificar e descrever as percepções dos profissionais tradutores intérpretes de Libras e Língua Portuguesa no Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos acerca de seu fazer profissional;
- ✓ Analisar as percepções dos profissionais tradutores intérpretes de Libras e Língua Portuguesa no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos acerca de seu fazer profissional, a partir dos referenciais teóricos selecionados;

- ✓ Abordar os tipos de bilinguismo;
- ✓ Pontuar estratégias metodológicas para a Educação Bilíngue;
- ✓ Identificar as práticas bilíngues no Departamento de Ensino Superior do INES;
- ✓ Construir pressupostos e orientações sobre Educação Bilíngue que possam orientar as práticas dos profissionais tradutores intérpretes de Libras e Língua Portuguesa.

Relevância da Pesquisa

A política educacional inclusiva, principalmente sobre o tema educação de alunos surdos, vem se fortalecendo como um movimento mundial, sobretudo a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990. A partir dessa Conferência, foi criada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, considerada um dos principais documentos mundiais a respeito da Educação. Seu texto firma compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais.

Assi, busca-se a garantia de necessidades básicas de aprendizagem para todos e a tomada de medidas que garantam a igualdade de acesso à educação a todas as pessoas, envolvendo toda e qualquer diferença que o indivíduo possa ter como parte integrante do sistema educativo.

Quatro anos depois, o compromisso com a Educação Inclusiva voltou a ser discutido na Declaração de Salamanca, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO, em 1994. Nessa conferência foi ressaltada a importância da inclusão de todos os alunos, de terem acesso a escolas regulares e inclusivas dentro de uma Pedagogia centrada no aluno, baseada em suas diferenças e diversidades linguísticas, cujos princípios e diretrizes básicas para as reformas das políticas e sistemas educacionais, de acordo com o movimento de uma Educação efetiva, que combata atitudes discriminatórias criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando uma Educação para Todos. (UNESCO, 1994, p.1).

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que é a Lei máxima da educação brasileira, responsável por regulamentar todo o sistema educacional, tanto o público quanto o privado, desde a educação infantil até ao ensino superior.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) reafirma o direito à educação, que já havia sido estabelecido na Constituição Federal 1988 (BRASIL, 1988), assim, o direito à educação pública e de qualidade para todos, respaldada nos princípios de

liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, segundo seu Art. 2º. (BRASIL,1996)

Em seu Art. 59, a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) garante aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades; exige também professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Em 2014 é aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE - LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014). No seu Art. 1º afirma que o Plano Nacional de Educação – PNE - tem como vigência por 10 (dez) anos e institui 10 diretrizes para seu cumprimento e 20 metas e várias estratégias que serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE.

A Meta 4 do atual PNE (BRASIL, 2014) tem como proposta primordial universalizar a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Podemos perceber que para a concretização dessa meta 4, serão necessárias algumas estratégias, como a lei do PNE (BRASIL2014) bem apresenta. É na estratégia 4.7 que vai afirmar sobre a garantia da oferta da educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), (BRASIL, 2005) e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

Na estratégia 4.13 do PNE (BRASIL, 2014) firma o compromisso de apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guia-

intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

Podemos notar uma preocupação com a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Em 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No Art. 27 na LDB 9394 (BRASIL, 1996) afirma que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

No Capítulo IV ressalta sobre a oferta de educação bilíngue em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

No Art. 28 e no § 2º ressalta sobre a disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Recentemente, foi alterada a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), na qual foi instituída a modalidade de Educação bilíngue para surdos, qual a seja a Lei nº 14.191 2021 - sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Com isso, a presente pesquisa se justifica devido à necessidade de realização de alterações no ambiente acadêmico para que a proposta bilíngue seja posta em

prática a fim de atender a todas as bases legais aqui mencioandas. Questões, tais como: de que forma se dá a circulação das línguas no Departamento de Ensino Superior do INES? Como os conteúdos curriculares que os Tradutores Intérpretes interpretam está estruturada? Houve avanços com relação ao Bilinguismo no Departamento? Dentre tantas outras questões. Para tanto, entrevistamos intérpretes de Libras atuantes no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos e analisamos suas respostas.

Estrutura a dissertação

Essa dissertação está estruturada em 4 (quatro) capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, apresentaremos apontamentos sobre a Educação Bilíngue, verificando seu Estado da Arte. Referindo sobre sua base legal, rememorando um pouco da história da Educação de Surdos, abarcando a importância da Educação Bilíngue no contexto da Educação de Surdos, mencionando as identidades surdas, o Bilinguismo e a diglossia, a Educação de Surdos enquanto parte integrante da Questão Social e a importância da Lei n ° 14.191/2021 (BRASIL, 2021).

No segundo capítulo, abordamos os fatores que permeiam o exercício profissional do Tradutor Intérprete de Libras; focamos na sua formação profissional, enfatizando de que forma e em quais anos foram instituídos os Prolibras, a prova de proficiência em Libras, com todas as suas edições. Além de destacar do que se trata a Tradução e Interpretação e seus objetivos, trazendo à tona as atribuições, desafios, afetos de desafetos da profissão. Apontamos ainda a qualidade de vida do intérprete em pauta, sobre suas questões físicas e emocionais, a necessidade de revezamento entre os Tradutores Intérpretes e o tradutor intérprete de Libras na Educação Bilíngue

No terceiro capítulo, apresentamos as estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa, que teve como base a coleta de dados com dez (10) profissionais Tradutores Intérpretes de Libras do Curso Bilíngue de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de surdos. A presente pesquisa foi submetida e aprovada ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Nacional de Educação de Surdos. As entrevistas foram realizadas individualmente, com o contato direto, pessoal e de forma aberta. Além disso, nesse capítulo também apresentamos o campo de pesquisa e a apresentação do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES.

No quarto capítulo, expomos sobre um breve panorama histórico do Intérprete no INES e análise dos dados dos entrevistados, contextualizando os concursos públicos de seu ingresso, apontando que o primeiro concurso público ocorreu no ano de 2013 e o segundo, no ano de 2014.

A pesquisa apresenta 4 eixos temáticos, quais sejam: no primeiro eixo temático abordamos a qualificação profissional; no segundo eixo temático discutiremos sobre os desafios profissionais, enfatizando a complexidade da matriz curricular do Curso Bilíngue de Pedagogia a ser interpretada. No terceiro eixo temático serão enfatizadas as visões do Bilinguismo utilizada no INES; no quarto eixo temático apresentaremos as possíveis estratégias para o Desu exercer o Bilinguismo e, por último, apresenta os avanços, práticas e ações bilíngues desenvolvidas pelo Departamento de Educação Superior.

As considerações finais contextualizam as discussões das análises apresentando aspectos que poderiam contribuir para os aspectos bilíngues. O tradutor e intérprete de Libras passa por experiências formativas que o constituem e que merecem ser investigadas, valorizadas e sistematizadas, o que se busca fazer a partir dessa pesquisa, que não encerra a necessidade de aprofundamento sobre esse tema tão relevante.

CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível".
(CHARLES CHAPLIN)

O presente capítulo tem por objetivo trazer reflexões acerca da Educação Bilíngue no contexto da Educação de Surdos. O objeto do estudo é a Educação Bilíngue no Curso de Pedagogia do INES, portanto, torna-se necessário iniciarmos com este capítulo, expondo sobre os conceitos de bilinguismo, educação de surdos e educação bilíngue, pois queremos partir do lugar social que ocupamos e que nos permite ver as demandas de acordo com as perspectivas guiadas e gestadas no campo empírico, ou seja, a partir do local da pesquisa, partindo da realidade observada no cotidiano da prática pedagógica com os referidos intérpretes.

Assim sendo, este capítulo estará organizado a partir dos seguintes eixos, primeiramente apresentaremos pequenas reflexões iniciais sobre educação bilíngue, logo após abordaremos a Língua Brasileira de Sinais e suas nuances. Em seguida, relataremos uma breve explanação sobre a importância da Educação Bilíngue no contexto da Educação de Surdos e a Educação de Surdos como parte integrante da questão social. Além disso, faremos apontamentos sobre os tipos de Educação Bilíngue e os tipos de bilinguismo, o Bilinguismo e a diglossia, as propostas de Bilinguismo e a importância da Lei n° 14.191/2021 (BRASIL, 2021).

1.1 Reflexões iniciais acerca da Educação de Surdos e da Educação Bilíngue: o que podemos apreender e compreender

A busca por uma educação de surdos e bilíngue já são temas debatidos por muitos autores que pesquisam sobre a educação de surdos a partir de sua própria língua, cultura e identidade KARNOPP, (2021), STROBEL (2006), QUADROS, (2019), SKLIAR (1998), CAMPELLO (2014, 2019), MONTEIRO (2018), assim como qual seria a utilização do método mais adequado para o ensino e a aprendizagem no campo da educação bilíngue para surdos.

A educação bilíngue para surdos tem sido tema de grandes debates e questionamentos. Afinal, o que é bilinguismo? A utilização de duas línguas contempla tal conceito?

Não aspiramos conceituar o termo, mas tentar encontrar um sentido, uma direção que corrobore com uma Educação de Surdos que incentive de fato o processo de ensino aprendizagem, que colabore com a aprendizagem ativa e significativa para os alunos surdos.

Destacamos este ponto, para que genuinamente a pessoa surda tenha acesso a aprendizagem e não apenas reproduzindo as informações que recebe ou apenas um copista.

Para Quadros (2019) as definições de bilinguismo variam muito, pois segundo a autora há muitas formas de ser bilíngue. Segundo Quadros, o bilinguismo para surdos é uma proposta educacional que tem como objetivo tornar acessível para o aluno surdo a aprendizagem de duas línguas que visa o desenvolvimento social, cultural e cognitivo em diálogo com as duas línguas, quais sejam: a língua de sinais e a língua portuguesa na modalidade escrita.

Para Quadros (2019), a educação bilíngue para surdos precisa ser constituída como um ponto de partida para uma discussão política sobre as mudanças pedagógicas, refletindo sobre as identidades surdas, relações de poder e conhecimentos entre surdos e não surdos, o currículo, o projeto pedagógico da escola, dentre outros.

Assim, segundo Skliar (1998), a educação para surdos ainda é um tema marcado por polêmicas e conflitos devido ao conceito da inclusão, que é um tanto quanto obscuro, somado à falta de profissionais qualificados que sejam fluentes em língua de sinais e que tenham identificação e comprometimento com a cultura surda. Não é o suficiente simpatizar-se com a língua de sinais, é preciso respeitar e compreender a cultura surda.

1.1.1 A importância da Educação Bilíngue no Contexto da Educação de Surdos

A Educação Bilíngue no contexto da Educação de Surdos é permeada por diversos paradoxos. De acordo com Campello & Resende (2014), a Educação Bilíngue busca uma política educacional que contemple os anseios dos discentes surdos, que considere as lutas sociais da pessoa surda. A Educação Bilíngue não concerne apenas à utilização de duas línguas, mas almeja que, desde a mais tenra idade, a criança surda tenha a possibilidade de adquirir sua identidade linguística.

De acordo com Karnopp, Klein & Lazzarin (2021, p.3,4) “As escolas de surdos são consideradas os lugares mais importantes para a construção da identidade e do imaginário coletivo das pessoas surdas – são consideradas o berço da cultura surda.” A partir disso, a compreensão da centralidade da cultura surda no contexto da Educação bilíngue.

Karnopp, Klein & Lazzarin (2021, p.3, 17) trazem alguns apontamentos com relação à Educação Bilíngue:

(...) A escola mostra-se como lugar de compartilhamento e de diálogo sobre as ‘coisas do mundo’; As escolas de surdos estão marcadas pelo uso da visualidade, pela

interação em Libras e pela vivência da cultura surda; (...) A educação de alunos surdos é eficaz quando parte de um ensino bilíngue; (...) Há necessidade de formação de professoras bilíngues para atuarem em contextos escolares de educação de surdos; (...) Há carência de profissionais surdos (professores e funcionários) nas escolas; (...)

Deste modo, as escolas de surdos estão imersas pelo uso da visualidade, pela interação em Libras e vivência da cultura surda. Observamos ainda que a educação de surdos é eficaz quando parte de um ensino bilíngue, apontando a necessidade de formação de professores bilíngues e a inserção de profissionais surdos.

Portanto, identificamos que a Educação bilíngue passa por diversos atravessamentos, assinalando a importância também da formação de professores para bilíngues, a produção de materiais didáticos, dentre outros.

Tartuci (2015) ainda destaca que 90% das crianças surdas brasileiras tem pais ouvintes e que o acesso a Libras ocorre tardiamente; desse modo, a autora expõe que a Educação bilíngue e o acesso a Língua de Sinais desde a Educação infantil é fundamental.

A língua tem o papel de comunicar, mas não tem apenas o foco na comunicação, pois é por meio dela que o sujeito desenvolve conceitos sobre o mundo e sobre si mesmo:

Nessa proposição, para que seja viabilizada a implementação de propostas educacionais que considerem a condição linguística dos surdos em uma perspectiva multicultural, são necessários investimentos como a formação de educadores surdos; a presença de profissionais surdos que dominem a língua de sinais e a língua majoritária; o envolvimento das comunidades de surdos, e ainda o enfrentamento de questões ligadas a aquisição da língua de sinais, principalmente por parte das crianças surdas, dos familiares de surdos e da comunidade escolar. (TARTUCI, 2015, p. 55)

Assim sendo, a Educação bilíngue precisa considerar a condição linguística dos surdos em uma perspectiva multicultural.

Ao refletir acerca da Educação Bilíngue para surdos, Skliar (1998) afirma que o bilinguismo não é uma combinação de recursos, expondo que temos a sensação de que o termo bilinguismo diz tudo, mas, ao mesmo tempo, não diz nada acerca da educação para surdos. Por um lado, propõe afirmar a existência de duas línguas na vida dos surdos, o que diz tudo, mas não diz nada, pois por trás dessas línguas há culturas, formas de ver o mundo, instrumentos cognitivos, conteúdos culturais, dentre outros, que geralmente não são reconhecidos. A questão da identidade dos surdos é um eixo fundamental a se considerar. Havendo a necessidade de estabelecer temas culturais, difundir a língua de sinais, gerar um processo de plena participação dos surdos como cidadãos, gerar ações para que compreendam a profissionalização e o mundo.

É preciso considerar que a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua da pessoa surda e a Língua Portuguesa como segunda língua em sua modalidade escrita; porém, em muitos casos, a criança surda chega à escola sem uma língua adquirida em seu contexto familiar, sem compreender de que forma ocorre o mundo ao seu redor, somente com bocas que se batem sem sentido. Tendo em vista que 95% das pessoas surdas possuem familiares ouvintes - portanto sem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e sem ter transmitido os conhecimentos básicos de mundo ao seu familiar surdo. O ambiente educacional, portanto, tem sido um divisor de águas na vida da pessoa surda ou apenas tem reproduzido a ideia de que o surdo não aprende, o surdo é incapaz, o surdo é deficiente? Tem refletido sua língua, seu modo de ser, suas experiências visuais e seu mundo?

1.2 A Língua Brasileira de Sinais e suas nuances

Quadros (2019) expõe que a Língua Brasileira de Sinais é a língua usada no Brasil pelas comunidades surdas em todo o território nacional, sendo uma língua visual-espacial. Tal língua se utiliza do corpo, das mãos, dos espaços e da visão para ser produzida e percebida; as palavras, as sentenças e os sentidos da Libras são produzidos por meio das mãos, do corpo e da face dentro do espaço à frente do sinalizante.

Ainda segundo a autora, é uma língua que é dotada de todos os níveis de análise linguística, quais sejam:

- ✓ Unidades mínimas ('fonemas'), que se combinam para formar palavras;
- ✓ Padrões prosódicos;
- ✓ Suas palavras se combinam para formar enunciados;
- ✓ Os enunciados apresentam proposições que podem ser analisadas do ponto de vista semântico, pragmático;
- ✓ Seus usos apresentam questões de ordem sociolinguística. (QUADROS, 2019, p. 25-26)

Deste modo, a Libras é conferida de todo o status linguístico. Muito difundida ainda enquanto linguagem, contudo, vemos que é uma língua:

Linguagem é um termo para se referir às diferentes manifestações de comunicação dos seres humanos. Termo ainda usado para se referir à língua de sinais: 'Linguagem de Sinais' ou 'linguagem de surdos'. No entanto, quando aplicado às línguas de sinais, o termo parece tirar o status de língua das línguas de sinais. É um equívoco utilizar o termo 'linguagem' ao se referir às línguas de sinais. As línguas de sinais e as línguas faladas são formas de linguagem. O problema é se referir as línguas de sinais como 'linguagens de sinais' com o sentido de tirar-lhes o atributo de língua. A estranheza

causada entre os surdos é a mesma caso usássemos o termo para nos referir às línguas faladas: a linguagem portuguesa. (QUADROS, 2019, p. 33)

O autor Cristiano (2018) aponta que a Língua Brasileira de Sinais é constituída por cinco parâmetros formativos da Libras, a saber: a configuração de mão, o ponto ou local de articulação, o movimento, a orientação/direcionalidade e a expressão facial e/ou corporal. A configuração de mão refere-se à posição dos dedos; o ponto ou local de articulação mostra-nos onde o sinal pode ser realizado, tocando uma parte do corpo ou a ser realizado no espaço neutro. No movimento, identificamos que alguns sinais são estáticos e outros possuem movimento (se a mão se movimenta de forma circular, alternada, ambas as mãos, dentre outros). A orientação/direcionalidade aponta para qual direção a palma da mão é orientada e a expressão facial e/ou corporal, também chamados de componentes não manuais, que incluem o uso de expressões faciais, linguagem corporal, movimento da cabeça, dentre outros.

De acordo com Karnopp et al (2021), a educação de surdos, ao se tornar objeto de pesquisa, é compreendida como um campo discursivo que traz à luz diferentes temáticas, tais como: cultura, experiência visual, artefatos da cultura surda, currículo, espaços de ensino e aprendizagem e a Libras.

De acordo com Lyons (apud QUADROS, 2006, p.14), a linguagem é um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não. Sendo a linguagem qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa, incluindo a própria língua. Já a língua é tratada como um sistema. Neste sentido, a língua e a linguagem podem ser compreendidas em dois níveis: o nível biológico, fazendo parte da faculdade da linguagem humana e o nível social, ao interferir na expressão humana final:

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (QUADROS, 2006, p. 15 apud QUADROS e KARNOPP, 2004, p.30)

Ao refletir sobre as línguas compreendemos que a Libras, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL,2002), como meio legal de comunicação e expressão:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação

e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1)

Neste sentido, a Libras se configura enquanto uma língua, como um sistema linguístico que possui uma estrutura gramatical própria. Contudo, em seu Art. 4, Parágrafo único institui que a Língua Brasileira de Sinais não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Buscando o reconhecimento político da surdez como diferença.

Assim sendo, é de extrema relevância a coexistência das duas línguas no cotidiano tanto escolar, quanto acadêmico:

A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, caracteriza-se aqui o contexto bilíngue da criança surda. (QUADROS, 2006, p. 16)

Portanto, torna-se essencial o aprendizado da língua portuguesa em sua modalidade escrita, caracterizando assim o bilinguismo.

É importante compreender que a linguagem contribui para a organização do pensamento, caso a criança surda não seja exposta desde a mais tenra idade a língua, existe a possibilidade de determinados limites que não provêm da criança surda:

Os problemas cognitivos e comunicativos da criança surda não provêm da criança, mas do meio social em que ela está inserida, onde raros ou inexistentes são os contatos com os fluentes da Língua de Sinais, inviabilizando a maturação linguística e seus desdobramentos na criança surda. Para Vygotsky (1984 apud NADER, 2010), a ausência de língua torna o desenvolvimento cognitivo de qualquer ser humano inviável. (MONTEIRO et al, 2018, p. 57)

Portanto, a ausência de uma língua torna o desenvolvimento cognitivo de um ser humano inviável. Considerando que 95% das crianças surdas nascem em famílias de pessoas ouvintes, é preciso estimular o processo de aquisição da linguagem da criança surda. A relevância de se compreender a surdez como uma diferença linguística, e não como falta, estimula as potencialidades da pessoa surda, tornando-se protagonista de sua história.

Logo, a escola torna-se um espaço linguístico fundamental, pois frequentemente é o primeiro espaço em que a criança surda tem contato com a língua de sinais. A partir disso, Monteiro et al (2018) afirmam que a Educação Bilíngue é uma proposta de ensino que busca disponibilizar o acesso às duas línguas tanto no contexto social como no escolar. Na qual, a

partir do aprendizado da primeira língua, se passa para o ensino da segunda língua, como podemos acompanhar:

No ideário bilinguista, as crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na Língua de Sinais, sejam os pais, os professores ou outros. Assim, por meio da imersão na língua, essas crianças vão adquirir recursos para se constituir como sujeitos sociais, aprimorar suas inteligências afetivas e demais cognições. (MONTEIRO ET AL, 2018, p. 55)

Neste sentido, ao abordar a Educação de surdos, *a priori*, devemos considerar que as pessoas surdas são inteiramente capazes de escrever sua própria história, de serem protagonistas de suas ações e não que outros escolham seus caminhos, como diz a célebre frase: nada sobre nós, sem nós.

1.3– Tipos de Educação Bilíngue e tipos de Bilinguismo

Para darmos início aos tipos de bilinguismo recorreremos primeiramente ao conceito definido por Megale (2019) que conceitua a Educação Bilíngue em dois grandes domínios, quais sejam: um voltado para alunos das classes dominantes, e o outro para grupos minoritários. Para os alunos das classes dominantes se direciona uma Educação Bilíngue elitista, objetivando o aprendizado de um novo idioma, conhecer outras culturas ou se preparar para estudar no exterior. Com relação a Educação Bilíngue para grupos minoritários se refere a comunidades socialmente desprovidas, como os indígenas.

Por este motivo, mencionamos no tópico anterior que a Educação se trata de questão social.



Figura 1 – Tipos de Educação Bilíngue

Ao nos referirmos a Educação Bilíngue de grupos minoritários, precisamos considerar alguns aspectos relevantes para utilização de tal conceito. Carecemos problematizar do que realmente se tratam os grupos minoritários. Caminhamos na busca de desconstruir os contrastes binários, neste caso a oposição maioria (ouvinte) / minoria (surda). Estamos acostumados a descrever os surdos como minoria linguística, ou seja, um número reduzido de pessoas que se utiliza da Língua de Sinais, que, por isso, participam precariamente da vida da sociedade majoritária. Com relação a isso, Skliar nos traz alguns dados importantes:

Jones e Pullen (1992) estimam que, na Inglaterra, há cinquenta mil surdos que utilizam a linguagem de sinais britânica – BSL -, quase a mesma quantidade que a de pessoas que utilizam o galês como primeira língua. Deveriam, pois, ser compreendidas como duas minorias iguais; porém, as formas de organização políticas e educativas em torno delas são, de saída, bem diferentes; e essa diferença imposta entre minorias melhores e piores, e eu se qualifica – e não se quantifica – o que é minoritário.

Por outro lado, é sábio que a linguagem de sinais norte-americana – ASL – é a terceira língua de maior uso dentro dos Estados Unidos. Mas terá essa língua o mesmo status social, acadêmico e linguístico que o espanhol, o chinês ou o francês? Dar-se-á que o linguisticamente mais utilizado em determinado país seja também o politicamente mais reconhecido? (SKLIAR, 1998, p.49)

Neste sentido, torna-se claro que o termo minoria não se refere a quantidade de pessoas que utilizam determinada língua, mas quantifica qual língua tem mais valor social; o reconhecimento da língua está ligado a como ela é politicamente reconhecida. O autor ainda menciona que:

E não faltam exemplos em que a oposição maioria (ouvinte) / minoria (surda) perde sua força. Sacks (1999) narra o fato de que na ilha Martha's Vineyard, em

Massachusetts, todos, surdos e ouvintes, usavam até pouco tempo atrás a linguagem de sinais, mesmo quando a proporção de surdos era infinitamente menor. Ferreira-Brito (1993) descreve os índios Urubus-Kaapor do Brasil, uma comunidade que, embora majoritariamente ouvinte, utiliza uma linguagem de sinais minoritária. (SKLIAR, 1998, p. 49)

Concluimos então que, não se trata de quantidade de pessoas que se utilizam da língua, mas de uma assimetria de poder.

Dito isto, vemos em Felipe (2012), que precisamos distinguir tais conceitos, quais sejam:



Figura 2 – Tipos de Bilinguismo

Ainda segundo Wei (2000 apud MEGALE, 2019, p.20), o autor estabelece o conceito de bilíngue equilibrado (ou balanceado, simétrico ou total), se referindo ao indivíduo que possui conhecimento equivalente em suas línguas, entretanto, o indivíduo bilíngue utiliza as línguas em contextos diferentes, e este conceito foi questionado, como vemos a seguir:

O bilíngue – não o idealizado, mas o de verdade – não exhibe comportamentos idênticos na língua X e na língua Y. A depender do tópico, da modalidade, do gênero discursivo em questão, a depender das necessidades impostas por sua história pessoal e pelas exigências de sua comunidade de fala, ele é capaz de se desempenhar melhor em uma língua do que na outra – e até mesmo de se desempenhar em apenas uma delas em certas práticas comunicativas. (MAHER, 2007, p. 73 APUD MEGALE, 2019, p.20)

Portanto, não existe o bilíngue ideal, apenas o real. Para definirmos os tipos de Educação Bilíngue, torna-se importante tratarmos de alguns conceitos essenciais para pensarmos a Educação de Surdos, de acordo com Felipe (2012), tais como: a primeira língua – L1, que é a primeira língua adquirida, mais forte ou mais utilizada; a segunda língua – L2, a língua mais fraca, aprendida após a primeira língua ou de menos uso; língua materna: é a primeira língua aprendida em casa; língua de instrução: é a língua veicular utilizada como meio de comunicação e transmissão de conhecimentos curriculares e língua preferida, que é de escolha pessoal ou coletiva da língua que tem maior competência linguística ou língua patrimonial, compreendendo a língua como o patrimônio de um povo.

Dito isto, iremos distinguir os bilinguismos primário, secundário, receptivo e produtivo, conforme vemos abaixo:

“(...) bilinguismo primário, quando duas línguas são adquiridas naturalmente; bilinguismo secundário, quando a segunda língua é aprendida formalmente e bilinguismo receptivo e produtivo. O primeiro acontece quando apenas são desenvolvidas competências linguísticas para ouvir e ler; o segundo, quando, além dessas competências, são desenvolvidas outras competências linguísticas que permitem falar e escrever.” (FELIPE:2012, p.3 APUD BAKER, 2006)

Deste modo, é preciso diferenciar cada tipo de bilinguismo, pois muitas vezes o indivíduo consegue ler e compreender a língua, mas tem dificuldades em se expressar e manter um diálogo, se enquadrando no bilinguismo receptivo.

Holossi (2019) expõe ainda que existem definições utilizadas para definir as propostas de bilinguismo para os ouvintes, na qual há um questionamento se seria empregue para os surdos, quais sejam: o bilinguismo coordenado, no qual a criança constrói dois sistemas, tornando-se bilíngue, como um bom tradutor. O bilinguismo composto, no qual as duas línguas são aprendidas em um mesmo contexto, não tendo a habilidade de distinguir as diferenças conceituais das duas línguas, com uma condução monolíngue. O bilinguismo aditivo, no qual os indivíduos são bilíngues por escolha, acreditando ser um enriquecimento cultural, buscam o aprendizado de outra língua, com a qual geralmente não vivem ou trabalham e a sua língua materna é de uso primário. O bilinguismo subtrativo ou substitutivo, em que o aprendizado de uma segunda língua pode se tornar um risco de perda de identidade, pessoas que acham que precisam aprender a outra língua para sobreviver, na qual sua língua étnica não é a língua de prestígio ou a nacional. O bilinguismo igual ou equilibrado, como já mencionado e, por último, o bilinguismo desigual ou dominante, em que as relações entre as línguas é um tipo de subordinação é primordial para o outro.

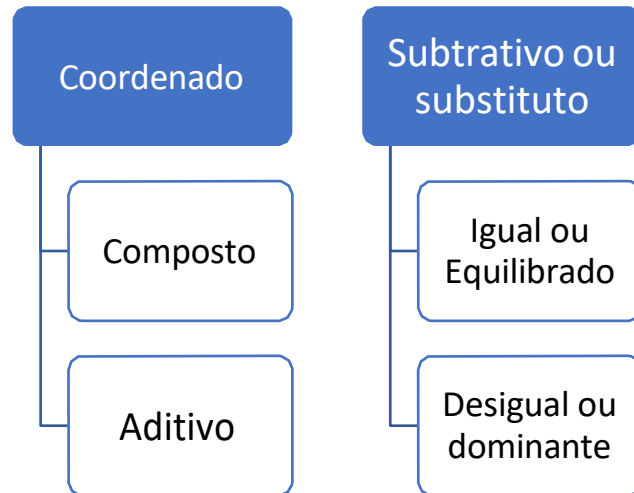


Figura 3 - Propostas de bilinguismo para os não surdos

Dito isto, vemos que a língua significa poder e que as relações sociais em que o bilinguismo está inserido recebe total influência do meio social em que está inserido.

1.4 O Bilinguismo e a diglossia

Já constatamos a importância da Educação Bilíngue, ressaltando que o Bilinguismo, como proposta educacional, teve início na década de 1980. Quadros (2006) aponta que as línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos, de acordo com a proposta da escola. Segundo Felipe (2012), o Bilinguismo é um fenômeno que pode ser analisado a partir de diversos atores sociais, como a partir do indivíduo, da família e da comunidade local.

O Bilinguismo é a capacidade de um indivíduo ou de uma população que utiliza corrente e alternadamente duas línguas diferentes, coexistência de duas línguas. O Bilinguismo é a habilidade de falar, ler, escrever e compreender duas línguas com eficiência. Podemos verificar que, o aprendizado de uma língua envolve diversos fatores: aspectos linguísticos, emocionais, sociais, motores, cognitivos, motores, ambientais etc., todos esses fatores influenciam no processo de aquisição de uma língua. O desenvolvimento da primeira língua se dá de forma natural e espontânea, associada à necessidade de a criança socializar, expressar seus desejos e suprir suas necessidades. Já o aprendizado de segunda língua ocorre de forma diferente, pois depende da idade em que vai aprender, o quanto que usa a língua, o interesse, o período de exposição da língua, dentre outros fatores.

Afinal, o que é ser bilíngue? Muitas pessoas passam anos estudando uma segunda língua, dedicam tempo e dinheiro e mesmo assim não se sentem confortáveis e seguros o suficiente para se expressarem na segunda língua; fazem cinco anos ou mais de curso de idioma e mesmo assim não se tornaram bilíngues. Por isso, não é fácil conceituar o bilinguismo; entretanto, é consenso que o bilíngue é capaz de se expressar com clareza nas duas línguas. O indivíduo é considerado bilíngue quando se sente seguro para se expressar nas duas línguas em diversos contextos.

O Bilinguismo envolve relações de poder, ideologias e questões de políticas educacionais em uma sociedade que tem o português como sua língua majoritária.

Ferreirinha & Raitz (2010) afirmam que a etimologia da palavra poder vem do latim vulgar *potere*, que significa “autoridade”. Expressando o sentido de uma ação que exprime força, persuasão e controle. Os autores contextualizam tal sentido sob a análise de Foucault, ao apontar que:

“Nessa perspectiva, pode-se entender a partir do autor por poder uma ação sobre ações. Foucault discorre que as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina: “mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (Foucault, 2008:149). É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados. Diante do triângulo demonstrado por Foucault, poder — direito — verdade, e das passagens em que ele remete ao aparelho de Estado, a figura, por meio de recurso analógico, compara-o ao triângulo do tripé da sociedade, Estado – mercado – sociedade civil. (FERREIRINHA & RAITZ, 2010, p.5)”

Sob esta perspectiva, vemos que as relações de poder podem ser postas pelas Instituições, tratando-se de relações referentes a opressor-oprimido; identificando sujeitos, atuando sobre outros sujeitos. Neste sentido, podemos observar que a Língua de Sinais está inserida em tais relações de poder, na busca por seu reconhecimento, e não por sua invisibilidade. Por muitos anos a Língua Brasileira de Sinais não foi considerada língua, mas apenas gestos, devido à supremacia da fala, na qual o imperador Justiniano, em 529 A.C, criou uma lei que não permitia aos surdos celebrar contratos, elaborar testamentos e possuir propriedades e herança, apenas os surdos que falavam obtinham tais direitos.

Tais consequências históricas repercutem até os dias atuais, em que os surdos ainda são chamados de mudinhos, ainda são vistos como incapazes e coitadinhos pelo viés assistencialista, considerando que o assistencialismo não é um direito social, pois, em tal concepção, os indivíduos “ajudam” quando querem ou podem, não sendo nada estabelecido por lei, e no direito social é dever do Estado promover e garantir tal direito. Portanto, a supremacia

da fala é concebida atualmente, na qual a Educação Bilíngue para Surdos é permeada por relações de poder, sendo assim, as línguas não estão em relação de igualdade, mas se estabelece o Bilinguismo diglótico. Fishman (1995 apud GUEDES, 2005, p.19) nos traz o conceito de Bilinguismo e diglossia; segundo o autor, trata-se de uma língua alta e a outra baixa, dependendo das funções que elas exercem na sociedade. A língua alta é a língua de prestígio, é a língua de poder, desvalorizando socialmente as línguas dominadas. Desse modo, a diglossia faz parte das relações sociais nas quais existe uma desigualdade entre os grupos de falantes: grupos de poder e grupos dominados, na qual a língua baixa é considerada como menor, desprestigiada, assim como vemos abaixo:

Estes podem até desejar conhecer somente a língua ‘alta’, tendo em vista a incorporação de um sentimento preconceituoso sobre a língua da comunidade, sua própria língua. Este desejo leva os falantes ao abandono de sua cultura em virtude da assimilação da cultura dominante. Há, nesse momento o afastamento, o distanciamento da comunidade de fala de seus pares, para integrarem-se a comunidade linguística de poder” (GUEDES 2005, p. 20)

O autor ainda se refere a um jogo de ocupação linguística, conforme vemos abaixo:

O fenômeno diglótico se refere a um jogo de ocupação linguística. Nesse jogo a língua dominante tenta “abocanhar” funções próprias da língua dominada “enfraquecendo-a”, “empurrando-a” para usos e funções cada vez mais restritos e/ou desprestigiados. No limite, este fenômeno pode ocasionar não a manutenção da situação diglótica, por séculos, como advoga Ferguson, mas o desaparecimento mesmo de uma dada língua. (GUEDES:2005, p. 21)

Desse modo, podemos ver que existe um conflito diglótico, contribuindo para o preconceito e apagamento da língua considerada baixa, pela negação da identidade cultural, abandonando sua língua nativa, em que os valores culturais vão perdendo sua razão de ser.

Neste sentido, as relações de poder de que dispõe certo grupo social, legitimam sua língua.

1.5 Propostas de Bilinguismo

De acordo com Felipe (2012), ao se analisar os tipos de propostas bilíngues que estão acontecendo em outros países, se verifica que podem ser fracas ou fortes, conforme modelos que vemos a seguir:

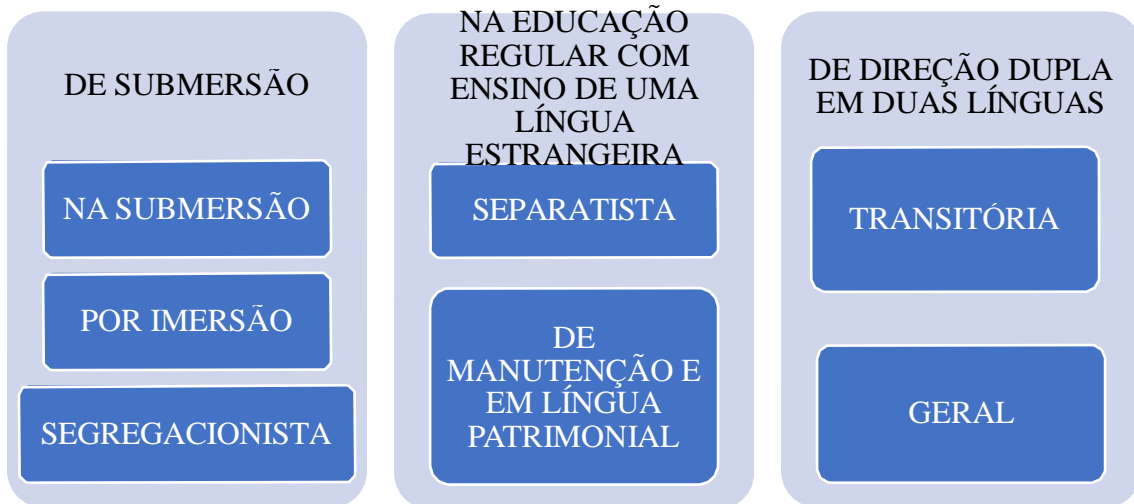


Figura 4 – Propostas de Educação Bilíngue

A proposta Bilíngue de Submersão objetiva a assimilação da cultura dominante e o monolinguismo, na qual os alunos de minoria linguística estudam junto com alunos de língua majoritária em escola regular, mas os professores e nem os alunos de língua majoritária utilizam a língua minoritária; apenas podem usar sua língua se tiverem muita dúvida para entender, gerando stress, baixa autoestima, podendo até gerar evasão. Tal proposta tem sido utilizada em escolas regulares, com inclusão de poucos surdos, onde nem alunos ouvintes nem os professores se comunicam em Libras com os alunos surdos. Na maioria das vezes, a Libras não é a língua de instrução utilizada nem por um intérprete; os alunos surdos tentam se comunicar por Libras ou português, mas seu desempenho em ambas as línguas é incipiente.

A proposta Bilíngue na Submersão com classe de língua separada, os alunos estão na mesma sala misturados e vão para outra sala nas aulas de língua majoritária; os alunos que se retiram podem se sentir inferiores. Os objetivos são os mesmos da proposta anterior.

Proposta bilíngue no Ensino Segregacionista, em que apenas a língua minoritária é utilizada na escola; pode manter um *apartheid*, pois não irá aprender a língua dominante, perpetuando sua exclusão nas decisões políticas.

A proposta de Educação Bilíngue transitória é assimilacionista o ensino inicia a partir da língua materna das crianças até passar a trabalhar apenas a língua majoritária.

Proposta Bilíngue na Educação regular com ensino de uma língua estrangeira, em que apenas uma língua majoritária é ensinada na escola, mas com tempo insuficiente, apenas em um período de uma disciplina, sendo chamada de “alimentação por gotejo”, na qual os alunos não apresentam o mínimo de competência linguística.

A proposta Bilíngue na Educação Separatista visa o monolinguismo em uma língua minoritária, na qual um grupo opta pela autoproteção, rejeitando o pluralismo.

A proposta Bilíngue por imersão tem como objetivo o bilinguismo. Surgiu no Canadá, que é um país bilíngue, em que os pais queriam que eles se tornassem bilíngues.

A proposta Bilíngue de Manutenção e educação bilíngue em língua patrimonial objetiva o bilinguismo pleno, em que as minorias usam sua língua como língua de instrução, fortalecendo suas identidades; as línguas são utilizadas separadamente em dias alternados. Essa escola bilíngue aditiva busca o bilinguismo pleno.

A proposta Bilíngue de direção dupla em duas línguas, se refere à equivalência de alunos que usam a língua minoritária e uma língua majoritária.

A Proposta Bilíngue geral visa ao bilinguismo na educação formal, em que duas línguas majoritárias podem ser trabalhadas como línguas de instrução.

1.6 A importância da Lei n° 14.191/2021 para o contexto da Educação Bilingue

A Lei n° 14.191/2021 (BRASIL,2021) altera a Lei n° 9.394, de 20 dezembro de 1996 (BRASIL,1996) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) vem para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Tal modalidade de educação foi muito reivindicada, pois conforme Skliar (1998), havia um movimento de ruptura entre a educação de surdos e a educação especial, pois esta última situa os surdos, os cegos e outros em um mesmo grupo, não reconhecendo os surdos enquanto múltiplos em suas identidades, raça, gênero, idade, culturas, dentre outros. Os surdos, assim como outros grupos humanos, são definidos apenas por traços negativos, mas ao serem reconhecidos por suas identidades, são reconhecidos enquanto inseridos em complexas relações linguísticas, históricas, sociais e culturais.

Trata-se de reconhecer politicamente a diferença da pessoa surda, ao serem considerados através da diferença, não igualando suas diferenças. Neste sentido, tal lei é de extrema relevância, pois reconhece o respeito à diversidade linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, ofertando na educação escolar a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Prevendo ações tais como:

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdo-cegos, com deficiência

auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas;

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

Deste modo, nos objetivos a que se propõe, a presente Lei busca fortalecer as práticas socioculturais e a Língua de Sinais, desenvolvendo currículos, formação e programas específicos, incluindo conteúdos culturais relevantes aos surdos, além de elaborar e publicar material didático bilíngue. No entanto, ressalta que será ofertada de acordo com o que o estudante decidir, conforme podemos acompanhar:

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas. (BRASIL, 2021)

Reconhecemos, portanto, a importância da presente lei, a ser implementada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, então no próximo capítulo abordaremos as questões relativas as ações profissionais a serem desenvolvidas pelo tradutor intérprete de Libras neste contexto bilíngue do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

CAPÍTULO 2 - OS FATORES QUE PERMEIAM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS

A persistência é o caminho do êxito.
(CHARLES CHAPIN)

Este capítulo tem por objetivo apresentar o panorama da profissão de Tradutor Intérprete de Libras, o sujeito da pesquisa, procurando abordar os aspectos legais em que a profissão está amparada. Sendo assim, podemos perceber que a história do profissional Tradutor Intérprete está intimamente conectada à história da Educação dos surdos.

Lacerda e Gurgel (2011) expõem que, dentre os profissionais que atuam na efetivação de práticas de educação voltadas a pessoas com surdez, destaca-se os tradutores intérpretes de língua de sinais, responsáveis por oferecer a acessibilidade linguística aos surdos que frequentam parte da Educação Básica (da segunda etapa do Ensino Fundamental em diante) e Ensino Superior (ES), interpretando do português para a língua de sinais, e vice-versa, os conteúdos educacionais.

Deste modo, o trabalho em sala de aula é um dos papéis de atuação do tradutor intérprete de Libras, buscando auxiliar o aluno surdo na compreensão de conteúdos acadêmicos. Portanto, o profissional que atua neste espaço é denominado intérprete educacional. Lacerda (2009) afirma que o termo “intérprete educacional” é utilizado em muitos países, tais como Estados Unidos, Canadá, Austrália, dentre outros, diferenciando o profissional intérprete em geral daquele que atua em sala de aula. De acordo com a autora, o profissional não ocupa o lugar do professor ou tem a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula envolve tarefas educativas, levando-o a práticas diferenciadas, já que seu objetivo não é apenas o de interpretar, mas também de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. Nas décadas de 1980 e 1990 aumentaram o número de crianças surdas inseridas em escolas regulares, e conseqüentemente a procura por tradutores intérpretes de Libras; então, o profissional que trabalha em sala de aula realiza a intermediação entre professor/aluno surdo, aluno ouvinte/aluno surdo nos processos de ensino aprendido.

(...) Além dos conhecimentos necessários para que a sua interpretação evite omissões, acréscimos ou distorções de informações de conteúdos daquilo que é dito para a língua de sinais, ele deve estar atento às apreensões feitas pelos alunos surdos e aos modos como eles efetivamente participam das aulas. Muitas vezes, é a informação do IE sobre as dificuldades ou facilidades dos alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem que norteia uma ação pedagógica mais adequada dos professores (PIRES; NOBRE, 2004 APUD LACERDA 2009, p.34).

Logo, sua atuação em sala de aula é de extrema relevância. A autora aponta que a presença do tradutor intérprete de Libras em sala não garante por si só que questões metodológicas sejam consideradas, ou seja, por si só a presença do profissional não garante a plena inclusão do discente surdo em sala de aula. Com isso, verificamos que o tradutor intérprete de Libras atua como educador, atento às dificuldades, na mediação e favorecimento da construção dos conhecimentos. Lacerda (2009) nos mostra que o professor é o responsável pelo planejamento das aulas, pelo desenvolvimento e avaliação dos alunos, porém o intérprete tem vasto conhecimento sobre os alunos surdos e a surdez, podendo colaborar com o professor na sugestão de atividades, indicando processos complicados, buscando a parceria entre professor/intérprete, como podemos acompanhar a seguir:

Assim o trabalho do IE vai além de fazer escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno, ainda que implique solicitar ao professor que reformule sua aula, pois uma tradução correta do ponto de vista linguístico nem sempre é a melhor opção educacional para propiciar o conhecimento, principalmente quando os alunos são crianças ainda em fase de aquisição da Libras. (LACERDA, 2009, p. 35)

A autora aponta ainda que é importante o professor também ter o conhecimento da língua de sinais, como podemos verificar:

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pelo aluno surdo não pode e não deve recair somente para o intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor. A ausência de uma língua comum entre o professor ouvinte e o aluno surdo traz dificuldades para o aluno em relação ao seu desempenho e participação em sala de aula, já que não pode relacionar-se diretamente com o professor, comprometendo a proposta bilíngue. Assim o aluno surdo, muitas vezes, fica desmotivado, não presta atenção no professor (já que ele não sabe Libras) e ao mesmo tempo sente-se desvalorizado, porque o IE (que é sua figura de referência) não é uma autoridade em sala de aula. A Libras precisa circular livremente no espaço escolar, e por isso o professor precisa conhecer Libras. (LACERDA, 2009, p. 35-36)

Assim sendo, é acertado que o professor tenha conhecimento da língua de sinais. A presença de uma língua em comum entre o professor ouvinte e o aluno surdo pode contribuir para que o discente surdo se relacione diretamente com o docente, garantindo a proposta bilíngue, possibilitando maior motivação entre o alunado, estimulando a circulação de duas línguas no espaço acadêmico. Lacerda (2009) ressalta ainda a necessidade de o profissional ter

conhecimentos específicos para que a interpretação seja correspondente com a sua atuação, pois atuar na educação infantil, no ensino fundamental, médio ou superior solicita modos de interpretação distintos.

A partir disto, trazemos reflexões e apontamentos acerca do tradutor intérprete de Libras, indicando que a profissão foi regulamentada recentemente a partir da Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010). Silva (2016) afirma que o movimento político da inclusão esteve mais evidente a partir da década de 1990; todavia, somente a partir de tal Lei, sua presença se tornou obrigatória em escolas públicas e particulares. Destacando ainda que:

(...) o trabalho do intérprete iniciou-se na informalidade das interpretações nas igrejas e em ambientes familiares, e aos poucos passou a ser reconhecido nos ambientes acadêmicos, sendo considerado o profissional responsável pelo processo de tradução e interpretação dos conteúdos pedagógicos. (SILVA, 2016, p.13)

Apenas na década de 1980 o profissional iniciou sua atuação em ambientes assistencialistas e informais, nos quais, em sua maioria, os intérpretes eram familiares ou amigos de surdos que interpretavam de forma voluntária:

Esse tipo de atuação assistencialista estava de acordo com o momento histórico da educação brasileira, já que segundo Fernandes (2007), na década de 1980, as discussões no país para que os alunos com necessidades educacionais especiais pudessem estudar em classes comuns ou escolas especiais, dependendo das condições individuais de cada estudante tornaram-se mais evidentes. À escola não cabia nenhuma ação de modificação de sua estrutura, mas cada aluno devia se adaptar às exigências da instituição educacional em que estava inserido. (SILVA, 2016, p.16)

Desse modo, no movimento de integração, as características linguísticas dos surdos não eram consideradas, e os alunos deveriam se adaptar à escola, e não o contrário. A partir de 1990 que se iniciam as discussões acerca da inclusão. Uma das ações neste sentido foi um encontro que ocorreu em 1994, em Salamanca, na Espanha, com 25 organizações e 88 representantes governamentais, que se reuniram com o objetivo de reafirmar o compromisso do Estado com a Educação. Silva (2016) nos mostra que a partir deste encontro foi escrito o documento com o título de Declaração de Salamanca (1994), na qual uma das metas da educação era a necessidade de implantar o atendimento especial a crianças, jovens e adultos que apresentassem necessidades especiais no sistema regular de ensino:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e educação para todos; além disso, tais escolas devem REVER uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1.)

A partir disso e de várias outras discussões, a educação passa a ser repensada, e passa de um sistema integrador, em que o discente precisa se adaptar à escola, para um sistema inclusivo, no qual a escola precisa criar condições sociais para sua inclusão, como podemos ver:

atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. • adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. • desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. ((DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1,2)

No entanto, até a Constituição de 1988 (BRASI, 1988), a necessidade do tradutor intérprete da língua de sinais para aprendizagem e comunicação do discente surdo ainda não havia sido mencionada; somente a partir da declaração de Salamanca a língua de sinais passou a ser reconhecida em seu parágrafo 19:

(...) Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdocegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.7)

Assim, as políticas educacionais deveriam considerar as diferenças e situações individuais. O movimento chamado de educação inclusiva passou a contemplar uma pedagogia da diversidade; os programas de educação especial que valorizavam a oralidade passaram a perder a sua estima. A partir de então tiveram início as discussões acerca das alterações e mudanças

no sistema de ensino que deveriam ser feitas; no caso dos surdos, o seu direito de ter acesso à educação a partir da Língua de Sinais.

Percebe-se, portanto, que a língua de sinais passou a ser contemplada nos documentos, somente na década de 1990 e que até então o profissional intérprete de língua de sinais não havia sido destacado como alguém fundamental no processo de acessibilidade dos surdos. (SILVA, 2016, p. 19).

Somente em 2000, o intérprete foi mencionado na legislação brasileira pela Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000). Esta lei estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e apresentou outras providências no caso específico dos surdos, como a remoção de barreiras comunicativas no processo de aprendizagem dos surdos nas diferentes etapas da educação. Entretanto, posteriormente, o termo “portador” foi substituído pela terminologia “pessoa com deficiência”, pois a pessoa que porta determinado objeto pode deixar de portar quando queira, não sendo o caso da pessoa com deficiência de uma forma geral.

No capítulo VII, artigo Art. 18, enfatiza que o poder público deveria implementar a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, língua de sinais e de guias intérpretes para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Neste período a Língua Brasileira de Sinais ainda não havia sido reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros. O reconhecimento ocorreu em 2002, através da Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), a qual dispõe que:

Art. 1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

Apesar de reconhecida e conhecida como Lei de Libras, foi regulamentada somente pelo Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), três anos após sua oficialização. O Decreto, em seu capítulo VI, no Art. 22, § II, garante a presença do Intérprete de Língua de Sinais, para acompanhar o aluno surdo por meio da Libras, a saber:

II - Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou

educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras- Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005).

Na esfera Federal, somente em 2010 a Lei 12.319 (BRASIL, 2010) regulamentou a profissão de tradutor intérprete da língua de sinais. Deste modo, até a década de 1980 os intérpretes eram percebidos por seu caráter assistencialista e voluntário. O reconhecimento deste profissional foi fruto dos movimentos sociais que envolveram surdos e intérpretes de todo o país.

(...) pouco ainda se havia discutido nacionalmente a respeito da formação desse profissional. Acreditava-se que frequentar as associações de surdos e conviver com pessoas surdas era suficiente para que o intérprete exercesse suas funções. Ademais, era comum que este profissional não tivesse o conhecimento sobre a estrutura linguística da língua de sinais, assim, esse deveria interpretar da melhor maneira que lhe coubesse, usando o que tinha em seu repertório linguístico (QUADROS, 2004, p.13 apud SILVA, 2016, p. 22).

Sobre sua formação profissional, apenas as exigências de frequentar as associações de surdos e conviver com pessoas surdas seriam adequadas, sendo suficiente para seu repertório linguístico.

Após este breve histórico sobre o contexto social que o profissional está inserido, iremos verificar de que forma se deu sua formação profissional.

2.1 Formação profissional

Com relação à formação profissional do tradutor intérprete de Libras, verificamos que a Lei 12.319 de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), que regulamentou a profissão, situa que a sua formação deve ser realizada ao nível de ensino médio:

Art. 4º - A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
II - cursos de extensão universitária; e
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Vemos com isso que a Lei não prevê grandes exigências com relação à formação acadêmica. Para compreendermos melhor de que forma foi realizada a formação profissional, iremos rememorar como o desenvolvimento da profissão ocorreu. De acordo com Silva (2019) é importante recordar que, no ano de 1977, a comunidade surda, através de movimentos sociais

com a participação de familiares e profissionais ligados à surdez, fundou a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente auditivo), no Rio de Janeiro, porém seus objetivos não se concretizaram com relação às necessidades comunicativas dos surdos.

Em 1987, os surdos votaram em uma assembleia geral e decidiram pelo fechamento da FENEIDA, da qual o povo surdo não participava, sendo dirigida por pessoas ouvintes, compreendendo o surdo pela incapacidade, e não pela potencialidade. Houve o fechamento da FENEIDA e a abertura de uma nova federação, com sua condução efetivada pelos surdos, denominada FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Na década de 1980, a FENEIS foi presidida por Ana Regina Campello. Passa, então, a promover cursos para preparar, capacitar e certificar os intérpretes, com bancas de avaliações, sendo considerado um avanço no sentido de reconhecimento da pessoa surda e do trabalho do profissional.

A FENEIS estabeleceu uma cartilha com requisitos básicos para que o intérprete atuasse profissionalmente. A primeira cartilha foi criada no ano de 1988 e a segunda, em 1995. Silva (2019, p.15) aponta que:

Atualmente as cartilhas são motivo de críticas tecidas em razão da formação primária e insuficiente do intérprete, no entanto, trata-se de um tempo histórico onde a formação era incipiente, se não dizer restrita a poucos cidadãos comuns brasileiros. Muitos não concluíam o ensino fundamental, muito diferente do que hoje presenciamos, portanto, não há comparação se nosso olhar não estiver voltado ao tempo histórico e sua conjuntura.

Na época, a conclusão do ensino fundamental, quando muito o ensino médio, era considerada formação suficiente para atuação profissional dos cidadãos brasileiros. Até o ano de 2005, quando foi sancionado o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), tais cartilhas foram utilizadas pela FENEIS, com a exigência de ensino médio completo. O autor ainda menciona sobre a língua de sinais que

A língua de sinais embora fora do Brasil, (de acordo com a conjuntura histórica) fosse reconhecida desde o ano de 1960 como língua em toda sua complexidade, na década de 90 do século XX no cenário brasileiro ainda era compreendida como linguagem. (SILVA, 2019. p.8)

Segundo o autor, o tradutor intérprete de Libras nesta época ainda é visto como um intruso em sala de aula e considerado um recurso para superar a segregação. Um recurso no sentido de ser comparado a um material, assim como uma cadeira, uma mesa a ser utilizada em sala de aula. Deste modo, a presente pesquisa também buscou compreender se atualmente o

profissional é visto como parte integrante nos processos de ensino-aprendizagem ou se a antiga visão do profissional se mantém.

Sobre a formação profissional, vemos também que, no ano de 2006, teve início o exame de proficiência linguística denominado PROLIBRAS, criado pelo Ministério da Educação. É um exame nacional para obtenção de dois tipos de certificados, quais sejam, certificado de proficiência no uso e ensino da Libras e certificado de proficiência em tradução e interpretação da Libras/ Língua Portuguesa. Tendo por objetivo certificar este profissional, o habilitando tanto para o ensino da Libras como para a tradução e interpretação da mesma, sendo um importante instrumento na formação e reconhecimento das atividades destes profissionais.

No sentido de oficializar a profissão, no ano de 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC -, criou o curso superior de Letras/Libras com o objetivo de formar professores para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, a princípio para atender as exigências legais nos currículos dos cursos de licenciatura e fonoaudiologia nas Universidades do país. Por meio da licenciatura, formar professores de Libras e, do bacharel, formar tradutores intérpretes de Libras.

A criação do curso de Letras-Libras vai ao encontro do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) em seu Art.17 ao expor que: “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.” E ainda que:

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Neste sentido, o Prolibras foi estabelecido pelo período de 10 anos. O relatório técnico do 7º Prolibras, - Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa-Libras, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta-nos que os exames foram realizados nos seguintes anos: (Prolibras/2006, Prolibras/2007, Prolibras/2008, Prolibras/2009, Prolibras/2010 e Prolibras/2013 (Sexto Prolibras) e Prolibras/2015 (Sétimo Prolibras).

Logo, deveria, por ser um exame anual, serem realizados 10 exames, porém foram realizados 7 exames em sua totalidade. O exame realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, em convênio com o Instituto Nacional de Educação de Surdos, realizou os exames no período de 2006 a 2015.

Esse exame foi instituído no ano de 2006, quando o Ministro de Estado da Educação publicou a Portaria Normativa nº 11, de 09 de agosto, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 10 de agosto de 2006. O relatório técnico nos informa que a aplicação do primeiro exame, prevista para outubro de 2006, devido a entraves na tramitação dos procedimentos necessários, ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2007. Podemos ver com mais detalhes no quadro a seguir:

Quadro 1 – Edições do PROLIBRAS

EDIÇÃO	PROLIBRAS EFETIVADOS	DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS	MOTIVO DO ATRASO
1 ^a	2006	Janeiro e Fevereiro de 2007	Entraves na tramitação dos procedimentos necessários.
2 ^a	2007	07/10/2007 a 09/10/2007	—
3 ^a	2008	28/09/2008 a 30/09/2008	—
4 ^a	2009	25/10/2009 e 27/10/2009	—
5 ^a	2010	01/05/2011 a 03/05/2011	Decorrente das condições constantes na Chamada Pública promovida pelo INEP/MEC e da consequente inexistência de Instituições candidatas para a sua aplicação.
6 ^a	2013	03/03/2013 a 05/03/2013	—
7 ^a	2015	27/09/2015 a 02/10/2015	—

QUADRO 1 – EDIÇÕES DO PROLIBRAS

Consideramos importante destacar que o Prolibras/2010 contou a inscrição de aproximadamente 7000 candidatos.

Vimos, portanto, que, foram realizadas 7 edições do Prolibras.

Em 2015, foi sancionada a Lei 13.146 (BRASIL,2015), a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) cap. IV § em seu item 2º, aponta que os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem ter, no mínimo, ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras; II - reitera e dispõe que os tradutores e intérpretes atuantes em cursos de graduação e pós-graduação devem possuir nível superior com habilitação, prioritariamente, em tradução e interpretação.

Silva (2016) menciona que, além do curso de graduação, o intérprete também deveria possuir conhecimento em áreas específicas, como podemos acompanhar:

Assim, é necessário aumentar o número de intérpretes que deem conta da demanda dos alunos surdos universitários. Para que isto ocorra, além da exigência do curso de graduação, este profissional também deveria possuir formação em áreas específicas do conhecimento, tais como exatas, humanas, biológicas, etc. Isso daria a possibilidade deste profissional se empoderar com relação às disciplinas em que atua no ensino superior, principalmente com relação a termos específicos de cada área do conhecimento e ao uso da Libras nessas áreas. (SILVA, 2016, p.25)

Assim sendo, a formação específica por área daria a possibilidade de empoderamento das disciplinas a serem interpretadas e traduzidas no nível superior.

2.2 Traduzindo e Interpretando

Consideramos importante destacar a distinção entre traduzir e interpretar. Não obstante o tradutor intérprete de Libras obter certificação em ambas as áreas, elas se distinguem entre si. Pagura (2015) nos mostra que a tradução envolve uma língua escrita, ou seja, a conversão de um texto escrito em uma língua, denominando língua de partida para uma língua de chegada. Consiste que a tradução é escrita e a interpretação oral:

(...) O processo é semelhante, mas as próprias características decorrentes das diferenças entre a escrita e a oralidade acarretam uma operacionalização distinta entre os dois processos, com consequências para discussões teóricas e para a formação de profissionais que atuem na tradução e na interpretação, vistas aqui como duas profissões relacionadas, mas diferentes. (PAGURA, 2015, p. 2)

O tradutor intérprete tem o objetivo de transpor uma mensagem de um idioma para outro, permitindo que seja ultrapassada a barreira linguística. O profissional precisa dominar ambas as línguas. De acordo com Pagura (2015), na maioria das vezes, o tradutor aprendeu o idioma com ênfase na leitura; o intérprete, por outro lado, recebe toda mensagem de forma oral, captando os mínimos detalhes da mensagem, como podemos ver:

(...) O intérprete, por outro lado, recebe toda a mensagem original em forma oral e precisa ter total domínio da variante oral da língua de partida, percebendo sutilezas de pronúncia, nuances de entonação e sendo perfeitamente capaz de compreender diferentes variantes regionais do idioma estrangeiro, inclusive quando utilizado por falantes que não o usam como língua materna (...) (PAGURA, 2015, p. 3-4)

Para tanto, é relevante que o tradutor intérprete se mantenha atualizado a respeito das áreas de trabalho em que trabalha, consultando os especialistas na área quando necessário. “Pode-se dizer, parodiando Fernando Pessoa, que o tradutor ou o intérprete é “um fingidor”, pois escreve ou fala a respeito de um assunto do qual tem conhecimento limitado para especialistas desse assunto.” (PAGURA, 2015, p. 5).

O autor destaca que a diferença principal está na operacionalização com modalidades distintas, quais sejam: escrita e oral. O tradutor tem a possibilidade de interromper seu trabalho e consultar um dicionário, sites da internet, colegas de profissão, dentre outros. Além da possibilidade de produzir o texto de chegada em seu próprio ritmo, realizando sua revisão por diversas vezes até encontrar os termos que considere mais acertado. O intérprete, por outro lado, adquire o conhecimento em momento anterior, de acordo com o vocabulário específico necessário. Pagura (2015) aponta que, no momento da interpretação simultânea o intérprete precisa tomar decisões no período de 3 a 5 segundos, não havendo tempo para pesquisar as obras de referência, especialistas ou sites da internet.

Interpretar é tomar decisões, e a boa decisão depende não do volume de informações disponíveis, mas de nossa capacidade de extrair o máximo de significado mesmo na menor fatia de realidade. Isso é particularmente importante diante de limitações de tempo, processamento e conteúdo. (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

Logo, há um tempo ínfimo para que o intérprete possa acessar seu arquivo mental, seu conhecimento de mundo, conhecimento linguístico e conhecimento na área ou disciplina que estão interpretando em questão de segundos, exigindo extrema concentração e exercício mental:

Os intérpretes estão sempre correndo contra o tempo. Vivem sob pressão. (...) nem sempre podem se dar ao luxo de uma longa coleta de informações. Têm que fazer mais com menos. Precisam editar, limitar a oferta de alternativas, atalhar processos morosos de seleção. Precisam ser econômicos e objetivos. Precisam manter a frugalidade, como diria Gladwell. Essa mente adaptável inconsciente nos capacita a fazer exatamente isso. (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

Deste modo, é sob pressão que vive o intérprete. Assim sendo, torna-se necessária toda a coleta de informações previamente, conversa com os professores, palestrantes, expositores, não apenas com interesse nas respostas, mas na busca de obtenção de termos técnicos e curiosos que possam surgir no discurso. Tratando-se de assuntos acadêmicos a interpretar, a complexidade se aprofunda com maior concretude. Cabe ao intérprete, portanto, estar atento e

ser curioso com todas as informações veiculadas na mídia, buscando ampliar seu conhecimento de mundo, como podemos verificar:

Carregue também toda informação que puder. Esse é outro item caro, mas tem a vantagem de ser leve. Leia muito, leia de tudo, de bula de remédio a tratados de filosofia, passando por mapas e histórias em quadrinhos. De sua capacidade de apreender e processar informação depende sua sobrevivência, aqui ou no Himalaia. Seja eclético, informe-se sem preconceitos. Entenda que sua capacidade de leitura deve ir além dos livros. Aprenda a ler os gestos, a entonação da voz (...) (MAGALHÃES, 2007, p. 202)

O autor menciona a importância da leitura e a necessidade de conhecimento de mundo por parte do intérprete. Com relação aos tratados de filosofia, lembramos que a disciplina de filosofia está incluída na matriz curricular do curso de Pedagogia, assim como a Antropologia, sendo áreas de conhecimento que exigem conhecimentos específicos da realidade social, demandando conhecer além do mundo aparente para que a interpretação possa ocorrer com qualidade. Podemos ver também que, não há tempo para que a mensagem seja expressa novamente, caso o intérprete tenha revisto a mensagem que transmitiu.

(...) No calor do momento, é raro conseguir “embelezar” o que está sendo dito. No entanto, os intérpretes experientes conseguem, na maioria das vezes, corrigir ou emendar algum sentido mal expresso com uma determinada palavra ou frase, ainda que só o façam normalmente duas ou três frases adiante. Isso exige, porém, bastante segurança e prática por parte do intérprete no próprio processo de interpretação. (...) (PAGURA, 2015, p. 6)

É possível que em alguns momentos de sua atuação, devido ao pouco tempo disponível, o intérprete possa expressar mal algum enunciado, no entanto, o sentido pode ser aprimorado adiante como uma estratégia de interpretação. Pois, enquanto a tradução passa pelo revisor, a interpretação é final. Além disso, o tradutor trabalha por muitas horas sozinho, lendo o texto, realizando pesquisas de sinais correspondentes e em alguns momentos interage com seus colegas; a interpretação por outro lado é um trabalho em equipe, no qual trabalham em dupla. Pagura (2015) ainda aponta que é exigido do intérprete capacidade de concentração, análise e memória. O processo é tríplice: ouvir, processar e expressar. O processo envolve compreender a mensagem emitida para então expressá-la em outra língua.

Os dois modos de interpretação são os simultâneos e os consecutivos. Na modalidade consecutiva, o intérprete ouve um longo período do discurso e, após a conclusão de uma frase ou de um trecho, realiza a interpretação. A modalidade simultânea não ocorre tão simultaneamente, pois o intérprete precisa de um espaço de tempo para processar a informação e reorganizá-la para sua língua alvo. Dito isto, concluímos este tópico destacando que o

Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos organiza-se da seguinte maneira: no período diurno e noturno ocorrem as aulas presenciais no curso de Pedagogia bilíngue e no período vespertino, as atividades de colegiado, orientação de TCC, reuniões, além do Mestrado em Educação Bilíngue e das três turmas de Pós-graduação. Nos momentos em que há disponibilidade de tempo e profissionais, são desenvolvidas as atividades de tradução.

Os sujeitos participantes da presente pesquisa atuam no período das aulas diurnas e noturnas. A seguir veremos respectivamente a sala de tradução na primeira e na segunda imagem, e na terceira imagem, a sala de aula do curso de Pedagogia.



Figura 5 – Sala de tradução do Instituto Nacional de Educação de Surdos



Figura 6 – Sala de aula de interpretação do Instituto Nacional de Educação de Surdos

No próximo tópico abordaremos questões referentes às atribuições, desafios e práticas cotidianas do tradutor intérprete de Libras.

2.3 Atribuições e desafios profissionais

Ao refletirmos acerca do profissional tradutor intérprete de Libras, compreendemos que seu trabalho é complexo. Diniz (2020) aponta que algumas mazelas do tradutor intérprete de Libras passam despercebidas pelo “brilho das mãos que balançam nos palcos”. Podemos considerar que, além de todos os aspectos que envolvem a questão profissional especificamente, que vamos abordar adiante, existem os fatores externos que influenciam a profissão na qual o tradutor intérprete está inserido. Sant’Anna (2020) aponta Bauman ao dizer que o autor definiu como modernidade líquida um período que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial e ficou mais clara a partir da década de 1960. Tal liquidez refere-se a relações frágeis como os líquidos, contrapondo-se ao conceito de modernidade sólida, na qual as relações eram mais duradouras, como vemos a seguir:

(...)Se a Modernidade sólida fincou identidades coletivas ao redor de territórios e classes sociais gerando sentimentos de pertencimento e comunitarismo, a liquidez pulverizou os projetos coletivos que antes visavam ao bem comum e ergueu a soberania do indivíduo sobre as causas sociais. Libertos dos grandes ideais que regulavam identidades anteriores a si, o homem líquido entregou-se ao prazer de relativizar as certezas impostas pelas tradições às quais se vinculava e, uma vez livre, o indivíduo tratou de reescrever-se continuamente, seguindo vorazmente uma urgência de aderir a tudo que lhe satisfaz o gozo instantâneo sem critérios éticos, ideológicos ou mesmo culturais chancelados por instituições superiores como a história, deus ou a classe social. (SANT’ANNA et al 2020, p. 2)

Apontamos a necessidade de abordar tal tema, pois, ao refletir sobre o senso de pertencimento e identidades coletivas, é importante lembrar em que contexto social o tradutor intérprete de Libras está inserido, já que o conceito de modernidade líquida, em que tudo pode ser descartado rapidamente, perpassa as instituições e profissões. Ao realizar a análise de dados, torna-se relevante levar em conta os seguintes aspectos: a tecnologia permitiu muitos avanços e mudanças rápidas, tudo é temporário, não há convicções de princípios. Esse é o estado da sociedade moderna que, como os líquidos, tem a incapacidade de manter a forma.

A profissão de tradutor intérprete de Libras é perpassada por com diversos atravessamentos, tais como:

Quanto mais se reflete sobre a presença do ILS, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os ILS são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade. (PERLIN, 2006, p.3)

O tradutor intérprete de Libras é um profissional envolto por desafios a cada instante: em sua prática profissional é desafiado a fazer escolhas rápidas, levando-o a pensar de forma acelerada sobre os impactos de suas escolhas. A profissão foi regulamentada pela Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), conforme vemos a seguir:

Art. 2º - O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Suas atribuições também são estabelecidas na Lei, a qual ponderamos ser importante inserir na atual pesquisa por refletir e analisar a prática profissional. Dentre elas, podemos verificar:

Art. 6º - São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais

Além das atribuições, a Lei também estabelece princípios éticos de atuação para tradutor intérprete de Libras:

Art. 7º - O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- IV - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Desse modo, a Lei detalha como o intérprete deve exercer sua profissão. Dito isto, iremos contextualizar o trabalho no Departamento de Ensino Superior no Instituto Nacional de Educação de Surdos, onde uma quantidade representativa dos intérpretes atua na interpretação simultânea das aulas do curso superior de Pedagogia Bilíngue, interpretando todas as disciplinas com diversas demandas conceituais de cada área de conhecimento. Vimos que a tradução simultânea é desafiadora, pois o intérprete precisa pensar rapidamente sobre suas escolhas tradutórias enquanto o discurso se desenvolve concomitantemente, conforme podemos acompanhar a seguir:

“Sempre achei que a tradução simultânea era uma atividade mágica, como a atividade de repentista. Este livro confirma essa impressão. Mas com um desafio muito maior. O erro na versão, instantânea, de um léxico a outro feita pelo intérprete pode transformar aplauso em vaia, certeza em incerteza, paz em guerra, para os que falam e seus povos. (MAGALHÃES, 2007, p.12)

Conforme destaca autor, o intérprete está propenso ao erro como qualquer ser humano, entretanto tal propensão se intensifica devido à falta de tempo que tem para acessar seus arquivos mentais e bagagem cultural, tornando sua atuação um trabalho de grande complexidade, exigindo extrema concentração e atenção ao ser realizado. Buscando compreender tal profissão, iremos contextualizá-la em seus primórdios, em que a primeira tradução foi realizada em momentos sombrios, evidenciando o papel desafiador da profissão, como menciona Magalhães:

“É um livro de história porque nele aprendi que um ofício tão nobre e sofisticado nasceu durante o julgamento das maldades dos nazistas, na tradução dos depoimentos deles em Nuremberg. É ainda mais surpreendente a informação de que a primeira tradução simultânea feita no mundo foi de um discurso de Hitler. (MAGALHÃES, 2007, p.13)

Neste sentido, a profissão já teve seu início em ambiente permeado por conflitos ideológicos e relações de poder.

O autor Magalhães ainda nos mostra que o intérprete precisa levar em consideração o conteúdo, a intenção, o sentido da mensagem transmitida.

“Vista de longe, a tradução simultânea parece mágica. Vista de perto, parece loucura. O intérprete tem que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e ideias que não são suas, sem perder de vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermédio. Não tem qualquer controle sobre a complexidade, a velocidade, a clareza ou a lógica do apresentador. (...) Precisa tomar decisões instantâneas, ininterruptamente. Precisa administrar uma comunicação

silenciosa com um colega (...), trocando olhares e anotações, fazendo consultas a documentos e dicionários, retardando a tradução de alguns trechos até que o entendimento seja completo. Como não bastasse, está a metros de distância do apresentador, impossibilitando de qualquer interrupção para esclarecimentos. Dá mesmo pra duvidar que seja possível. E, no entanto, é. (MAGALHÃES, 2007, p.20)

No ambiente educacional, em certos momentos, é possível a interrupção, de acordo com o andamento da aula, o que se torna inviável em uma palestra, apresentação religiosa ou conferência. Por isso a necessidade de envio prévio do material ao tradutor intérprete de Libras, para que possa conhecer com antecedência o assunto a ser exposto.

Ainda de acordo com o autor, a atuação do intérprete possui a beleza e as virtudes da comunicação, qual seja, a satisfação que se alcança no êxito de um ofício tão exigente. Entretanto, o objetivo da interpretação é comunicar, e a comunicação é um processo imperfeito, o importante é que todos consigam se entender.

Além de todos os aspectos mencionados acima, consideramos relevante abordarmos questões relativas à qualidade de vida e aos aspectos emocionais envolvidos na atuação profissional do tradutor intérprete.

2.3 A qualidade de vida do intérprete em pauta: Questões físicas e emocionais

Não há dúvida de que existe uma beleza na comunicação. É belo contemplar a transposição de uma língua para a outra e ver a mensagem fluir. Atuar no viés comunicacional proporciona certo nível de satisfação ao desempenhar um ofício que nos exige e nos estimula. Entretanto, precisamos refletir em que contexto e quais as circunstâncias envolvem a qualidade de vida e a atuação profissional, tanto na questão física como na emocional.

Guarinello *et al* (2017) expõem que a Organização Mundial da Saúde estabelece que a qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto de sua cultura e no sistema de valores em que vive e em relação a suas expectativas, seus padrões e suas preocupações”. Neste sentido, o tradutor intérprete precisa ter consciência de seu próprio corpo no espaço, o utilizando com melhor aproveitamento. A consciência corporal o ajudará a ter melhor qualidade de vida, ou seja, para ouvir uma língua oral auditiva e interpretá-la para outra de modalidade gestual-visual.

O intérprete realiza movimentos repetitivos, carga de trabalho extensa, que podem ser prejudiciais a sua saúde, como podemos acompanhar a seguir:

“Segundo uma pesquisa, os intérpretes de língua de sinais, além de muitas vezes sofrerem pressões psicológicas devido à carga horária extensa e ao próprio trabalho de tradução simultânea de uma língua para outra, também estão expostos a várias intempéries como, por exemplo, movimentos repetitivos e constantes em membros superiores, como pescoço, mão, antebraço, etc. Tais movimentos podem causar dores e esforços repetitivos, os quais afetam diretamente a qualidade de vida desses profissionais.” (GUARINELLO ET AL, 2017, p.3)

Desse modo, segundo os autores, é essencial prevenir a saúde do profissional e conhecer as causas das lesões nos tendões, músculos, articulações, má postura, dentre outros. A dor e a fadiga podem afetar o desempenho profissional.

A necessidade de concentração e atenção do trabalhador para realizar suas atividades e a tensão imposta pela organização do trabalho, também são fatores que interferem de forma significativa para a ocorrência dos DORT (GUARINELLO , 2017, p.3)

A necessidade de concentração, como já referido, é extrema para a efetivação da interpretação, podendo gerar os DORT – distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Ressaltando ainda que:

“ Segundo pesquisa americana , a profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais é uma das profissões com mais riscos ergonômicos, especialmente no que diz respeito às extremidades do corpo, há um aumento nos níveis de estresse cognitivo e mental e maior risco de desenvolver lesões musculoesqueléticas como a tendinite.” (GUARINELLO ET AL, 2017, p.3)

Entre as causas da ocorrência de tais lesões, podemos citar a ausência de rodízio entre intérpretes, ou seja, o intérprete exceder o tempo de 20 minutos recomendado para a troca. Além disso, Lisboa (2019) menciona que a extensa carga horária de trabalho, pouco ou nenhum tempo de descanso, com demanda física em excesso geram estresse físico, cognitivo e mental.

O autor também destaca que, a baixa remuneração faz com que os tradutores intérpretes exerçam outras funções ou estendam sua carga horária na mesma função.

(...) A influência do estresse, da dor e da irritação repercute de maneira negativa no desempenho da função desses indivíduos, com as condições contrárias à saúde geral, a promoção da saúde no ambiente laboral passa a ser indispensável (...) (LISBOA, 2019, p. 9)

Mendonça & Machado (2014 apud VASCONCELOS, 2001, p.5) expõem que as instituições devem preocupar-se com a qualidade de vida e bem-estar de seus funcionários, criando estratégias para que a mesma possa ser efetivada, tais como: ginásticas laborais, períodos de relaxamento, dentre outros.

Para além dessas estratégias, ponderamos ser importante também o profissional obter o senso de pertencimento no local em que trabalha, na qual sua opinião profissional seja considerada e a propiciação de condições de trabalho que possam contribuir para sua qualidade de vida, potencializando assim sua atuação profissional.

Além disso, existem as questões emocionais envolvidas no processo. Magalhães (2007, p. 65) aponta que:

“Se eu imagino que todos esperam de mim um desempenho impecável, digno de uma máquina perfeitamente construída para substituir palavras e conceitos, transladando-os com precisão a um outro universo semântico, sofro a cada pequena hesitação e ao primeiro lapso de memória ou pronúncia.”

Portanto, para o autor, o limitador pode ser o fator emocional, e não linguístico. Por outro lado, com tranquilidade, ainda que sem domínio total da terminologia, é possível aplicar estratégias para driblar essas barreiras. Não há dúvida da grande responsabilidade que envolve a atuação do tradutor intérprete, na qual estabelece o elo de comunicação.

“(…) Tal resultado parece demonstrar que grande parte desses profissionais sente-se cansada com o trabalho de interpretação, sem o vigor e a energia necessários para o desempenho de sua função. É preciso esclarecer que tais condições adversas à saúde geral, predispõem o sujeito a irritações, dores e estresse, os quais prejudicam o trabalho desses profissionais. Percebe-se a partir desses dados, que ações de promoção da saúde são fundamentais nos espaços de trabalho, para que tanto os intérpretes quanto as pessoas que com eles trabalham possam tomar consciência, refletir e discutir a respeito de ações transformadoras da realidade no que tange às condições e organização do trabalho nas instituições de ensino, tornando esses espaços em ambientes saudáveis que considerem a qualidade de vida daqueles que ali atuam. (GUARINELLO ET AL, 2017, p. 6)”

O autor também menciona o desgaste intelectual, apontando que a tradução entre línguas pode causar esse tipo de desgaste, e que os ruídos auditivos na sala de aula podem dificultar o trabalho intelectual do intérprete, tendo que fazer um esforço maior para ouvir a fala do professor.

Apontamos também que ser intérprete de Libras é estar exposto, seja na sala de aula ou por uma gravação de vídeo: muitos olhos estão sobre suas escolhas, seus sinais e suas ações. Assim sendo, é preciso pensar em ações que protejam a atuação desse profissional, e que considerem sua saúde e qualidade de vida.

2.4 É necessário mais de um intérprete?

O tradutor intérprete de Libras atua em dupla no ensino superior no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Com relação a isso, Albres & Kelm (2020) apontam que o aumento da contratação de intérpretes de Língua de Sinais para trabalhar em contexto educacional nos traz a necessidade de refletir sobre suas condições de trabalho e a necessidade de trabalhar em equipe em sala de aula. Apontando que: “Os estudos ainda indicam que, em cursos técnicos e de nível superior em períodos de longa aula expositiva, o ideal seria a atuação ao menos em duplas de intérpretes para manter a qualidade da interpretação.” (ALBRES & KELM, 2020, p. 2)

Destacando ainda que, no trabalho em equipe, todos os membros são responsáveis pelo sucesso ou fracasso do trabalho. Ora um está à frente da interpretação, ora, outro; e não estar à frente não significa que está descansando, pois precisa estar atento caso sua dupla necessite de algum suporte de sinal específico ou outro tipo de auxílio, denominado intérprete de apoio. De acordo com Albres & Kelm (2020) o que está atuando é denominado intérprete de turno e outro, intérprete de apoio, como vemos a seguir:

“O termo “turno” é originário dos estudos de análise da conversa e pode ser compreendido como um sujeito que enuncia e está com o turno de fala e um interlocutor que não está no turno de fala, ou estaria fora do turno. Entretanto, na perspectiva enunciativo-discursiva não existiria a concepção fora do turno, visto que a existência do outro já implica na resposta, na valoração do outro e na interação para a construção do discurso de quem enuncia. Em uma dupla de intérpretes, considera-se que todos estão na interação discursiva. (ALBRES & KELMAN, 2020, p. 7)”

Assim sendo, na atuação em dupla, os dois trabalham juntos, mas tem atuações distintas. Portanto, ao analisarmos tal questão, deparamo-nos com o seguinte questionamento: Realmente há a necessidade de atuação em dupla? As autoras mencionadas acima assinalam que a sala de aula é um espaço complexo, com diversos participantes e interações simultâneas, como podemos verificar:

“(…) Além de administrar a interpretação das interações, a partir de dados de pesquisa, Antia e Kreimeyer (2001) indicam que os intérpretes esclarecem as orientações dos professores, facilitam a interação entre colegas, orientam as crianças surdas e mantém os professores e educadores especiais informados sobre o progresso das crianças surdas. Assim, são tarefas paralelas que um único intérprete, por vezes, não consegue desenvolver de forma satisfatória. (ALBRES& KELMAN, 2020, p. 10-11)”

Neste sentido, sua atuação é permeada por diversas atividades, além de estar envolvido na interpretação simultânea, exigindo extremo esforço cognitivo, como podemos ver:

“Na interpretação simultânea, o trabalho também é feito em dupla. (...) A principal razão para se trabalhar a dois é a absoluta atenção exigida no ofício. Eventos desafiadores, com grande densidade de conteúdo apresentado em alta velocidade, requerem dos intérpretes total foco na conferência. Qualquer distração é imediatamente punida com perda de conteúdo ou, pior, de credibilidade. Está provado que o ser humano só é capaz de manter níveis ótimos de atenção por curtos períodos. Trabalhando em dupla, os intérpretes têm a possibilidade de se revezar a cada 20 ou 30 minutos, permitindo com isso que cada um dê o máximo de si quando chegar sua vez. (MAGALHÃES 2007, p. 108)

Portanto, o trabalho em dupla é essencial para manter a qualidade da interpretação, por se tratar de exaustivo trabalho mental. Muitas pessoas se perguntam como é possível administrar tantas informações no processo de interpretação da língua fonte para a língua alvo, e sobre isso, constatamos que:

“Na interpretação, muito permanece por explicar. Não sabemos ao certo quais são os fenômenos neurológicos que tornam possível ao cérebro coordenar um número tão grande de processos. É como se a mente se dividisse, mas ao mesmo tempo nunca esteve tão integrada. E se de fato se divide, não se separa apenas em duas, mas em múltiplas mentes paralelas que se ocupam de milhares de tarefas concomitantes, das quais temos pouca ou nenhuma consciência.” (MAGALHÃES, 2007, p. 187)”

Considerando todo o exposto com relação ao trabalho do profissional tradutor intérprete de Libras, cabe explicitar qual seria o seu papel no ambiente bilíngue de aprendizagem, analisando que tanto fatores externos como internos influenciam e impactam em seu fazer profissional. Com relação a fatores internos iremos analisar como o Departamento está desenvolvendo seu bilinguismo.

2.5 O tradutor intérprete de Libras na Educação Bilíngue

Quadros (2019) aponta que a presença de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa faz parte da Educação Bilíngue, visto que a Libras está inserida em um contexto em que o português ainda é a língua majoritária. Entretanto, a presença do profissional não pode ser absoluta em uma escola bilíngue, todas as pessoas que atuam nesta escola precisam ter conhecimento das duas línguas, todos da comunidade acadêmica.

No caso de todos os funcionários terem conhecimento da Língua de Sinais o tradutor intérprete de Libras não terá necessidade de realizar a interpretação simultânea em todas as aulas, tendo maior disponibilidade para as atividades de tradução, como podemos ver:

“No caso dos tradutores de Libras e língua portuguesa, a atuação envolverá a produção de materiais em Libras ou de legendagem ou dublagem de produções em Libras para a Língua Portuguesa. A tradução será realizada para garantir aos alunos o acesso aos materiais na sua própria língua. Por exemplo, materiais didáticos que não estejam em disponíveis em Libras ainda podem ser traduzidos pelos tradutores para disponibilizar o texto aos alunos surdos. Outro exemplo são os materiais disponíveis em Libras que não contam com a tradução para a língua portuguesa, que podem ser legendados ou dublados pelos tradutores. (QUADROS, 2019, p. 173)”

Deste modo, o profissional se dedicaria com maior disponibilidade as atividades de tradução, tendo em vista que as demandas de interpretação simultânea exigem tempo considerável do profissional, como assinalado por Albres & Kelman (2020):

“(…) com um aumento do número de participantes, a interação torna-se altamente complexa, e ao intérprete é requerido realizar funções que podem ser consideradas adicionais ou diferentes do que se espera de uma interação apenas entre dois interlocutores mediada pelo intérprete. O autor indica que essas tarefas adicionais consistem em administrar as informações a serem interpretadas. Além disso, há dificuldades de tempo e gerenciamento de informações causadas por conversas diretas e conversas paralelas, incluindo a necessidade de fazer mini relatórios dentro da interpretação, como uma retrospectiva das interações e apresentar resumos das falas com retomadas, inserindo a representação dos diferentes sujeitos que estão com a palavra no momento, principalmente quando mais de um sujeito fala. Por fim, destaca-se a monitoria das necessidades de informações dos participantes.” (ALBRES & KELMAN, 2020, p.13)

Neste sentido, as interações em sala de aula envolvem diversos aspectos, tais como administrar as informações a serem interpretadas e gerenciar o tempo; além das informações realizadas por conversas diretas e paralelas, o intérprete precisa estar atento a tudo que ocorre no contexto da sala de aula.

Deste modo, esta seria uma estrutura baseada em uma Educação Bilíngue, na qual há a circulação das duas línguas no contexto acadêmico.

Tendo em vista que a Lei que aprova a modalidade bilíngue, Lei n ° 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL,2021), é bem recente, é necessário que se criem as condições para sua efetivação. A modalidade bilíngue foi uma conquista do povo surdo, já que, de acordo com Skliar (1997), sempre existiu um movimento no sentido de tensão e ruptura entre a educação de surdos e a educação especial.

A Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021), insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9394 de 1996 (BRASIL, 1996), com a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o português em sua modalidade escrita como segunda língua. Sua organização se dá em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos. Podemos acompanhar na referida lei que:

“Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas;

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

Portanto, as Instituições de nível superior participarão dos programas a serem planejados para a Educação Bilíngue, fortalecendo a Língua de Sinais, ou seja, incluindo seu aprendizado por parte de todos da comunidade acadêmica; desenvolvendo currículos, métodos, formação, incluindo conteúdos culturais correspondentes aos surdos, além de elaboração de material didático, como mencionado acima. Mais precisamente precisamos reinventar uma proposta de uma pedagogia surda, pois, segundo Strobel (2006), está deve estar fundamentada no respeito às diferenças, no respeito à cultura surda, garantindo o direito de ser, estar e conviver com suas diferenças linguísticas, culturais e sociais.

No próximo capítulo, discursaremos acerca da metodologia da pesquisa.

CAPÍTULO 3 - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

No presente capítulo, apresento as estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa de campo. O estudo desenvolvido buscou investigar as experiências, as percepções e a visão de um grupo de dez tradutores intérpretes de libras sobre sua atuação no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos para analisar as implicações, resistências e avanços no desenvolvimento desse curso e sua importância no contexto do campo acadêmico e da educação de surdos.

A pesquisa é uma combinação particular entre a teoria e os dados coletados em um processo intrinsecamente inacabado, pois está em permanente construção e descoberta da realidade estudada. Assim, pesquisa é um processo em construção de um caminho investigativo que busca compreender uma dada realidade ou um objeto de estudo em uma atividade de aproximação da realidade a ser pesquisada na busca pela construção dos dados e prezando pelo rigor, fundamental a toda a atividade de pesquisa.

Com base nessa concepção, fizemos a opção por uma pesquisa qualitativa, utilizando as entrevistas como suporte metodológico para investigar as relações e percepções dos profissionais tradutores intérpretes de libras no contexto das práticas do Curso de Pedagogia do INES. Descreverei também o contexto da pesquisa e o processo da coleta de dados do presente trabalho.

3.1 Natureza da Pesquisa

Ressaltamos que essa pesquisa foi autorizada sob o parecer nº 5.104.824, do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que tem por título: “O tradutor Intérprete de Libras no curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos: Olhares e vivências profissionais, o Bilinguismo em Pauta.”

Os sujeitos participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo referido comitê e presente no final da dissertação nos Anexos.

No desafio de investigar o espaço da própria atuação profissional, em contato com os profissionais tradutores intérpretes de Libras diariamente, houve um esforço no sentido de certo distanciamento, importante para o papel de pesquisadora. O antropólogo Gilberto Velho (1977), em um artigo intitulado “Observando o Familiar”, mostra-nos a necessidade de uma distância mínima para que se possa garantir condições de objetividade. O autor ainda afirma

que é preciso olhar com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam interferir em conclusões ou julgamentos imparciais.

Entretanto, para Velho (1977) há um envolvimento inevitável com o objeto de estudo. O trabalho de investigação e reflexão da sociedade possibilita-nos uma nova dimensão da investigação científica através do questionamento e estudo do seu próprio ambiente. O nosso conhecimento pode estar comprometido pela rotina, portanto analisar o que é familiar nos permite estudá-lo sem paranoia sobre a impossibilidade de resultados neutros. Desse modo, o estudo do familiar oferece vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados da pesquisa.

O autor explica que o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas é necessariamente conhecido; assim, “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito dos fatos, situações.”, porque estamos sempre pressupondo familiaridade como fonte de conhecimentos ou desconhecimentos. (VELHO, 1977, p.5)

Sendo assim, a presente investigação possui uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com intérpretes de Libras atuantes no departamento do Ensino Superior do DESU/INES. As entrevistas foram realizadas individualmente, com o contato direto, pessoal e de forma aberta com o universo a ser pesquisado e aprofundado de observação, no sentido de captar as vivências e experiências particulares, que serviram de base para as análises dos dados qualitativos.

A entrevista aberta, instrumento de coleta apoiado por essa metodologia, proporciona aos entrevistados a oportunidade de refletirem sobre suas informações essenciais, rompendo com a hierarquia entre pesquisador e informantes para se aproximar do mundo do informante, mas sem ocupar o seu lugar, com o objetivo de refletir sobre os dados coletados em profundidade sobre os eixos temáticos que se configuram em perguntas sobre formação, tempo de experiência, as características que consideram necessárias para uma atuação qualificada como tradutor intérprete de Libras, sobre os desafios profissionais, o que considera importante para a existência de um ambiente bilíngue, dentre outras.

Vemos que as entrevistas produzem “dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134)

Identificamos que “a abordagem qualitativa aprofunda-se naquilo que não é aparente, no mundo dos significados, das ações e relações humanas” (MINAYO, 2001, p.22). Para essa

autora, as questões de investigação são resultado de uma inserção no real, da qual emergem suas razões e objetivos. Não é possível a nenhuma teoria explicar todos os fenômenos e processos que fazem parte desse real, sendo, portanto, necessário que o pesquisador faça um recorte de certos aspectos significativos da realidade para poder trabalhá-los.

A pesquisa, então, é um processo que busca compreender uma dada realidade que nunca se esgota, pois sempre estamos aprendendo a ver uma dada realidade a partir de pressupostos epistemológicos e teóricos, muito além do nosso alcance, que implica também uma ruptura nos modos do pensamento, conceitos, métodos que têm a nosso favor. Vemos que, para reforçar essa ideia, afirma-se que o essencial é ter em mente que os métodos qualitativos têm uma vocação mais para compreender, detectar comportamentos, processos ou modelos teóricos do que para descrever sistematicamente, medir ou comparar. (KAUFAMANN, 2013, p.11)

Sendo assim, os participantes foram esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos, de acordo com a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

3.2 A entrada no campo

A partir da organização e da maneira como a pesquisa em campo foi conduzida, passou-se para a busca dos profissionais que desejavam participar das entrevistas, e algumas medidas foram tomadas para uma adequada coleta dos dados seguindo os seguintes critérios: adotar nomes fictícios, disponibilizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e também, de suma importância, esclarecer para os participantes a não obrigatoriedade da participação.

Um outro olhar que tivemos foi em relação à condução das entrevistas, pois como nos relata Oliveira (2021), o advento da pandemia da Covid -19 , que impôs o isolamento e o distanciamento social, trouxe profundas transformações em nosso cotidiano, e o campo de pesquisas nas ciências humanas foi atingido por esta realidade. A necessidade de distanciamento social modificou as práticas sociais e culturais, influenciando também as práticas educacionais. As escolas foram fechadas e os ambientes de ensino aprendizagem passaram a ser realizados de forma virtual. A utilização de plataformas virtuais que permitem as chamadas por vídeo conferência foram sendo utilizadas como mais um recurso metodológico

para a condução das pesquisas, principalmente, para a realização de entrevistas, que passaram do formato presencial para um formato virtual.

Portanto, optou-se, com relação a coleta de dados, a entrevista em seu formato *on-line*, que foi realizada pela plataforma Google Meet. Assim como as relações sociais em sua maioria se transportaram para o mundo digital, a pesquisa também precisou ser conduzida para este formato para evitarmos maiores atrasos. As entrevistas foram realizadas no período de 17 de novembro de 2021 a 20 de dezembro de 2021.

Antes de cada entrevista, os participantes foram informados acerca dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa. Todos assinaram o TCLE (ANEXO A) de forma virtual antes de iniciar a entrevista. Esclarecemos que eles também poderiam se omitir de assuntos que causassem desconforto ou finalizariam a entrevista caso se sentissem desconfortáveis. Foi possível perceber que, apesar de ser realizada de forma virtual, a entrevista proporcionou trocas e interação entre a pesquisadora e os intérpretes que participaram dela, estabelecendo uma relação dialógica.

3.3 Apresentação do campo: O Curso de Pedagogia Bilingue do Instituto Nacional de Educação de Surdos

O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES é uma Instituição centenária, fundada em 1857. E, na qualidade de centro de referência brasileira no campo da surdez, solicita autorização para funcionamento de um Curso de Graduação em Pedagogia, com duas vertentes opcionais de habilitação: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Junto a demais instituições de ensino a serem oportunamente elencadas, o Colégio de Aplicação do INES estará disponível como campo de pesquisas e de estudos deste Curso.

Este Curso foi o primeiro no Brasil pelo fato de posicionar a Libras como língua de instrução, por determinar como obrigatória a específica modalidade escrita da Língua Portuguesa e ainda assegurar, na composição de seu corpo docente, a presença de profissionais com necessário conhecimento sobre especificidades linguísticas próprias de discentes surdos. Realizadas tais inovações, a missão desse Curso é, portanto, propiciar uma qualificada habilitação para surdos e ouvintes bilíngues, nos âmbitos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Podemos notar que a trajetória desse curso vem garantindo um avanço em direção a novas propostas educacionais no campo da Educação de Surdos e da Educação Bilíngue para

formar professores bilíngües que finalmente atuarão na rede regular de ensino para tornar, de fato, bilíngües também para os alunos surdos brasileiros desde a educação infantil, educação básica até o ensino superior.

Norteados por posicionamentos político-educacionais assumidos por uma proposta diferenciada e em busca de uma EDUCAÇÃO BILÍNGÜE DO INES, o curso tem as seguintes disposições cruciais:

- devidamente já regulamentada, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - constituirá a própria língua de instrução do Curso e seus usos irão ainda aprofundar-se em uma Atividade Formadora intitulada “Tópicos Avançados de Âmbito Bilíngüe”, enquanto a Língua Portuguesa constará como disciplina obrigatória apenas em sua modalidade escrita.

- por meio de processo seletivo próprio para ingresso na Educação Superior e em estrita consonância com a anterior, em idêntica proporção poderão:

- ser admitidos candidatos surdos e não surdos que obrigatoriamente apresentem suficiente fluência em LIBRAS. Desde tal processo inicial e durante todo o Curso será garantida a presença de capacitados intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa.

- aulas e demais atividades do Curso estarão a cargo de docentes com suficiente informação sobre características linguísticas próprias do campo da surdez.

- haverá flexibilidade na correção de provas e/ou trabalhos redigidos pelo discente surdo, quando serão considerados o aspecto semântico e a singularidade linguística manifesta no nível formal de sua escrita.

- para os surdos que possuam resíduos auditivos e os queiram utilizar, no transcorrer do Curso estarão disponibilizados equipamentos de amplificação sonora de uso coletivo.

- impreterivelmente registrados em vídeo, estão igualmente previstos mecanismos a serem utilizados para avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS.

Abaixo temos a foto do Instituto Nacional de Educação de Surdos:



Figura 7 – Parte da frente do Instituto Nacional de Educação de Surdos

3.3.1 A História do Curso de Pedagogia do INES

Como vimos anteriormente, em 21 de outubro de 2004, e por meio do processo nº 200410004112, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES - apresentou ao Ministério de Educação a solicitação de Autorização para um Curso Superior Bilíngue de Pedagogia, na modalidade de Licenciatura. O referido Curso Superior fazia parte do PDI do INES, então apresentado para o quadriênio 2004-2008.

Por meio do Ofício 2122/2005-MEC/SESU/DESUP/CAP, o Ministério da Educação comunica à Dirigente Geral da Instituição a realização de Diligência de PDI, quando informa, entre outras, sobre a necessidade de o supracitado Curso de Pedagogia ser posicionado como Curso Normal Superior seguindo os ainda então vigentes Par. CNE 133/2001 e Res. CNE-CP nº. 1/2002.

Atendida tal Diligência, em 18 de agosto de 2005 foi publicada no DOU a Portaria nº. 2830 de 17 de agosto de 2005, que autoriza o funcionamento do Curso Normal Superior - Licenciatura - com habilitações para o Magistério em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Foi dessa forma que o primeiro vestibular para ingresso realizou-se entre os dias 12 e 19 de março de 2006, sendo que, para preenchimento de vagas ainda ociosas, um próximo deu-se entre os dias de 23 e 28 de abril do mesmo ano, e já em 08 de Maio de 2006 começou então a efetivamente funcionar o atual Curso Normal Superior Bilíngue do INES.

Em 15 de maio de 2006, foram homologados o Parecer CNE 03/2006 e a Resolução CNE/CP nº. 01/2006 que dispõem sobre as Diretrizes Nacionais para Cursos de Pedagogia e, no que diz respeito ao referido Curso Normal Superior do INES, fica importante destacar que novas normas apresentaram as seguintes possibilidades:

Art. 11. As instituições de educação superior que mantêm cursos autorizados como Normal Superior e que pretenderem a transformação em curso de Pedagogia e as instituições que já oferecem cursos de Pedagogia deverão elaborar novo projeto pedagógico, obedecendo ao contido nesta Resolução.

§ 1º O novo projeto pedagógico deverá ser protocolado no órgão competente do respectivo sistema de ensino, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Resolução.

§ 2º O novo projeto pedagógico alcançará todos os alunos que iniciarem seu curso a partir do processo seletivo seguinte ao período letivo em que for implantado.

§ 3º As instituições poderão optar por introduzir alterações decorrentes do novo projeto pedagógico para as turmas em andamento, respeitando-se o interesse e direitos dos alunos matriculados.

§ 4º As instituições poderão optar por manter inalterado seu projeto pedagógico para as turmas em andamento, mantendo-se todas as características correspondentes ao estabelecido.

Já iniciado seu primeiro semestre letivo, a Diretora Geral do INES designou então uma comissão para analisar e propor a viabilidade de opção pelo atual Curso Normal Superior transformar-se em Curso de Pedagogia, de acordo com atuais Diretrizes Nacionais para Cursos de Graduação em Pedagogia. A comissão foi composta pela Professora Ms. Marta Ciccone (INES) e a Professora Dra. Monique Franco (INES/UERJ), com nova Consultoria do Professor Dr. Henrique Garcia Sobreira (UERJ) que, entre os meses de junho e setembro de 2005, já prestara Consultoria ao Instituto Superior bilíngue de Educação do INES. Os trabalhos da comissão visaram à:

- Adaptação do atual Curso Normal Superior às Diretrizes de Pedagogia para se transformar em CURSO BILÍNGUE DE PEDAGOGIA, LICENCIATURA;
- Adaptação mantendo as principais opções de formação em exercício no atual Curso Normal Superior Bilíngue em funcionamento autorizado pelo CNE;
- Adaptação oferecendo, ao máximo, a possibilidade de os estudantes já matriculados poderem optar pelo novo Curso;
- Revisão do projeto do Curso para ser encaminhado ao MEC/SESU com vistas à sua autorização para funcionamento como Curso de Pedagogia.

O Curso de Graduação em Pedagogia com Licenciatura Plena tem as seguintes vertentes: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contemplando inclusive a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Anualmente, o Curso tem uma entrada de sessenta (60) candidatos a serem distribuídos em dois turnos da seguinte forma: trinta (30) alunos no Turno Matutino e outros trinta (30), no Noturno. O Colégio de Aplicação do INES tem como proposta o campo de pesquisas, estudos e estágios curriculares do presente curso.

O processo seletivo é aberto a alunos surdos e não surdos, com a exigência de apresentar suficiente fluência em Língua Brasileira de Sinais. A Libras é a língua de instrução do curso e o Instituto conta com Tradutores Intérpretes de Libras concursados que atuam em todas as atividades. Os cursos de graduação e pós-graduação possuem 50% das vagas para candidatos surdos e outras 50% para candidatos não surdos.

Os egressos deste curso recebem o diploma de licenciatura em Pedagogia pela UFRJ, podendo atuar nas mais diversas áreas autorizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução nº 7 do CNE de 18 de dezembro de 2019); contudo, essa

formação no INES apresenta um diferencial com relação aos demais cursos por dar ênfase na educação bilíngue para surdos.

O processo seletivo conta com duas fases, ambas eliminatórias: uma prova de redação e uma prova de conhecimentos da Libras. O curso presencial não aderiu ao SISU-ENEM, mas, como o Curso de Pedagogia *on-line*, coordenado e oferecido pelo INES-NEO aderiu, talvez seja adequada uma padronização para o ingresso de discentes para os dois cursos, exigindo-se apenas a prova de Libras para os não surdos, uma vez que, dada a especificidade desse curso, é primordial a realização da prova específica de conhecimento de Libras. Assim, para o aproveitamento da avaliação do ENEM, é necessário um outro tipo de teste para avaliar apenas o desempenho em Libras para ingresso de não surdos, uma vez que os surdos já estão realizando, em Libras, suas provas do ENEM.

O Departamento de Ensino Superior – DESU - passou a ofertar também cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Em 2018 foi aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a proposta do Mestrado Profissional em Educação Bilíngue. O projeto de construção de uma pós-graduação *stricto sensu* começou a se concretizar no final de 2014, a partir da entrada de um corpo docente concursado com formação predominante em nível de doutorado, tendo então suficiente experiência acadêmica para o delineamento deste novo curso. Até aquele momento, predominavam no Departamento de Ensino Superior (DESU) professores contratados em regime temporário, o que não garantia a fixação e execução de projetos institucionais de maior alcance para o Departamento. Efetivamente, foram 28 docentes ingressantes em outubro de 2014 a partir da abertura de 39 vagas em diferentes áreas de conhecimento gravitantes à Educação (Edital nº. 29/2013). Estava aberta, então, a possibilidade de criação de um curso *stricto sensu*, conforme meta traçada no PDI 2012-2016 e ratificada no PDI 2017-2021.

Abaixo temos a imagem da entrada do Departamento de Ensino Superior



Figura 8 – Frente do Departamento de Ensino Superior

A partir de 2014, entraram cerca de 30 novos docentes doutores e mestres, contribuindo para as primeiras discussões acerca da criação do curso de pós graduação *stricto sensu*. Em abril de 2016, iniciaram-se os trabalhos de seleção dos docentes que elaborariam a proposta do curso. Apresentaram-se para a elaboração do projeto quatorze docentes provenientes do DESU, DEBASI, UFF e UFRJ. Com o grupo formado, foram definidas as três linhas de pesquisa do curso: (1) Educação de surdos e suas interfaces; (2) Língua e Linguagem; e (3) Memória, Marcadores Linguísticos, Culturais e Territoriais. Também foi definida coletivamente a Área de Concentração do programa: Educação Bilíngue. Os doze docentes permanentes e os dois docentes colaboradores construíram então as ementas das vinte e duas disciplinas do programa *stricto sensu*, distribuídas entre as linhas de pesquisa e disciplinas gerais do programa.

Em 2018, foi aprovada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a proposta do Mestrado Profissional em Educação Bilíngue do INES. A elaboração deste curso pioneiro seguiu as metas traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016 do INES, que previa em seu texto a criação de um curso de mestrado assim que as condições institucionais fossem estabelecidas, especialmente com a ampliação do quadro docente de doutores.

Em 2019, foi realizado o primeiro processo seletivo de alunos, havendo mais de trezentos inscritos, o que indica a forte demanda por formação profissional na área. Foram aprovados 39 candidatos, iniciando-se a primeira turma do curso em 2020. Abaixo temos a foto do segundo dia de aula da primeira turma do Mestrado Profissional de Educação Bilíngue com seus 39 alunos:

Figura 9 – Foto da primeira turma do Mestrado Profissional de Educação Bilíngue

Atualmente, o Departamento conta com Curso de Graduação em Pedagogia Modalidade Presencial; Curso de Graduação em Pedagogia Modalidade a Distância; o curso de Pós *Lato Sensu* Interculturalidade e descolonização na educação de surdos, Curso de Pós *Lato Sensu* Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção, Curso de Pós *Lato Sensu* Língua Portuguesa: leitura e escrita no ensino de surdos e pós de tradução de textos de português para Libras, além do Curso de Pós *Stricto Sensu* – Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilingue.

3.4 Sujeitos da pesquisa

Foram participantes dessa pesquisa dez intérpretes Tradutores de Libras e Língua Portuguesa que trabalham no Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Departamento de Ensino Superior, no Curso de Pedagogia. A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras implica necessariamente a difusão de sua imagem e de sua voz, sendo, portanto, de domínio público.

Cabe aos Tradutores e Intérpretes de Libras – TILSP, segundo o Edital de Abertura de Concurso Público nº 29/2013, traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos de um idioma para o outro, bem como traduzir e interpretar palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas em outro idioma, realizando a interpretação em Libras ou no verso voz, o pensamento e intenção do emissor. Cabendo ao profissional assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

- Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos e em situações administrativas policiais, culturais, sociais, políticas e de saúde, dentre outras;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Interpretação consecutiva;

- Examinar previamente o texto original a ser traduzido/interpretado;
- Transpor o texto para a Língua Brasileira de Sinais, consultando dicionários e outras fontes de informações sobre as diferenças regionais;
- Interpretar os textos de conteúdos curriculares, avaliativos e culturais;

- Interpretar as produções de textos, escritas ou sinalizadas das pessoas surdas.

Interpretação simultânea:

- Interpretar diálogos realizados entre pessoas que falam idiomas diferentes (Libras e português);
- Interpretar discursos, palestras, eventos, seminários, aulas expositivas, comentários, explicações, debates, enunciados de questões avaliativas e outras reuniões análogas;
- Interpretar discussões e negociações entre pessoas que falam idiomas diferentes (Libras e português);
- Participar da produção de materiais técnicos ou pedagógicos, entre outros, em vídeo.

Entretanto, aos que atuam na interpretação e tradução, há outras funções e responsabilidades não elencadas na portaria acima.

No âmbito do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos, respeitada a regulamentação profissional dada pela Lei 12.319/2010, (BRASIL,2010) e as atribuições que decorrem do seu exercício no funcionalismo público, compete aos TILSP:

- Mediar o intercâmbio entre as línguas e culturas atendendo as especificidades linguísticas (Libras e Português e suas diversas modalidades) no Departamento.
- Traduzir e interpretar, no âmbito das atividades didático-pedagógicas do DESU: textos e artigos diversos, reuniões, aulas (graduação e pós-graduação), orientações e defesas de monografia, cursos diversos, conversações, passeios acadêmicos, palestras, conferências, eventos.
- Traduzir e interpretar, no âmbito das atividades administrativas e de recursos humanos, os atendimentos realizados nos setores do DESU.
- Participar da produção de materiais técnicos ou pedagógicos, dentre outros, em vídeos em Libras ou escritos em Língua Portuguesa; integrar Comissões, Grupos de Trabalho e Grupos de Pesquisas; propor pesquisas para o aperfeiçoamento e a inovação de métodos, técnicas e procedimentos de tradução e interpretação da Libras.
- Ao traduzir e interpretar em sala de aula palestras, reuniões, eventos, defesas e orientações de monografia, aulas da pós-graduação, dentre outros, é necessário que os intérpretes façam revezamento entre duplas (mínimo) para atuação na tradução e interpretação. Os TILSP normalmente combinam entre si um tempo de vinte a trinta

minutos para realização do revezamento, que pode variar de acordo com a complexidade dos conteúdos ministrados.

- As demandas de atividades de tradução e interpretação dentro do DESU são organizadas segundo suas especificidades e distribuídas entre equipes de trabalhos por turno estabelecido. No âmbito do DESU, três equipes de profissionais foram assim constituídas entre os pares: Equipe de Sala de Aula, Equipe de Tradução e Equipe de Atividades, de maneira a suprir as demandas estabelecidas de serviço do Departamento, sendo, as Equipes de Sala de Aula, prioritárias na alocação dos profissionais TILSP.
- A Equipe de Sala de Aula constitui-se, no mínimo, por duplas de TILSP que desempenham sua atuação no atendimento de tradução e interpretação da Libras/Português aos alunos e professores. Cabendo um acordo entre TILSP, professores e alunos em casos de atividades ou estratégias específicas sugeridas por professores bilíngues.
- Os TILSP interpretam as aulas da graduação e pós-graduação, prioritariamente, de acordo com o horário de cada turma/período, respeitando o tempo de revezamento constituído pela dupla de trabalho, comumente acordado de vinte a trinta minutos, variando de acordo com a complexidade dos conteúdos. E, enquanto um profissional TILSP estiver atuando, o outro parceiro permanece em sala de aula para dar apoio na tradução e interpretação e dar continuidade na sinalização.
- A Equipe de Atividades atua no contraturno das Equipes de Sala de Aula, pois se organiza para cobrir todos os serviços institucionais do Departamento de Ensino Superior do INES. No âmbito das atividades desenvolvidas por esta equipe de trabalho considera-se que:
 - I – As atividades fixas da Equipe são: pós-graduação grupos de pesquisa cursos de extensão, Reuniões Internas, atendimentos na Secretaria e Direção (todo o suporte de interpretação para a Divisão de Registro Acadêmico e Coordenação Administrativa Acadêmica, no atendimento aos alunos surdos, visitantes, corpo institucional e público em geral); orientação de monografias, defesas de monografias, Reuniões de Colegiado, Reuniões de NDE, Reuniões da CPA e outras reuniões eventuais; Eventos do DESU (Fóruns, palestras, oficinas, colação de grau, Semana Pedagógica, Semana de Iniciação Científica) e Reuniões entre os professores do DESU para questões do Curso de Pedagogia Bilíngue/Educação à Distância (EaD).

Para a seleção dos participantes, optou-se por entrevistar cinco intérpretes que trabalham no turno da manhã em sala de aula e cinco intérpretes que trabalham no turno da noite, que também atuam em sala de aula. A considerar que, os discentes que trabalham no turno da noite são integrantes da classe trabalhadora, podendo diferenciar o olhar para tal especificidade deste público.

O relatório de gestão do Departamento de Ensino Superior do ano de 2014 nos informa que os tradutores intérpretes de Libras que trabalham atualmente no Departamento foram admitidos via concursos públicos realizados pelo INES no ano de 2013 e 2014, permitindo uma organização de trabalho mais adequada. tanto nas salas de aula (graduação e pós-graduação) quanto nas atividades de pesquisa e extensão, de orientação de trabalhos finais de curso, sessões de defesa de TCCs, tradução de textos para acessibilidade de estudantes e profissionais surdos, bem como no que se refere à elaboração de material didático em LIBRAS, seja para os cursos presenciais, seja para atendimento das redes de ensino e diversas outras demandas do cotidiano acadêmico em ambiente bilíngue.

Durante todo o Curso, há presença de tradutores-intérpretes de Libras/Língua Portuguesa que atuam em todas as atividades letivas, também oferecem apoio extraclasse, juntamente com professores orientadores para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Os intérpretes estão divididos em três grupos para atuarem nas seguintes atividades: interpretação em sala de aula (manhã e noite), atividades de pesquisa, extensão, defesa de TCC entre outras (tarde); tradução de textos acadêmicos, provas e demais documentos informativos (manhã/tarde);

A organização do concurso público contou com 36 vagas para tradutores intérpretes. A seguir temos a foto da sala dos tradutores intérpretes do Departamento de Ensino Superior:



Figura 10 – Sala dos Tradutores Intérpretes de Libras do INES

3.4.1 Perfil dos participantes

A tabela 1 a seguir apresenta os dados pessoais, de escolaridade e de experiência profissional dos Tradutores Intérpretes entrevistados. E, como exposto, anteriormente, os nomes dos Intérpretes não foram inseridos, visando os princípios éticos.

Tabela 1 – Perfil dos participantes

	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	ATUAÇÃO	IDADE
Intérprete 1	História	Ensino e Prática de Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa.	Há 10 anos.	42
Intérprete 2	Gestão Pública	LIBRAS: Ensino Tradução e Interpretação.	Há 9 anos.	28
Intérprete 3	Pedagogia	Mestrado em Diversidade e Inclusão	Há 11 anos.	36
Intérprete 4	Pedagogia	Psicopedagogia	Há 14 anos.	40
Intérprete 5	Pedagogia	Mestrado em Educação	Há 14 anos.	39
Intérprete 6	Pedagogia (em andamento)	-	Na igreja desde 2003, profissionalmente há 4 anos.	35
Intérprete 7	Pedagogia	Perspectiva da Educação Bilíngue	Há 13 anos.	46
Intérprete 8	Pedagogia	Mestrado em Educação (em andamento)	Há 17 anos.	36
Intérprete 9	Direito	Curso de Formação de Intérprete de Conferência	Há 13 anos.	36
Intérprete 10	Pedagogia	-	Há 15 anos	36

Total 10

Entre os entrevistados, 60% são do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Lacerda e Gurgel (2011) apontam que o número de mulheres são maioria da população do país, sendo a tendência em todos os segmentos da atuação profissional na área da educação. Sobre a formação profissional, vemos que um entrevistado é formado em História, um em Gestão Pública, seis em Pedagogia, um com curso de Pedagogia em andamento e um em Direito. Temos a informação ainda de que dois dos entrevistados são mestres e um está com o mestrado em andamento.

Quanto à idade, há uma variação de 28 a 46 anos.

É possível perceber que oito entrevistados possuem Pós-graduação, dois possuem uma formação na Pós-graduação *stricto sensu* - mestrado em educação - e um está com o mestrado em andamento na mesma área.

Quanto aos cursos específicos, três intérpretes realizaram cursos de pós-graduação em Psicopedagogia, um outro intérprete em Ensino e Prática de Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa; um outro intérprete em LIBRAS: Ensino Tradução e Interpretação.

O tempo de experiência dos entrevistados é bem variado, indo de 4 a 17 anos. O intérprete com menor tempo de interpretação possui 4 anos de experiência em salas de aula; um outro intérprete tem 9 anos e os outros têm mais tempo de serviço que variam de 10, 11, 13, 14 a 17 anos.

Ressaltamos ainda que, os intérpretes possuem experiência do 1º ao 9º ano, no Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), e atualmente a experiência no Ensino Superior do DESU.

Notamos que, um entrevistado é coordenador de secretaria e apoio na AGITE (Associação de Tradutores Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais do Estado do Rio de Janeiro). Um entrevistado buscou aperfeiçoamento profissional na realização de curso sobre a gramática da Libras no SIGNA, que é uma plataforma online adaptada e cursos produzidos didaticamente em libras e com legendas, com sede em Florianópolis.

O entrevistado com formação em História relatou que buscou aprender Libras para que pudesse dar aulas de História caso houvesse o ingresso de algum aluno surdo e posteriormente teve a oportunidade de trabalhar como Tradutor Intérprete.

Ainda verificamos que oito entrevistados aprenderam Libras em ambiente religioso, apenas por curiosidade e depois buscaram a profissionalização. Sendo alguns integrantes de igreja evangélica e outros testemunhas de Jeová. Dois dos entrevistados já estudavam

Pedagogia e aproveitaram a oportunidade na igreja para aprender Libras, caso recebessem alunos surdos.

Uma das entrevistadas começou a aprender Libras quando já era formada em Pedagogia, dava aula em uma escola Estadual e uma professora indicou o INES.

Dentre os entrevistados dois são filiados ao sindicato do INES, quatro são filiados a AGITE – Associação de Tradutores Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais do Estado do Rio de Janeiro- e uma é tesoureira desta mesma instituição.

Além disso, quatro tradutores intérpretes de Libras possuem outro emprego na docência, qual dois trabalham na função de professor intérprete, um na função de professor da educação infantil e um como professor de inglês.

3.5 Roteiro entrevistas com os Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa

O roteiro das entrevistas teve o objetivo de colher dados para posterior análise a partir das percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras que atuam no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos. O roteiro pré-estabelecido contém 8 perguntas, divididas da seguinte forma:

- a) Três perguntas sobre formação profissional;
- b) Uma pergunta sobre os desafios enfrentados;
- c) Três perguntas sobre Bilinguismo;
- d) Uma pergunta sobre o engajamento na Reunião Pedagógica.

QUADRO 2– ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Como você se tornou Tradutor Intérprete de Libras?
2. Quais as características consideram serem necessárias para uma atuação qualificada enquanto profissional Tradutor Intérprete de Libras?
3. Quais são os desafios profissionais enfrentados dentro do Departamento de Ensino superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos?
4. Quais as características você considera importante para que um ambiente seja considerado bilíngue?
5. Você considera o DESU/INES um ambiente bilíngue?
6. Quais as iniciativas poderiam ser colocadas em prática para que o DESU/INES possa ser um ambiente bilíngue?
7. Você enquanto profissional Tradutor Intérprete de Libras participa e contribui de reunião pedagógica realizada no DESU/INES?
8. Quais as ações e práticas poderiam ser adotadas para aprimorar seu cotidiano de trabalho?

Após a coleta de dados, fizemos uma triangulação dos dados. Sá e Henrique (2019) apontam que após a coleta de dados, a abordagem qualitativa passa por três fases de abordagem dos dados, quais sejam: a descrição dos dados, buscando ser fiel com os dados coletados no momento da categorização, a análise de dados, em que se considera além do que está escrito, busca a compreensão da realidade social e a interpretação dos dados, buscando encontrar a compreensão e explicação do fenômeno.

Azevedo et al (2013) assinalam que a triangulação teórica dos dados permite ao investigador recorrer a diversas teorias para interpretar um mesmo conjunto de dados, utilizando-se de pesquisadores com diversas bagagens teóricas e áreas de conhecimento para analisar o mesmo problema.

No próximo capítulo, serão apresentados os dados advindos dos entrevistados a partir de suas experiências com a realidade social e cultural pesquisada, ou seja, os dados concretos, com os eixos temáticos coletados a partir das entrevistas e os conhecimentos científicos produzidos sobre a área em questão. Assim, o nosso objetivo é refletir e analisar essa realidade de forma integradora em um movimento de apreensão e constituição de sentidos.

CAPÍTULO 4 – BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO INTÉRPRETE NO INES E ANÁLISE DOS DADOS DOS ENTREVISTADOS

Conforme explicitado no capítulo anterior, a pesquisa foi realizada com dez tradutores intérpretes de Libras do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que realizam suas atividades no Curso de Pedagogia Bilíngue. Assim, o presente capítulo tem por objetivo analisar os dados coletados das dez (10) entrevistas que foram feitas com os profissionais tradutores intérpretes de Libras, dados esses que foram obtidos através de entrevistas, com roteiro elaborado anteriormente.

Temos por alvo trazer reflexões concernentes às percepções dos profissionais sobre sua prática profissional, tendo em vista que o tradutor intérprete de Libras é integrante do processo de ensino aprendizagem no Curso de Pedagogia do INES. Considerando ainda que o tradutor intérprete acompanha as aulas do Ensino Superior de segunda a sexta interpretando as mais diversas disciplinas, exceto a disciplina de Libras, na qual os alunos estão se aprofundando no conhecimento da língua ou quando algum docente possui a fluência em Libras e não requer o profissional, almejamos refletir sobre tais ações pedagógicas realizadas pelo profissional.

Aspiramos a apresentar suas experiências pessoais, profissionais e pedagógicas construídas a partir do processo de ensino aprendizagem na relação com os docentes, com os discentes surdos e ouvintes e com os próprios tradutores intérpretes. Quais são as narrativas do tradutor intérprete em seu lugar de fala, imerso no contexto educacional do Ensino Superior? Quais são as experiências neste contexto do Curso de Pedagogia do INES? Quais são as práticas e estratégias construídas pelos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais?

As respostas foram organizadas em quatro eixos temáticos a partir do roteiro elaborado. Os dados coletados apontam os seguintes temas: 1) qualificação profissional. 2) desafios profissionais, 3) visões acerca do Bilinguismo utilizado no INES e 4) possíveis estratégias para o DESU exercer o bilinguismo.

Durante a coleta de dados, foi possível obter respostas de dez (10) intérpretes, sendo seis (6) intérpretes do gênero feminino e quatro (4), do gênero masculino. Os nomes dos intérpretes não serão utilizados, mas usaremos nomes fictícios para resguardar as identidades dos tradutores intérpretes.

A partir disso, faremos um breve panorama acerca das condições de trabalho que os sujeitos da pesquisa estão imersos, o contexto histórico e a partir de qual realidade adentraram no Instituto.

4.1 Breve panorama histórico em que os tradutores intérpretes de Libras estão inseridos

Elegemos por historicizar o contexto em que os tradutores intérpretes de Libras estão inseridos, pois trabalhar com a história significa a busca pela compreensão da realidade atual e dos momentos vividos, em que todos nós fazemos parte dessa história, que precisa ser contada e escrita pela própria pesquisa. A história nos propicia conhecer a nossa identidade, possibilitando compreender os aspectos culturais, sociais e políticos do presente e do passado para construirmos um futuro, com um olhar capaz de agir sobre a realidade.

Deste modo, conferimos que a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais foi regulamentada através da Lei n ° 12.319, em 1 ° de setembro de 2010 (BRASIL,2010). Até então os profissionais atuavam sem respaldo legal e, através de forte mobilização por parte deles, obtiveram tal conquista.

Rocha (2016) aponta que a atuação deste profissional data de mais de um século. Assinalando que nos livros administrativos das primeiras décadas do Instituto Nacional de Educação de Surdos existem registros de solicitação de sua atuação profissional. De acordo com a autora o primeiro registro encontrado de solicitação de intérpretes foi em 1908 a pedido de uma delegacia de polícia.

Logo, identificamos que os tradutores intérpretes de Libras há muitos anos já atuam no Instituto deixando suas marcas, suas memórias e histórias. Os 10 profissionais sujeitos da pesquisa atuam no Departamento de Ensino Superior, no Curso de Pedagogia, como já antes mencionado. Ressaltamos que o Curso Bilíngue de Pedagogia começou a funcionar no ano de 2006, tendo por constituição da Libras como sua língua de instrução.

De acordo com o RELATÓRIO DE GESTÃO (2012, p.4), vemos que:

“Cabe ao DESU/INES coordenar, supervisionar e orientar os cursos oferecidos e as atividades docentes, através de ações e programas institucionais que conduzam à melhoria do ensino, à qualificação do corpo docente e à avaliação da qualidade; propor diretrizes gerais para análise e reformulação dos currículos dos cursos; emitir parecer técnico sobre a criação, expansão, modificação e extinção de cursos e propor outras matérias de sua alçada.

Desde a criação do Curso, em 2006, os profissionais trabalhavam em regime de terceirização até o ano de 2013, quando ocorreu o primeiro concurso público para Tradutores Intérpretes de Libras. Neste sentido, tendo em vista que os profissionais atuavam em regime de terceirização, identificamos no relatório de gestão do ano de 2011 que, dentre as causas de evasão dos alunos surdos do ensino superior do INES, está como causa a “forma de inserção

institucional dos intérpretes, visto que estes são terceirizados, não possuem formação adequada, recebem baixos salários, causando, assim, alta rotatividade destes profissionais em sala de aula” (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2011, p.9).

Portanto, a terceirização, como vimos, fez parte de uma das razões de evasão dos discentes surdos do Ensino Superior. Outra razão para evasão dos discentes surdos citada no relatório foi a insuficiência de material didático em Libras. Para além disso, o relatório de gestão do ano de 2012 assinala que a principal dificuldade para ampliar a oferta dos cursos de extensão foi a falta de intérpretes de Libras.

Assim sendo, já que a falta de formação adequada foi um dos fatores apontados para a evasão dos discentes surdos do Ensino Superior, o relatório de gestão concernente ao ano de 2012 nos mostra que houve um estabelecimento de “Criação de um processo seletivo de intérpretes mais criterioso, instituindo banca examinadora composta por professores ouvintes bilíngues e professores surdos” (p,5).

Neste sentido, identificamos que os 10 intérpretes sujeitos da pesquisa ingressaram por meio de concurso público nos anos de 2013 e 2014.

Constatamos que foram realizados dois concursos para o cargo de tradutor intérprete de Libras, quais sejam: o edital de abertura de concurso público nº 09/2012 e o edital de abertura de concurso público nº 29/2013. Podemos acompanhar respectivamente as exigências para os dois concursos a seguir:

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PPD	REMUNERAÇÃO INICIAL BRUTA	REQUISITOS
202	Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras	40 HORAS	23	5	R\$ 1.821,94	Ensino Médio completo e Proficiência em Libras (Prolibras)

Fonte: Informações retiradas do edital de concurso público nº 09/2012
 QUADRO 3 – INFORMAÇÕES DO CONCUNSO PÚBLICO/ANO 2012

CARGO	REGIME DE TRABALHO	CLASSE	VENCIMENTO	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	PPD	REQUISITOS
Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras	40 HORAS	D1 NÍVEL 1	R\$ 1.912,99	29	07	Ensino Médio completo e Proficiência em Libras (Prolibras)

Fonte: Informações retiradas do edital de concurso público n.º 29/2013
 QUADRO 4 – INFORMAÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO/ANO 2013

Portanto, o relatório de gestão do INES referente ao ano de 2013 nos mostra que a organização do concurso público foi destinada a ofertar 36 vagas para tradutores intérpretes de Libras que a princípio constituiriam equipes de tradução de material e de aulas do novo curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade à distância. Podemos acompanhar de que forma se deu a chegada dos tradutores intérpretes concursados, no referido RELATÓRIO DE GESTÃO (2013, p. 4,5):

É importante também ressaltar que a chegada ao Departamento de tradutores intérpretes de LIBRAS efetivos, via concurso público realizado pelo INES em 2013, permitiu um esquema de trabalho muito mais adequado a essa atividade tanto nas salas de aula (graduação e pós-graduação), quanto nas atividades de pesquisa e extensão, de orientação de trabalhos finais de curso, 5 sessões de defesa de TCCs e diversas outras demandas do cotidiano acadêmico. É relevante também acentuar que a condição de efetivos que esses profissionais passaram a ter favoreceu de modo significativo o envolvimento dos mesmos e as possibilidades de aprimoramento desse trabalho.

E sobre o segundo concurso, no ano de 2014, no RELATÓRIO DE GESTÃO, 2013, p.5 vemos que:

Além disso, a significativa ampliação do quadro de intérpretes concursados se prevista para 2014 também será extremamente produtiva no que diz respeito, dentre outras ações, à tradução de textos para acessibilidade de estudantes e profissionais surdos, bem como no que se refere à elaboração de material didático em LIBRAS seja para os cursos presenciais, seja para atendimento das redes de ensino.

Deste modo, observamos que no ano de 2013, houve o primeiro concurso público para provimento do cargo de tradutor intérprete para atuar no INES. Houve ainda no referido ano, em caráter experimental a participação dos intérpretes do DESU para a produção de material didático em LIBRAS sob a supervisão do professor surdo Paulo André Bulhões.

Constatamos, portanto, que, os concursos públicos possibilitaram um esquema de trabalho mais adequado nas atividades de sala de aula, de pesquisa e extensão, de orientação de trabalhos finais e outros. Favorecendo as possibilidades de aprimoramento de atuação.

Consideramos relevante ainda destacar que o RELATÓRIO DE GESTÃO (2015, p.6) do Departamento de Ensino Superior do INES expõe que:

Devidamente já regulamentada, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – constitui-se na própria língua de instrução do Curso, utilizada por professores surdos e ouvintes bilíngues ou através de intérprete que propicia a acessibilidade aos alunos surdos ou ouvintes, quando das aulas em Libras ou em português;

Com isso, vemos que o tradutor intérprete propicia a acessibilidade tanto para alunos surdos quanto para alunos ouvintes.

Notamos também, no relatório de gestão correspondente ao ano de (2015, p.7), que:

Por meio de processo seletivo próprio para ingresso na Educação Superior e em estrita consonância com as disposições anteriores, em idêntica proporção, são admitidos candidatos surdos e não surdos que obrigatoriamente apresentem suficiente fluência – nível básico - em LIBRAS;

Ou seja, é exigido para o ingresso no Curso de Pedagogia Bilíngue a fluência em nível básico da Libras. Podemos observar também que, nos dois concursos realizados pelo Instituto, tanto no edital do ano de 2012, como no edital do ano de 2013, os requisitos necessários para o cargo foram o ensino médio completo e a proficiência em Libras.

A abertura dos referidos concursos públicos trouxe grande expectativa para a instituição, que apesar de ser centenária, apresentava pela primeira vez abertura de concurso público, primeiramente no ano de 2012 e posteriormente do ano de 2013.

Além disso, ainda no ano de 2012, a instituição recebeu a incumbência do MEC da criação do curso bilíngue de Pedagogia na modalidade à distância, além da presencial que já existia, inserido no Programa Viver sem Limites, com treze Polos para 300 alunos.

Vimos também que, no relatório de gestão do DESU referente ao ano de 2020, identificou-se a seguinte necessidade dos alunos:

No que se refere ao uso da Libras no departamento, apesar da presença dos intérpretes em todas as atividades que possuam surdos, durante tempo integral, os alunos surdos apontam, com frequência, a necessidade de que os professores sejam fluentes em Libras para que possam se comunicar de maneira efetiva com os alunos, assim como pensar todo o processo de ensino, de maneira adequada aos alunos surdos, tendo como base a estrutura na língua de sinais. A necessidade de ensino remoto nos provocou a

pensar ainda mais sobre essa necessidade. A falta de recursos dos alunos e intérpretes, o uso das novas tecnologias e a necessidade de adaptação à nova realidade, dificultou ainda mais a promoção da Língua de sinais como primeira língua no departamento. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2020, p.15)

Com isso, podemos observar que os discentes surdos apontam a necessidade de que os professores sejam fluentes em Libras para melhor se comunicarem com seus alunos. Conforme vimos no capítulo 2, Lacerda (2009) aponta que é essencial que o professor conheça a língua de sinais, já que a responsabilidade pelo aluno surdo não pode recair somente para o tradutor intérprete. Já que o professor é o responsável pelo aluno, a ausência de uma língua em comum pode trazer dificuldade para sua participação em sala de aula, já que não pode se relacionar diretamente com o professor, podendo comprometer a proposta bilíngue, podendo causar desmotivação no aluno, já que o professor não sabe sua língua, sentindo-se desvalorizado. Ressaltando ainda que a Libras precisa circular livremente no espaço escolar.

É relevante também mencionarmos que, a partir do ano de 2019, foi ofertado o primeiro curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* e a primeira turma foi composta por 17 discentes surdos e 22 discentes não surdos, ou seja, 39 discentes matriculados na primeira turma do Mestrado Profissional em Educação Bilíngue, a qual também contará com a participação de tradutores intérpretes de Libras em suas aulas, como podemos ver a seguir:

No DESU foi ofertado, o curso de Pós-graduação *Stricto Senso*, regulamentado pela portaria nº 717 de 27 de novembro de 2019, ofertando 40 vagas, por meio de processo seletivo, Edital nº 016 de 2019 : Mestrado Profissional em Educação Bilingue – MPEB. Linhas de pesquisas: • Linha de pesquisa 1: Educação de Surdos e suas interfaces. • Linha de pesquisa 2: Língua e Linguagens. • Linha de Pesquisa 3. Surdos: Memória, Marcadores Linguísticos, Culturais e Territoriais (RELATÓRIO DE GESTÃO 2020, p.84)

Com isso, os Tradutores Intérpretes de Libras também começaram a atuar na nova turma de mestrado profissional do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A partir disso iniciaremos a apresentação dos dados da pesquisa realizada com os Tradutores Intérpretes de Libras a partir das entrevistas que foram realizadas.

4.2 Eixo temático A: Qualificação profissional

Neste eixo buscamos identificar o que os Tradutores Intérpretes consideram ser relevante para que sua atuação seja qualificada para que possa prestar um serviço assertivo,

considerando que os sujeitos da pesquisa atuam no Curso Bilíngue de Pedagogia, mas também têm demandas concernentes à Pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Conforme abordamos no capítulo 2, a profissão do tradutor intérprete de Libras foi regulamentada pela Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010). Na referida Lei, seu artigo 4º expõe que a formação profissional do tradutor intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve ser realizada a nível de médio, por meio de cursos de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou, cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

No tópico anterior, vimos que os requisitos necessários para os dois concursos públicos existentes foram ter concluído o ensino médio e a proficiência em Libras. De acordo com Pagura (2015), é essencial que o intérprete se mantenha atualizado com relação as suas áreas de trabalho, que são diversas.

Sobre a segunda pergunta, com relação a quais características consideram ser pertinentes para uma atuação qualificada, os sujeitos da pesquisa ainda mencionaram o imperativo da competência linguística e tradutória:

Formação específica para trabalhar em espaços acadêmicos, estudar Letras Libras ou curso de extensão para acompanhar os assuntos, ter conhecimento de mundo, ser fluente, ter competência linguística e tradutória. (Thomas)

Formação específica para trabalhar em espaços acadêmicos, estudar Letras Libras ou curso de extensão para acompanhar os assuntos, ter conhecimento de mundo, ser fluente, ter competência linguística e tradutória. (Aurora)

Podemos perceber a importância também citada da formação em Letras Libras, que como vimos no capítulo 2, foi criada no sentido de oficializar a profissão. A criação do curso de Letras Libras vai ao encontro do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) em seu Art.17 ao expor que: “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.”

Ressaltamos, como apresentamos no capítulo 2, que em 2015 foi sancionada a Lei 13.146 (BRASIL, 2015), a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) e em seu Capítulo IV em seu item 2º, aponta que os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem ter, no mínimo, ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras; II - reitera e dispõe

que os tradutores e intérpretes atuantes em cursos de graduação e pós graduação devem possuir nível superior com habilitação, prioritariamente, em tradução e interpretação.

Desse modo, a LBI (BRASIL,2015) aponta a importância da habilitação em nível superior aos tradutores intérpretes que trabalham no nível superior. Portanto, conforme vimos no tópico anterior, as exigências e o cargo e salário dos intérpretes do DESU são concernentes ao nível médio. Ainda podemos acompanhar as seguintes respostas:

Entender que não basta saber Libras, precisa ter formação, mas precisa praticar, sem prática não adianta. Ter competência tradutória, não só acumular certificado sem prática. (Bernardo)

Se atualizar com as notícias do mundo, pois nas aulas, palestras sempre se fala sobre conhecimentos gerais e buscar formação, aprender sobre a profissão. Atualização profissional não só pelo certificado, mas pelo conhecimento. Trabalhar e interagir com intérprete que tem experiência sempre ajuda a aprender. (Alice)

Ter bom vocabulário na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, vontade de buscar qualificação constante, postura ética, formação na área, porém tem pouca oferta e conhecimento técnico. (Rosa)

Houve relatos sobre a importância de conhecer as duas culturas e estar inserido na comunidade surda:

Conhecimento das línguas de trabalho, Português e Libras, além de conhecer as duas culturas e estar inserido na comunidade surda. Ter competência referencial e linguística. Conhecer a área que vai atuar, seja área escolar, jurídica, dentre outras. Saber como funciona anteriormente e não apenas ser jogado. Ter formação. (Rosa)

Formação, formação continuada, contato com a comunidade surda, ter prática. (Vitória)

De acordo com as respostas, também foi considerada a necessidade de contato com a comunidade surda, e não apenas conhecer a língua, como podemos verificar pela pesquisadora QUIRINO (2016, p.25):

Ademais, merece destaque que, para interpretar, é necessária uma formação específica, uma imersão no mundo visual pelo qual o surdo aprende. É preciso se especializar na área da Libras, desde o curso básico, que envolve conhecer sua gramática, estrutura, sintaxe até uma pós-graduação. Além disso, é preciso ir adiante do mero conhecimento linguístico e das habilidades de cada profissional, uma formação na área de atuação é fundamental especialmente para aqueles intérpretes que atuam no nível superior.

Logo, é imprescindível um mergulho no mundo visual, sendo o meio pelo qual o surdo

está inserido no processo de ensino aprendizagem. Daí a relevância de estar imerso na comunidade surda.

Para além disso, foi apontado que apenas o conhecimento linguístico não é o suficiente. Foi destacada também a relevância das competências referencial e tradutória para a atuação, como ter conhecimento de mundo e da atualidade para ter ciência dos conteúdos que serão sinalizados.

Segundo Diniz (2020), a competência referencial, que se refere à competência na área, se não observada, interfere em todo o processo, pois quando não conhecemos determinado assunto, nossas escolhas interpretativas podem ficar comprometidas.

Os entrevistados também mencionaram a competência tradutória, na qual abordaremos o modelo de competência tradutória do PACTE – “Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação (2003), na qual são explicitadas as subcompetências, quais sejam: a bilíngue, a instrumental, os conhecimentos sobre tradução, a extralinguística e a estratégica.

- (1) subcompetência bilíngue (composta por conhecimentos essencialmente operacionais, importantes à comunicação em duas línguas);
- (2) subcompetência extralinguística (formada por conhecimentos, essencialmente declarativos, acerca do mundo e de esferas particulares);
- (3) subcompetência de conhecimentos sobre a tradução (constituída por conhecimentos, essencialmente declarativos, sobre a tradução, os princípios que a regem e seus aspectos profissionais);
- (4) subcompetência instrumental (integrada por conhecimentos, essencialmente operacionais, referentes ao uso de fontes de documentação e de tecnologias de informática e comunicação aplicadas à tradução);
- (5) subcompetência estratégica (consiste em conhecimentos operacionais para garantir a eficácia do processo tradutório e possui um caráter central no controle desse processo); e
- (6) componentes psicofisiológicos (componentes cognitivos, aspectos de atitude, habilidades etc.) (RODRIGUES, 2018, p. 12)

Neste modelo, segundo o autor, a competência estratégica ocupa o lugar que antes era da competência de transferência, por controlar todo o processo tradutório e a competência comunicativa passa a ser chamada de competência bilíngue, contemplando o modelo atual.

A competência tradutória é complexa, pois envolve diversos fatores, tratando-se de um conhecimento especializado. Sendo assim, RODRIGUES (2018, p. 5) estabelece que:

A despeito disso, podemos defender, com base em diferentes abordagens da competência tradutória, que ela *não é*: (i) uma habilidade inata ou uma aptidão natural; (ii) a junção de competências linguísticas e/ou comunicativas; (iii) o simples agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes; muito menos (iv) o mero treinamento técnico para o exercício de uma atividade profissional.

Segundo o autor, tal competência envolve fatores cognitivos, afetivos, psicomotores e socio interativos, sendo um saber-agir especializado.

De acordo com SILVEIRA (2009, p. 13 apud ALBIR, 2005), apesar de qualquer falante bilíngue possuir competência comunicativa nas línguas de seu conhecimento, nem todo bilíngue possui competência tradutória, ultrapassando apenas o caráter linguístico.

Ressaltamos ainda ser importante mencionar que a competência tradutória está associada à competência comunicativa. Para tanto, recorremos ao modelo de BELL (1991, APUD RODRIGUES, 2018, p.7) e, a respeito da competência comunicativa, identificamos que:

Essa integração manifesta-se, portanto, assim como os componentes da “competência comunicativa”, por meio do seguinte:

- (1) competência gramatical (habilidades e conhecimentos necessários para compreender e expressar o significado literal dos enunciados);
- (2) competência sociolinguística (conhecimento e capacidade de produzir e compreender enunciados contextualizados);
- (3) competência discursiva (capacidade de combinar forma e significado para chegar a textos em diferentes gêneros); e
- (4) competência estratégica (empregada para melhorar a eficácia da comunicação e compensar possíveis deficiências), com destaque para esta última. (RODRIGUES, 2018, p.7)

Com isso, explicitamos a importância de o tradutor intérprete buscar o aprimoramento na competência linguística das línguas de trabalho e a competência comunicativa nas culturas que envolvem as línguas.

Sobre todo o processo que envolve a tradução e a interpretação, Magalhães (2007) aponta que interpretar é tomar decisões, e a boa decisão depende da capacidade do intérprete de extrair o máximo de significado mesmo na menor fatia de realidade, sendo importante diante da limitação de tempo e conteúdo.

Com relação ainda sobre a pergunta concernente aos fatores importantes para uma atuação qualificada, os intérpretes relataram que é necessária formação específica para atuar em espaços acadêmicos, dada a complexidade das disciplinas ministradas no Ensino Superior, considerando que os profissionais entrevistados realizam suas atividades laborais no curso superior de pedagogia.

De fato, são diversas disciplinas que exigem conhecimento específico na área para que os intérpretes possam atuar com qualidade, para transmitir os conteúdos acadêmicos em Língua de Sinais.

Magalhães (2007) expõe a necessidade de o tradutor intérprete carregar consigo toda informação que puder, ler de tudo e ler muito, desde bula de remédios a tratados de filosofia. O

autor é drástico ao dizer que, de sua capacidade de apreender, depende sua sobrevivência, deve ser eclético e informar-se sem preconceitos. Sua capacidade de leitura deve ir além dos livros, mas de aprender a ler gestos e entonação de voz.

A seguir realizaremos apontamentos com relação aos desafios profissionais enfrentados pelos tradutores intérpretes de Libras.

4.3 Eixo temático B: Desafios Profissionais

No atual eixo, perguntamos com relação aos desafios profissionais que os entrevistados consideram que existem em seu cotidiano de trabalho no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Vários profissionais relataram que vivenciam vários desafios profissionais, mencionando em alguns momentos que se sentem pouco considerados em algumas situações. Uma das situações citadas foi o fato de alguns discentes terem o conhecimento da Língua de Sinais e, por alguns períodos, ocuparam o espaço do profissional, dentre outras:

Ter que agradar ao surdo, que o surdo se sinta satisfeito com a interpretação, senão somos atacados. Não somos respeitados enquanto profissionais. Quando o intérprete não está presente algum aluno toma o seu lugar, o que não ocorre com o professor ou na secretaria. (Vicente)

Ser visto enquanto profissional, ser respeitado. Muitos sabem Libras e pensam que conseguem fazer o que fazemos e não valorizam. Por se cargo de ensino médio, não valorizam muito. (Thomas)

Falta de empatia, não tem parceria com o professor. Existe uma relação de poder, de autoridade e não de companheirismo. Existem guetos de professores e guetos de intérpretes. Por exemplo: Falam para não falar certas informações no ambiente externo, como se não soubéssemos do sigilo profissional. (Marcos)

Atuar no Ensino Superior, sendo efetivo no concurso de nível médio, sem saber todos os conteúdos curriculares, a exigência é enorme, mas existe uma defasagem salarial. Há um desprestígio, pois os doutores nos veem como ensino médio. (Alice)

Sobre este tópico, consideramos ser importante ressaltar a consideração pelo trabalho profissional do intérprete, não se tratando de questões subjetivas ou de sentimentos individuais, mas de solicitações relativas à coletividade e a categoria profissional, como podemos contemplar na lei que regulamenta a profissão que se refere a Lei nº 12.319/2010 (BRASIL,2010):

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Neste sentido, a Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010), que regulamenta a profissão, traz à tona questões relacionadas à postura e conduta adequadas para exercer sua profissão, apontando que é seu dever zelar por procedimento correspondente à profissão escolhida para exercer a prática profissional. Assim, de acordo com Diniz (2020), toda oportunidade de atuação é um ensejo à construção contínua do pensamento de coletividade.

Alguns profissionais ainda relatam que não se sentem valorizados por ocuparem cargos de nível médio, mas interpretarem no nível superior, com remuneração equivalente ao ensino médio. Os intérpretes do INES lotados no Departamento de Ensino Superior atualmente estão enquadrados no Plano de Carreiras dos cargos técnico-administrativos em Educação, com o cargo de classificação nível D, relativo ao ensino médio.

Constatamos que o único concurso público com vagas direcionadas ao cargo de nível superior para o intérprete de Libras no Rio de Janeiro ocorreu na UFRJ, através do edital 455/2017.

Para além disso, a Declaração do primeiro Fórum¹ dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais das Instituições de Ensino (2015) é um documento que traz deliberações importantes com recomendações para a execução do trabalho do tradutor e intérprete no âmbito da Rede Federal de Ensino. Sabemos que não se trata de um documento com direções conclusivas, tratando-se de um fórum, mas consideramos serem recomendações relevantes:

Existem, atualmente, dois níveis de enquadramento funcional no Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das

¹ A Declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino foram resultados das deliberações ocorridas neste Fórum, na qual estiveram presentes servidores públicos federais, pertencentes ao cargo de Tradutor e Intérpretes de Ensino Superior. O Fórum teve abrangência nacional, contando com a participação de cento e quinze (115) representantes de cinquenta e cinco (55) Instituições Federais de Ensino Superior de todas as regiões do Brasil. O Fórum foi realizado na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, nos dias 12 e 14 de novembro de 2014, sendo sediado na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. O objetivo principal do Fórum foi a discussão sobre o cargo e a carreira do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português (TILSP) e sua atuação nas IFES, originando assim, ações e recomendações para a execução do trabalho do Tradutor e Intérprete no âmbito da Rede Federal de Ensino.

Instituições Federais de Ensino. O fato de existir TILSP atuando nos dois níveis de classificação (médio e superior) do quadro efetivo de servidores federais gera a necessidade de uma ampla discussão sobre as mesmas tarefas exercidas, bem como, os espaços de atuação destes profissionais. Diante disto, o I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, recomenda: I) que o cargo de nível de classificação D, “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais”, seja extinto, sendo mantido somente o cargo de nível de classificação E, “Tradutor e Intérprete”, levando em conta que este atende a todas as demandas das Instituições Federais de Ensino; (I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, p.2)

Ainda com relação a isso, o Fórum traz recomendações específicas sobre o cargo:

Além disso, ações devem ser tomadas com relação aos profissionais que já estão efetivos no cargo de nível de classificação D, Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, sendo assim o Fórum sinaliza: I) que o servidor técnico administrativo em educação, nível de classificação D, com formação em nível superior e proficiência em Tradução e Interpretação seja equiparado ao Tradutor e Intérprete de nível de classificação E; II) que seja oferecida a formação específica (em nível superior) para os profissionais de nível médio, com a possibilidade de equiparação ao cargo de nível de classificação E. (I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, p.3)

Assim sendo, apontamos a importância de um concurso público que tenha exigência de nível superior por conta das demandas dos cargos de Tradutor Intérprete de Libras, na categoria de nível E.

Um entrevistado ainda mencionou a parceria com o professor:

Falta de respeito, falta empatia e profissionalismo. Não tem parceria com o professor. Existe uma relação de poder, de autoridade, e não de companheirismo. Não tem relação, existem guetos de professores. Ex. O professor diz pra não falar lá fora, como se não soubéssemos do sigilo. (Bernardo)

Com relação a isso, LACERDA ET AL (2011, p.18 APUD ALMEIDA&CÓRDULA, 2017, p.4) apontam que:

É necessário que haja uma mudança de postura por parte do professor, que também tem o dever, como educador, de auxiliar o intérprete da Língua de Sinais em suas práticas. Se o professor não assumir práticas que favoreçam a atuação do intérprete da Língua de Sinais, conseqüentemente, a compreensão do aluno surdo ficará comprometida.

Assim sendo, sobre a relação entre o intérprete e o professor não existir parceria, consideramos ser uma questão que ultrapassa aspectos de empatia, para tanto recorremos a (LACERDA, 2009, p. 54) que faz os seguintes apontamentos:

(...) a intérprete e a professora precisam respeitar-se mutuamente, reconhecendo deveres e funções de cada uma. Conversar sobre as práticas, negociar buscando facilitar o trabalho e encontrar a melhor forma para estar ocorrendo a aprendizagem dos alunos surdos é necessário ao bom funcionamento de espaços escolares (...)

Houve alusão também de fala simultânea no momento da aula, desconsiderando tratar-se de um ambiente bilíngue e o fato de existir um *delay* (do inglês, um atraso) na interpretação:

Os alunos não compreendem nosso papel, falta de oferta de formação. Os alunos falam ao mesmo tempo, não entendendo ser um ambiente bilíngue e temos um delay de interpretação. O professor não envia o material, é preciso mais diálogo para interpretarmos com segurança, pois não somos especialistas na área. (Aurora)

Como vemos, a interpretação simultânea, qual seja, realizada quase instantaneamente na produção do discurso, é marcada pelo imediatismo, em que o intérprete se utiliza da memória de curto prazo, exigindo habilidades de processamento cognitivo e o *delay* sempre está presente entre a pessoa que fala e a produção do intérprete, como vemos em NOGUEIRA (2016, p. 79 APUD ALBRES, 2016, p.6)

sobre a interpretação simultânea explica: O imediatismo é uma das principais propriedades desse modelo de interpretação e, ao contrário da consecutiva, não há pausas: a pessoa que fala segue seu discurso em um fluxo contínuo enquanto a interpretação está acontecendo. Na modalidade da interpretação “simultânea”, a questão da simultaneidade, na verdade é relativa. Existe sempre um *delay* entre a pessoa que fala e a produção do intérprete. Para conseguir realizar esse processo, o intérprete utiliza sua memória de curto prazo, o que exige dele também habilidades de processamento cognitivo, para que faça rápidas tomadas de decisões e escolhas interpretativas.

Desse modo, se mais de uma pessoa falar ao mesmo tempo, o intérprete não conseguirá acompanhar todas as falas e a transmissão da mensagem ficará comprometida.

Acima ainda vimos a necessidade de envio de material. Outros ainda citaram que o tradutor intérprete não é visto como aliado, e sim como rival, sendo visto como um mal necessário:

A relação com alguns surdos. O intérprete não é visto como um aliado e sim como rival. Somos vistos como forasteiros. Alguns foram oprimidos e acham que vamos

fazer o mesmo. Os não surdos são vistos como um mal necessário. Não tenho mais prazer em ser intérprete. Em outras instituições que trabalho, mesmo não conhecendo a Libras, me senti mais respeitado. Dizem na nossa cara, na hora da interpretação que o sinal está errado, ao invés de chamar num canto depois. (Marcos)

Outra questão em pauta foi o apontamento das falhas cometidas pelos intérpretes em público. Apesar de todo preparo e profissionalismo, erros podem ocorrer por uma série de circunstâncias, na qual vários fatores podem dificultar a compreensão por parte do intérprete, tais como: o discurso complexo, pouco claro, nomes próprios com informações que não foram fornecidas anteriormente com nome de alguma empresa ou produto. Em outros momentos, podem até ser utilizados termos em língua estrangeira que o intérprete não tem conhecimento. Muitas vezes, também existe o jogo de palavras com qual o tradutor intérprete precisa lidar, seja uma metáfora, uma poesia, ou algo neste sentido.

Sobre o sinal estar errado é um tema amplamente debatido, pois vimos que o tradutor intérprete vivencia diversos momentos de pressão, como ter um tempo limitado. Diante disso, Barbosa (2014) expõe que os equívocos recorrentes no processo interpretativo não devem servir de base para julgar o intérprete, e sim pelo alcance do objetivo comunicativo.

Por trás do erro, o pesquisador Barbosa (2014, p. 20,21) também aponta para o contexto em que o tradutor intérprete está imerso:

(...) podemos perceber que o ILS lida com uma alta carga de complexidade e estresse durante o trabalho, gerenciando inúmeras demandas que são até mesmo cognitivas, (...) onde afirma que na IS o intérprete gerencia quatro esforços: o processamento, a memória de curto prazo, a produção e a coordenação destes esforços que acontecem de forma simultânea.

Com isso, vemos que o tradutor intérprete precisa gerenciar quatro esforços no processo de IS (interpretação simultânea), apontando para o esforço cognitivo a que está exposto. (Barbosa, 2014) ainda assinala que podemos inferir que o intérprete terá um nervosismo acentuado e que seus resultados serão nítidos no produto da interpretação.

Como mediador de discursos, o tradutor intérprete de Libras realiza tanto a interpretação do português para a Libras como da Libras para o português, sendo denominado de verso voz, na qual a pessoa surda está ministrando seu discurso, seja na sala de aula, como palestrante, dentre outros, e o profissional realiza a versão voz:

Dentre os desafios enfrentados, alguns deles são:

(...) gaguejamento, impostação inadequada da voz, uso incongruente do registro da língua, postura corporal inapropriada, desvio do olhar do intérprete para com o usuário, falta de confiança, perda de atenção, entre outros. Ou seja, o contexto em que é realizada a IS interfere diretamente no intérprete, podendo ser a causa das omissões, sendo necessárias formação, preparação e confiança do profissional para não correr este risco e prejudicar o trabalho. (BARBOSA, 2014, p.21)

Barbosa (2014) nos mostra que a demanda pelas tomadas decisões do intérprete é mais do que lidar com duas línguas diferentes, mas trata-se de questões cognitivas que também passam pelo controle do intérprete. Barbosa (2014, apud Daniel Gile, 1999) aponta que o intérprete lida com quatro esforços cognitivos simultaneamente, quais sejam: Audição e Análise (A), Memória de Curto Prazo (M), Produção (P) e a Coordenação dos Esforços (C):

- . A (Esforço de Audição e Análise): todas as ações que são voltadas para o entendimento completo do texto na língua fonte;
- . M (Esforço de Memória de Curto Prazo): a ação de reter e disponibilizar informações do texto da língua fonte para serem produzidas na língua alvo;
- . P (Esforço de Produção): todas as ações até a concretização da produção do texto na língua alvo, ou seja, representação mental, organização do discurso e produção do mesmo;
- . C (Esforço de Coordenação): a ação de coordenar todos os esforços simultaneamente de forma equilibrada (BARBOSA 2014, p.41)

O autor afirma que o intérprete sempre trabalha no limite de suas capacidades cognitivas:

Como conclusão, Gile (1999) comprova sua afirmação inicial com dois argumentos: (i) mesmo que o texto que está sendo interpretado seja de fácil compreensão, foram identificados erros e omissões na interpretação. Sendo assim, as dificuldades não estavam no texto fonte e sim na saturação da capacidade cognitiva dos intérpretes e (ii) mesmo que o intérprete conheça o texto fonte (interpretando duas vezes) haverá novos erros e omissões, como aconteceu no experimento, comprovando mais uma vez a ideia de que o intérprete sempre trabalha com os seus níveis de saturação elevados, podendo ultrapassar sua capacidade cognitiva disponível a qualquer momento. (BARBOSA, 2014, p.42)

Barbosa (2014, apud Leeson, 2005) com base em Gile (1995) ainda aponta algumas estratégias a serem utilizadas pelos profissionais:

- . Omissão: é utilizada conscientemente pelos intérpretes, por exemplo: quando existe redundância no texto na língua fonte;
- . Adição: é utilizada com o objetivo de deixar claro o texto da língua fonte para o público da língua alvo, por exemplo: o intérprete adiciona uma informação que não foi passada no texto da língua fonte;
- . Substituição: é utilizada em casos de pressão do tempo, por exemplo: o intérprete escolhe um termo ou uma frase que seja mais específica ou menos detalhada que a informação na língua fonte. Neste caso, existe a junção de suas estratégias, a omissão e a substituição, e o intérprete tem consciência de que a informação omitida pode fazer falta ao longo do trabalho;

. Parafrazeamento: é utilizada principalmente quando o intérprete entende a informação produzida na língua fonte, porém não conhece este conceito ou ele pode não existir na língua alvo. (BARBOSA, 2014, p.45)

Deste modo, sempre destacamos que o tradutor intérprete é sempre permeado por escolhas, que podem trazer consequências positivas ou negativas, cabendo ao profissional tal responsabilidade.

Foi citado ainda que alguns surdos veem os intérpretes como rivais, e não como aliados. Sobre o exposto, recorreremos a Skliar (1998) que aponta ser importante para a educação de surdos romper com seus contrastes binários típicos, como podemos acompanhar:

(...) e também seus contrastes binários típicos – normalidade/anormalidade, surdo/ouvinte, maioria (ouvinte) / minoria (surda), oralidade/gestualidade etc. As oposições binárias como já assinalara McLaren (1995), entre outros autores – sugerem sempre o privilégio do primeiro termo da oposição, termo que define o significado da norma cultural. O termo secundário, nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro, mas sim dentro dele. Estabelece-se desse modo um exercício de poder e uma divisão do mundo que organiza e particulariza o ideal, deixando em outro mundo tudo quanto seja incontrollável e/ou ambivalente. (SKLIAR 1998, p. 7 e 8).

Portanto, para o pesquisador Skliar (1998), surdos e não surdos não estão em posições hierárquicas, como rivais, e os contrastes binários não devem prevalecer no contexto da educação de surdos.

Também foi citado o fato de os intérpretes se sentirem como um mal necessário e, refletindo sobre tal termo, nos perguntamos: o que é um mal necessário? É quando temos que passar por alguma situação desagradável para alcançar um objetivo maior, que no início pode ser negativo, mas que a longo prazo traz boas consequências. Sobre isso, vemos que:

Na interpretação, essa percepção aparece mais comumente com a expressão “mal necessário”. O intérprete é necessário, sem dúvida, mas é um mal porque, afinal, seria muito melhor não precisar de intermediários e estabelecer um canal de comunicação direto com a outra parte. É comum essa ideia aparecer a partir do ponto de vista do cliente, aquele que contrata e que paga. Todos nós já enfrentamos algum grau de dificuldade, na hora da negociação, por causa do custo. O cliente reluta em reconhecer a importância daquele profissional e, portanto, em aceitar pagar o valor justamente elevado daquela atividade. Isso pode ocorrer na hora da negociação, mas também durante o próprio evento. No caso de empresas que precisam realizar reuniões frequentes com estrangeiros, por exemplo, e em que se faz necessária a ajuda de intérpretes, é normal haver uma certa hostilidade por parte do cliente, com o qual somos obrigados a ter um contato estreito dada a natureza do evento. (RODRIGUES & VALENTE, 2011, p. 68-69)

Desse modo, a utilização do termo ocorre devido ao fato de que seria muito melhor não precisar de intermediários para se estabelecer um canal de comunicação direto, citando ainda

que os contratantes, no momento da negociação, também têm dificuldade em aceitar o valor estabelecido, não reconhecendo a importância do intérprete.

Foi citada ainda a necessidade de ter conhecimentos das informações circuladas no departamento:

Não termos conhecimento prévios de alguma informação e depois termos que interpretar sem saber do que se trata. Como foi o caso de uma carta a ser interpretada no Colegiado. (Alice)

Com base nisto, podemos compreender que a comunicação é base das relações humanas, sendo fundamental que as informações alcancem a categoria dos tradutores intérpretes que trabalham no departamento, como podemos acompanhar:

Deetz (2001 p. 105) enfatiza que a comunicação nas organizações ainda é tratada, na maioria das vezes, como apenas mais uma ferramenta de gestão. Entretanto, o autor admite que cada vez mais “a comunicação vem sendo reconhecida como o processo fundamental pelo qual as organizações existem e como ponto central para a análise da produção e reprodução organizacionais” (p. 105). (SANDRI, 2016, p. 15 e 16)

Portanto, podemos ver a importância na comunicação no ambiente de trabalho.

Um intérprete relatou ainda que alguns professores poderiam sinalizar:

Falta de valorização profissional. Poucos professores nos apoiam. Essa semana faltou um intérprete e a professora sabia Libras, podia ter mais empatia. Alguns professores preferem o intérprete, se acontece algo atípico podem sinalizar. (Rosa)

Como outro desafio foi citada a falta de espírito de equipe, sentindo-se como um vício histórico.

Falta de espírito de equipe em alguns colegas, não serem egoístas. Existe um vício histórico que nos vê como apoio, como um vício histórico. Falta de credibilidade, pois o aluno não pode interpretar em seu lugar. (Thomas)

Os entrevistados mencionaram ainda a falta de companheirismo entre a equipe. Com relação a isso, recorreremos à Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils, que estabelece o código de conduta e ética, que explícita o seguinte:

Art. 7º - Cabe ao TILS e ao GI manter o respeito com todos os envolvidos no serviço de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, devendo:
I. Solicitar, sempre que necessário, colaboração aos colegas de profissão.

- II. Manter cooperação mútua com os colegas de profissão.
- III. Prestar apoio moral e solidariedade aos colegas de profissão.

Portanto, a cooperação mútua com os colegas de profissão e a solidariedade entre os TILS (Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais) e ao GI (Guia-intérpretes) é essencial para a qualidade dos serviços de interpretação.

O trabalho em equipe e a comunicação são tão necessários que, de acordo com Magalhães (2007), uma pesquisa realizada pela Nasa no período de 1980 constatou que 60% dos acidentes aéreos ocorrem devido à má comunicação e conflitos de autoridade na cabine de comando.

Diante disto, iremos refletir sobre os desafios enfrentados a partir das disciplinas acadêmicas que os profissionais interpretam no Departamento de Ensino Superior.

4.3.1 A complexidade da matriz curricular do Curso Bilíngue de Pedagogia a ser interpretada

A partir do apresentado no tópico anterior, a partir das narrativas desvendadas pelos profissionais, iremos abordar a complexidade da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia Bilíngue, em que os sujeitos da pesquisa estão imersos, apresentando algumas disposições que o diferem dos demais cursos de Pedagogia, devido a especificidades da formação de alunos surdos e futuros professores surdos.

No curso de Pedagogia Bilíngue do INES, podemos ver que há uma carga horária maior nas disciplinas de Libras e disciplinas de Língua Portuguesa para Surdos e não surdos desde o primeiro período até o quinto período, incluindo as disciplinas de metodologia de Libras e metodologia de Língua Portuguesa, disciplinas relacionadas à Educação de Surdos, Letramento Bilíngue, História da Educação de Surdos e Educação Bilingue I, II e III, como podemos acompanhar adiante.

MATRIZ CURRICULAR ATUAL (POR CRÉDITOS) DE 2017 – com atualização em 2022.

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
LIBRAS I CPB101 CPB101O CPB101S	LIBRAS II CPB201 CPB201O CPB201S	LIBRAS III CPB301O CPB301S CPB301	LIBRAS IV CPB401O CPB401S	LIBRAS V: Metodologias do Ensino CPB501			
Língua Portuguesa Escrita I CPB102O CPB102S	Língua Portuguesa Escrita II CPB202O CPB202S	Língua Portuguesa Escrita III CPB302O CPB302S	Língua Portuguesa Escrita IV CPB402O CPB402S	Estágio Supervisionado I CPB502	Estágio Supervisionado II CPB602	Estágio Supervisionado III CPB702	Estágio Supervisionado IV CPB802
Estudos Surdos CPB105	Psicologia e Educação I CPB305 CPB208	Psicologia e Educação II CPB403 CPB309	Educação Infantil: saberes e metodologia CPB303 CPB410	Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa CPB503	Educação e direitos humanos: Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidades CPB601	Gestão Educacional I CPB701	Gestão Educacional II CPB801
Pedagogos e Práticas Pedagógicas CPB107 CPB107E	Concepções Sobre Infância CPB203	Didática CPB307	Currículo e Educação CPB308 CPB411 CPB707	Artes e Educação CPB504	Metodologias do Ensino de Ciências CPB603	Literatura e a Infância CPB703	Pedagogia em Contextos não Escolares CPB803
Ciências Sociais e Educação CPB104	Antropologia e Educação CPB207	Políticas Públicas e Educação CPB306	Metodologia do Ensino de LP CPB408 CPB708	Metodologias do Ensino de Matemática CPB506	Metodologias do Ensino de História e Geografia CPB604	Educação Especial CPB705	
Filosofia e Educação CPB206 CPB108	História da Educação CPB205	História da Educação de Surdos CPB304	Educação Bilíngue I CPB405	Educação Bilíngue II CPB505	Educação Bilíngue III CPB605	Redação Acadêmica CPB706	
Tecnologias de Informação e Comunicação I CPB103	Tecnologias de Informação e Comunicação II CPB204	Educação de Jovens e Adultos CPB409 CPB310	Avaliação CPB407	Investigação Científica e Produção Acadêmica I CPB404 CPB507	Investigação Científica e Produção Acadêmica II CPB606	Orientação de TCC I CPB704	Orientação de TCC II CPB804

* Em azul as disciplinas com pré-requisitos

Fonte: <https://www.ines.gov.br/images/desu/Disciplinas-Graduao-Matriz-2017.pdf>

QUADRO 5: Matriz curricular

A partir disso, podemos analisar as respostas dos entrevistados, pois são disciplinas diversas, quais sejam: Língua Portuguesa, Língua Portuguesa Escrita, Estágio Supervisionado, Estudos Surdos, Psicologia e Educação, Educação Infantil: saberes e metodologia, Alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Educação e Direitos Humanos: Relações

Étnico-raciais, gênero e diversidades, Gestão Educacional, Pedagogos e Práticas Pedagógicas, Concepções sobre infância, Didática, Currículo e Educação, Artes e Educação, Metodologia do Ensino de Ciências, Literatura e a infância, Pedagogia em contextos não escolares, Ciências Sociais em Educação, Antropologia e Educação, Políticas Públicas e Educação, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino de Matemática, Metodologia do Ensino de História e Geografia, Educação Especial, Filosofia e Educação, História da Educação, História da Educação de Surdos, Educação Bilíngue, Redação Acadêmica, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação de Jovens e Adultos, Avaliação, Investigação Científica e Produção Acadêmica e Orientação de TCC.

A partir disso podemos inferir a necessidade de formação específica apresentada, pois apesar do edital do concurso público do INES ter como critério a formação em ensino médio, verificamos que os intérpretes trabalham com todas estas disciplinas mencionadas, sendo de extrema relevância formação específica.

Podemos acompanhar SILVA (2016, p. 25) na qual:

Ainda com relação ao intérprete de língua de sinais atuante no ensino superior, foco deste trabalho, Silva (2016) refere que existe uma carência destes profissionais neste nível de ensino. Assim, é necessário aumentar o número de intérpretes que deem conta da demanda dos alunos surdos universitários. Para que isto ocorra, além da exigência do curso de graduação, este profissional também deveria possuir formação em áreas específicas do conhecimento, tais como exatas, humanas, biológicas etc. Isso daria a possibilidade deste profissional se empoderar com relação as disciplinas em que atua no ensino superior, principalmente com a relação a termos específicos de cada área do conhecimento e ao uso da Libras nessas áreas. Embora seja evidente que a profissão de intérprete de Libras venha se modificando ao longo da história, pesquisadores como Quadros (2004), Schubert (2012), Filietaz (2006) e Pires (2000), e tantos outros, mencionam que este profissional ainda necessita uma melhor formação para atuar nos níveis educacionais, especialmente no ensino superior. É importante destacar que para atuar como intérprete de Libras não basta ter conhecimento das línguas envolvidas, mas é preciso também conhecer cada aluno surdo, e também os assuntos debatidos em sala de aula.

Portanto, dar conta de uma interpretação de um curso universitário exige formação em áreas de conhecimento específicas, que vão muito além do Instituto, e sim da relevância de criação de políticas públicas que incentivem, não só a abertura de editais para áreas específicas de conhecimento, mas para o cargo de Tradutor Intérprete de Libras compatível com a remuneração correspondente ao nível superior, e não ao ensino médio, como é o caso da realidade atual.

Consideramos além disso, como mencionado pela entrevistada, a relevância de envio de material prévio para que o profissional tenha acesso ao material que será ministrado para pesquisar terminologias específicas e adequadas ao léxico em questão, tendo em alta conta a

rápida velocidade que o intérprete tem para realizar a tradução simultânea, tendo que praticamente ser instantâneo ao ouvir a informação, acessar seu arquivo mental e realizar o sinal, como podemos constatar:

O Tradutor e Intérprete de Libras, é aquele que executa um trabalho intelectual transpondo informações de uma língua para outra, causando um rendimento físico e mental, envolvendo a interação social e cultural, podendo repassar na mesma proporção qualitativa todas as informações ou parte dela, já que possui o poder de influenciar o objeto e o produto da interpretação. A ação de traduzir e interpretar requer o uso cognitivo linguístico, pois, o raciocínio do tradutor e intérprete, sua memória e agilidade são constantemente requisitados. Considerando como um problema mal resolvido que precisa de solução, dado que, precisa entender o que ouve e fazer a acomodação na sua memória de curto prazo, em especial o intérprete deve organizar a informação, e saber qual sinalização em Libras é correspondente a dada sentença do português ou vice-versa, desse modo, precisa exercitar um policiamento constante do que ouviu, leu ou visualizou. (BARROSO 2020, p.6)

É essencial que o profissional tenha compromisso em sua trajetória profissional com a formação, a formação continuada e todos os meios que visem ao aperfeiçoamento; entretanto, também precisamos considerar que a interpretação e a tradução são sempre um exercício imperfeito, como vemos em MAGALHÃES (2007, p. 170)

Traduzir é sempre um exercício imperfeito, em que tentamos transpor para outro universo semântico ideias e sentimentos que não são nossos. Num tal processo, o resultado será sempre alvo potencial de censura e dissenso. Na tradução, fazemos mais do que simplesmente buscar sinônimos. Somos forçados a interpretar, a intuir o sentido de passagens por vezes dúbias. Fazemos escolhas a todo momento. Elegemos. Tomamos decisões. E com isso, naturalmente, nos arriscamos ao erro.

Ademais, finalizamos este tópico explicitando a complexidade e particularidade do exercício profissional.

4.4 Eixo temático C: Visões do Bilinguismo utilizado no INES

No presente eixo, indagamos acerca de como os profissionais compreendem o Bilinguismo utilizado no INES com as seguintes perguntas: indagamos aos entrevistados se consideram o Departamento de Ensino Superior do INES bilíngue e sobre as práticas e estratégias que deveriam ser colocadas em prática para o que o DESU/INES possa avançar como um ambiente bilíngue.

Não. Porque tem professores que não sabem Libras. Tem surdos que tem dificuldade com o português escrito. Funcionários que não sabem Libras.

Na organização de um evento a acessibilidade é a última coisa a ser pensada. (Alice)

Não. Tem pessoas que sabem alguns sinais, mas conhecimento limitado. Formamos mais intérpretes do que pedagogos. (Aurora)

Sim, pois circulam as duas línguas, o português escrito e a Língua de Sinais, o intérprete estar em sala de aula não descaracteriza o ambiente ser bilíngue. (Vicente)

As duas línguas precisam ter o mesmo peso. Como os informes e comunicados serem realizados nas duas línguas. (Rosa)

Não, é parcialmente bilíngue, pois está sempre nos dois extremos. Privilegia mais uma língua ou a outra. Privilegia mais o português não porque os não surdos são vilões, mas são muitos anos assim. Depois do novo concurso alguns são mais conscientes. (Thomas)

Tem propostas bilíngues, mas não é padronizado, está em construção. Não tem uma proposta de Educação Bilíngue. Parcialmente bilíngue. Já estive em reuniões que todos sabiam Libras, mas querem o intérprete. O português sobressai. Melhorou com a direção surda, se reúnem sem, mas é minoria. (Bernardo)

É preciso todos se comunicarem em Língua de Sinais. Ouvintes saberem Língua de Sinais e surdos o português escrito. No mercado de trabalho o surdo precisa saber ler. (Nicolas)

É preciso a circulação das duas línguas no Departamento. Saber como ensinar para o aluno surdo, ter materiais bilíngues. ter equipe de intérprete surdo também. (Alberto)

Os não surdos em sua maioria querem só o português e os surdos só a Libras, alguns estão na interseção, mas a maioria é extremista. A tradução de materiais precisa ser nas duas línguas e nem sempre tem. (Claudia)

Diante das respostas apresentadas pelos entrevistados constatamos que grande parte não considera o Departamento de Ensino Superior do Instituto bilíngue, pois relatam haver professores que desconhecem a Língua de Sinais e outros que sabem alguns sinais de forma limitada. Alguns afirmam que é parcialmente bilíngue, descrevem que existem propostas bilíngues, porém não é de forma padronizada, que está em construção.

É exposto que os não surdos, em sua maioria, querem utilizar o português e os surdos, somente a Libras; que alguns utilizam as duas línguas, mas a maioria está entre os extremos. Um intérprete respondeu que já esteve em reuniões que todos sabiam Libras, mas preferiram a presença do intérprete, alegando que o português sobressai, que houve um aprimoramento com a direção surda e se reúnem sem a presença do intérprete, mas é a minoria das pessoas.

Para além disso, podemos notar que, a Educação Bilíngue é atravessada por diversos fatores que ultrapassam apenas a questão linguística, não se trata exclusivamente de duas línguas circularem livremente, como podemos acompanhar:

Como podemos perceber, nas reflexões até aqui realizadas, um programa de educação bilíngue não se sustenta apenas pela mera constatação da necessidade de um trabalho que envolva duas línguas no processo educacional, que é a definição que vem sendo privilegiada nas políticas oficiais e incorporada aos discursos dos professores. Se língua, cultura e currículo são espaços de produção de significação e de construção de identidades sociais (SILVA, 2001), onde se entrecruzam pontos de vista, relações de poder e efeitos de sentido, o empreendimento por uma educação bilíngue comprometida em promover a legitimidade e a autoridade, até então negadas, a grupos minoritários exige posicionamento ético e político. Isso significa pensar para além das fronteiras estabelecidas pelas línguas envolvidas no processo. (FERNANDES, 2003, p. 51)

Assim sendo, a questão linguística é atravessada por diversos fatores, como as relações de poder que envolvem o uso das línguas. De acordo com Ferreirinha e Raitz (2010), o poder sempre exprime força, autoridade, controle e poder determinar algo. Compreendido em tal contexto como:

É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados. (FERREIRINHA E RAITZ, 2010, p.5)

Além disso, tal perspectiva é extremamente importante, pois ressalta que um programa de Educação Bilíngue não se sustenta apenas com as duas línguas no processo educacional. É imprescindível o posicionamento ético e político e pensar além das línguas, com processos que envolvam língua, cultura e currículo como espaços de construção de identidades e relações de poder.

Referente a pensar além das línguas, identificamos os artefatos, objetos, produtos da cultura surda. Riedi & Panssonato (2018) assinalam que o primeiro artefato da cultura surda é a experiência visual, pois percebem o mundo através de seus olhos. O segundo é o artefato cultural linguístico, a língua de sinais, sabendo que a língua não é universal e cada país possui sua língua de sinais. O artefato cultural da Literatura Surda é a expressão do povo surdo, através de suas histórias. Um outro artefato cultural é a política, tratando-se do movimento surdo em busca de seus direitos. E por último, o artefato cultural material, quais sejam, os materiais que facilitam o cotidiano da pessoa surda, como campanhas luminosas e despertadores vibratórios.

Ressaltando que os artefatos se referem-se às produções do seu jeito de ser e de ver o mundo. Tal conceito deve ser apreciado e considerado para tratarmos da Educação Bilíngue.

As práticas socioculturais devem ser integradas ao processo de ensino aprendizagem dos conteúdos. Assim sendo, a partir destas quatro perspectivas, compreendemos que por detrás das propostas curriculares existem concepções filosóficas, com interesses que perpassam a sociedade.

A partir disso, podemos concluir que precisamos ponderar para além das questões linguísticas na educação de surdos, como qual o tipo de currículo perpassaria pela educação bilíngue, quais devem ser os conteúdos a serem apreendidos na educação bilíngue, as atividades, os procedimentos didáticos a serem estabelecidos, dentre outros.

Entre as respostas dos entrevistados ainda foi citada a necessidade de se ter materiais bilíngues com a participação de um surdo na equipe para realizar a tradução. Com relação a isto, verificamos que a pessoa surda pode colaborar com a equipe auxiliando com sinais em Libras, como terminologias específicas de cada área de ensino, além de compreender melhor como será a forma mais clara de compreensão para a pessoa surda. O decreto nº 5.625, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), em seu artigo 19, estabelece que:

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil: I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior; II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental; III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Sendo assim, o profissional surdo com competência, pode realizar a interpretação de Língua de Sinais de outros países para a Libras, considerando que ela se refere a Língua Brasileira de Sinais, ou seja, não é universal, além de ser permitido sua atuação em cursos e eventos.

O profissional surdo, neste sentido, também pode contribuir com a produção de materiais bilíngues, juntamente com o tradutor intérprete de Libras. Deste modo, compreendemos que um intérprete trabalha com palavras faladas em determinado contexto, como é o caso das aulas ministradas no Departamento de Ensino Superior do INES, transmitindo a mensagem de uma

língua para a outra, ao passo que a tradução se refere a verter de uma língua para a outra em texto escrito. Segundo Quadros (2019), os tradutores são os profissionais que operam com a tradução prévia de materiais, acessando o texto de origem e estudando o material. Se o texto for em português, fará leitura do texto, levantamento da terminologia utilizada, registrando suas decisões, finalizando com a filmagem a tradução para Libras.

O entrevistado mencionou a necessidade de haver materiais bilíngues para que o ambiente seja considerado bilíngue. Por outro lado, concluímos que os intérpretes de Libras abarcados por esta pesquisa realizam suas atividades laborais somente em sala de aula, na qual os docentes ouvintes não ministram suas aulas em Língua de Sinais.

A presença dos intérpretes de língua de sinais não pode ser absoluta em uma escola bilíngue. Todas as pessoas que atuam nessas escolas precisam saber as duas línguas. No caso dos profissionais ouvintes, espera-se que adquiram a Libras e nela interajam no ambiente escolar. No entanto, eventualmente, é possível haver algum professor que não conheça suficientemente a Libras para poder ministrar uma aula. Essa situação, portanto, requererá a presença do intérprete. (QUADROS, 2019, p.173)

Assim sendo, a presença dos intérpretes de língua de sinais não pode ser absoluta em uma escola bilíngue, ou seja, não é indicado que haja a dependência dele.

A educação bilíngue precisa ser viabilizada tendo a Libras como língua de instrução. Assim, os professores dos alunos surdos precisam ser bilíngues (Libras e língua portuguesa). Esses professores também precisam conhecer muito a comunidade surda, suas histórias, sua cultura e experiências visuais dos surdos para poderem reconhecer essas manifestações em sala de aula e interagir com os alunos em Libras de forma apropriada. Os professores bilíngues ouvintes são de diferentes áreas do conhecimento. Usam a Libras e a língua portuguesa e conseguem conversar com seus alunos surdos em Libras. Esses professores reavaliam constantemente os papéis desempenhados pelas línguas dentro e fora da escola, bem como avaliam o seu papel enquanto profissionais da área. (QUADROS, 2019, p.176)

Deste modo, a educação bilíngue abarca diversas questões essenciais que precisamos refletir. A representação de professores bilíngues não surdos demonstra a possibilidade de pessoas não surdas terem acesso à Libras. A autora expõe que, se a escola é bilíngue, os gestores e todos os demais servidores técnicos da escola, também devem ser bilíngues.

Determinadas ações devem ser postas em prática de acordo com o decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), conforme corrobora a autora:

Ainda contamos com outros desdobramentos desse planejamento linguístico:

- (a) Os tradutores de Libras passam a atuar na produção de materiais em Libras;
- (b) Os professores de Libras passam a ter formação e atuar no ensino de Libras para alunos surdos (L1) e alunos ouvintes (L2);
- (c) Os alunos surdos começam a contar com professores bilíngues fluentes em Libras, para lhes garantir o acesso à educação básica;
- (d) A Libras aparece na mídia, em programas de televisão, nos programas eleitorais, em vinhetas informativas (tais como a que informa a idade mínima para assistir os programas de TV), em programas religiosos e assim por diante. (QUADROS, 2019, p. 29)

Podemos alcançar, portanto, que, à medida que os professores não surdos se tornarem professores não surdos bilíngues, os tradutores intérpretes de Libras terão maior disponibilidade para a tradução de materiais bilíngues, sendo convocados apenas para questões pontuais em sala de aula, como dúvidas referentes a sinais, não interpretando a aula completa, avançando assim rumo a passos bilíngues.

Obtivemos ainda como dado de pesquisa o desafio dos surdos com o português escrito no departamento. Segundo Quadros (2019), a educação bilíngue para surdos no Brasil envolve a Libras e o português. Tal perspectiva é envolta por aspectos sociais, culturais e linguísticos, legitimando a surdez como experiência visual e a língua de sinais como a primeira língua da criança surda, além de reconhecer a importância da família neste processo. Cabe a nós compreendermos de que forma se configura este bilinguismo.

Quadros (2019, p. 159) nos esclarece que:

O fato de a língua portuguesa não ser adquirida de forma espontânea pelos surdos também apresenta implicações no contexto escolar (...) Outro aspecto importante envolve os espaços da escola e os pares dos alunos surdos. O encontro surdo-surdo é fundamental para o estabelecimento das redes sociais e da própria língua de sinais. A língua se constitui na relação com os outros. Ela faz sentido a partir da interação com as outras pessoas enquanto parte de um coletivo social que constituiu uma identidade linguística e social. Portanto, os espaços da escola devem prever o agrupamento de surdos. Esses aspectos formam os pilares da educação bilíngue.

Com isso, identificamos que existem implicações linguísticas no contexto escolar que se tornam relevantes a serem consideradas. A autora ainda destaca comentários de surdos sobre o português em suas vidas:

Eu penso que português é fala, que sempre querem fazer a gente falar esta língua. Português é falar, falar e falar. É oralizar. É leitura labial [S.200].

Eu nunca aprendi português. Na escola fiquei dezoito anos estudando português, mas eu não passava da quarta série. As professoras me ensinaram português por dezoito anos e eu não consigo ler uma reportagem de jornal sem dificuldades. Acho que português é muito difícil mesmo, não tem jeito. Além disso, sempre fui para a sala de fono, sempre me ensinaram a fazer pa, pa, pa. O que aprendi? Nada, nada mesmo.

Perdi meu tempo. Agora quero trabalhar, me casar e não aprendi nada na escola [M.1992] (QUADROS, 2019, p. 161)

Tal testemunho é contundente, expressando experiências pessoais. Assim sendo, na educação bilíngue as línguas precisam compartilhar os espaços da escola de igual para igual.

Segundo Fernandes (2003), a Educação Bilíngue para surdos carece de algumas premissas, tais como:

Em nosso entendimento, as premissas implicadas nesse empreendimento deveriam envolver, necessariamente: a) a aceitação dos surdos como grupo que constrói aspectos de sua identidade linguística e cultural pelo uso de uma língua natural - a língua de sinais - tal como outros grupos étnicos minoritários; b) o reconhecimento do estatuto científico da língua de sinais e sua incorporação à agenda de discussões das políticas públicas nacionais e ao currículo escolar; c) a superação da perspectiva clínica na educação de surdos, o que os submeteu/submete a uma pedagogia terapêutica nas práticas escolares; d) o reconhecimento do espaço prioritário dos adultos e profissionais surdos no processo educacional, favorecendo a formação da identidade das crianças e a vivência de aspectos culturais da comunidade surda; e) o estabelecimento de uma política de formação inicial e continuada de professores, em nível nacional, que contemple a questão da pluralidade cultural presente na escola; f) o domínio efetivo da língua de sinais por parte dos professores de surdos, em sua maioria ouvintes, necessário ao encaminhamento de questões essenciais à prática pedagógica como é o caso do aprendizado da língua portuguesa, por exemplo. (FERNANDES, 2003, p. 52)

Logo, alguns apontamentos são importantes para o estabelecimento de uma Educação Bilíngue. Tais pontos são primordiais e reflexivos.

Além disso, segundo a autora, a questão do ensino de português como segunda língua é um dos aspectos mais desafiadores de um projeto educacional bilíngue de surdos. Outros aspectos são: a aceitação dos surdos em sua identidade linguística e cultural por meio da língua de sinais, a discussão da língua de sinais nas discussões das políticas públicas e sua inserção no currículo desde a educação infantil, a superação da perspectiva clínica na educação dos surdos, o reconhecimento da prioridade da presença dos adultos surdos no processo educacional, estabelecimento de política de formação inicial e continuada de professores em nível nacional e, conseqüentemente, o domínio eficaz da língua de sinais por parte dos professores.

Observa-se ainda que diversas “pequenas” ações em sala de aula podem contribuir para práticas bilíngues, pequenas por serem simples de serem realizadas, entretanto, em sua essência, são grandiosas, pois apontam para a efetivação do bilinguismo não somente na teoria, mas também na prática.

4.5 Eixo temático D: Possíveis Estratégias para o DESU exercer o bilinguismo

No atual eixo, foi indagado se consideram o Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos um ambiente Bilíngue e quais iniciativas poderiam ser postas em prática para que possa se aprofundar no Bilinguismo:

Já tem algumas iniciativas, como o curso de Libras, ter um apoio para os surdos com o português escrito. Ter textos traduzidos para Libras. Também investir na escrita dos surdos. Ter representação por categoria e ouvi-los. Chamar os surdos para opinar na criação de material bilíngue. (Vicente)

Criar grupos de trabalho para debater sobre a Educação Bilíngue, com eleição de pontos importantes. Ter um núcleo de trabalho especializado para reforço em todas as disciplinas. (Claudia)

Professores tentarem dar algumas partes da aula em Libras. Investir em formação continuada para os professores, com conversação. (Aurora)

Palestras de esclarecimento sobre as barreiras que o surdo passa, não é só se esforçar para ler. Tem a questão familiar, o atraso na aquisição da linguagem. Palestras para entender o trabalho mental do intérprete. (Nicolas)

Estimular o uso da língua em todos os ambientes, curso de Libras específico para a necessidade de cada setor, não somente o curso de Libras. Curso de Libras para o pessoal da limpeza, porteiros etc. (Rosa)

Neste último eixo, abordaremos possíveis pontos que podem contribuir com estratégias para que o ambiente avance rumo a caminhos bilíngues. Os dados da pesquisa apontam que o Departamento de Ensino Superior possui certas iniciativas que estimulam práticas bilíngues, como o curso de Libras, e propõem um reforço para os surdos com o português escrito. Sobre isto, a Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021) expõe que:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva, sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

Logo, a legislação estabelece que, quando necessário, haverá serviços de apoio educacional bilíngue para atender as especificidades linguísticas dos discentes surdos. No ano

de 2021, o Ministério da Educação constituiu uma proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da Educação Básica e do Ensino Superior. Afirmando que a educação bilíngue somente irá se concretizar quando a partir da produção de novas práticas curriculares, incluam temas tais como: a língua, a identidade, cultura, a visualidade, dentre outros fatores.

Desse modo, o Ministério da Educação, através de seu caderno introdutório, apresenta que a oferta de educação bilíngue inicia-se na primeira etapa da educação infantil, por meio da educação linguística infantil, em creches e escolas bilíngues de surdos, com a garantia de oferta de ambiente linguístico com a aquisição da língua de sinais e, progressivamente, a exploração do português escrito. Tal questão, também está constituída pela Lei n° 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021) em seu artigo 60:

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida

A oferta do português escrito na educação bilíngue precisa estar bem concisa e clara para não gerar equívocos, como vemos a diante:

É preciso situar bem o papel da imagem no currículo. Como esta proposta curricular para o ensino de PSLS focaliza o ensino visual, não há previsão de conteúdos no currículo que façam qualquer tipo de associação a som. Qualquer tipo de alusão ou associação a modalidade oral do português não é papel do professor. Por isso, deve ser encaminhada à responsabilidade da área da saúde, com fonoaudiólogos especializados na oralização de estudantes surdos. Conteúdos que dizem respeito à sonoridade do português, como é o caso de tonicidade da sílaba, que leva à classificação das palavras em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; regras de acentuação gráfica e divisão silábica, propriamente ditas, que possuem regras intrinsecamente baseada sem questões sonoras não são incluídos na proposta curricular para o ensino de português escrito para alunos surdos. (CADERNO INTRODUTÓRIO, 2021, p.24)

Portanto, é necessário que questões relacionadas ao som para o ensino de português associem-se a questões visuais.

Diferentes pesquisadores (SÁNCHEZ, 1993; FERNÁNDEZ, 1996; HOFFMEISTER, 1999) são categóricos em afirmar que a língua escrita pode ser plenamente adquirida pelos surdos se a metodologia empregada não enfatizar a relação letra-som como pré-requisito, mas recorrer, principalmente, a estratégias visuais, prioritariamente pautadas na língua de sinais, similares metodologicamente àquelas utilizadas usualmente no ensino de segundas línguas para ouvintes. (FERNANDES, 2003, p.101)

Deste modo, reafirmamos a importância mencionada pela entrevistada de um reforço no português, não reproduzindo a língua portuguesa por imitação ou memorização mecânica, mas que tenham práticas significativas para os discentes surdos.

Além disso, de acordo com Fernandes (2003), o aprendizado de uma segunda língua envolve diversas operações mentais, em que a primeira língua está envolvida com a articulação de conhecimentos prévios, fazendo comparações, associações, dentre outros. Porém isto comente ocorre em situações reais de uso.

A escola bilíngue que parte da Libras precisa apresentar um ambiente linguístico no qual as pessoas usem essa língua para conversar, para interagir e para ensinar. Desde a sinalização da escola até a conversa de corredor: Tudo deve passar pela Libras. Embora para os surdos a Língua Portuguesa envolva muito mais um processo formal, ela também pode estar presente, por exemplo, na sinalização do espaço, constituindo o bilinguismo no espaço escolar. A língua na informalidade, ou seja, nas conversas de corredor, no barzinho da escola, nos intervalos e na sala de aula, precisa ser a Libras. O português vem junto, mas não como a língua da informalidade, pois não é a principal língua de interação dos alunos surdos. (QUADROS, 2019, p.160)

Portanto, é de extrema importância o desenvolvimento de um espaço bilíngue em que haja a circulação por inteiro de ambas as línguas.

Diante de todo o exposto, podemos considerar que ocorreram diversos avanços no Departamento de Ensino Superior em direção ao bilinguismo. Dentre eles, podemos mencionar que o relatório de gestão referente ao ano de 2019 aponta que, pela primeira vez, o Departamento tem um diretor surdo, o Diretor, professor Rodrigo Rosso, sendo um importante avanço para o protagonismo surdo.

De acordo com Lara (2021), o protagonismo surdo está relacionado a questões de identidade, cultura, língua, práticas pedagógicas surdas, dentre outras. A autora expõe que:

Compreendo que, no caso dos surdos, é mais difícil de ser reconhecido, pois há uma confusão muito grande entre ser deficiente auditivo e ser um representante de um povo – que é linguisticamente e culturalmente distinto. Essa não é uma discussão feita quando se pensa em protagonismo indígena, embora a semelhança das discussões linguísticas nos aproxime como comunidades específicas. (LARA, 2021, p.41)

Neste sentido, o atual diretor implantou determinadas práticas bilíngues que contribuíram com o avanço do bilinguismo no departamento.

Identificamos no Relatório de Gestão (2019, p.76) que “a Direção pintou uma parede de azul para gravar vídeos em Libras e fazer suas comunicações. Alguns professores, técnicos

e alunos vão à Direção e pedem para gravar. Tal ação nos motiva a criar espaços para gravação, antes exclusivo de apenas uma sala de produção de vídeos.”

Outro avanço identificado foi a criação da Pós-graduação *Lato Sensu* com o tema: Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos; com uma carga horária total de 400 horas, as aulas são todas ministradas em Libras sem a presença de Tradutores Intérpretes de Libras, sendo a fluência em Libras um requisito exigido para a aprovação na Pós-graduação. O início do curso foi em 11 de setembro de 2019. Sendo 50% das vagas destinadas a candidatos surdos e 50%, destinadas a candidatos ouvintes.

Também da Disciplina: “Introdução a Instrução em/de Libras na Educação de Surdos” ministrada pelos Professores Dras. Ana Regina Campello e Sara Moitinho da Silva que ensinam e usam a Libras como língua de instrução.

O Relatório de Gestão (2019, p.33) aponta que “o ambiente virtual e as atividades pedagógicas são disponibilizados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em Língua Portuguesa, com o intuito de incluir e favorecer as discussões em grupo e a realização das tarefas.” Expondo ainda que:

Os professores começam a sinalizar, alguns timidamente, outros, mais audazes, se arriscam mais. Alguns já defendem a língua de sinais e, em reuniões, já começam a sinalizar. O Curso de Libras é ofertado pela gestão, com conceitos e sinais que possam ser usados em sala de aula. Alguns aventureiros já dispensam os intérpretes, aulas em Libras, perfeitos? Talvez não, mas, pelo esforço, a experiência e a fluência virão por si próprios, é importante incentivarmos essas práticas. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019, p.76)

Sendo assim, a partir da entrada de um diretor surdo no Departamento, a prática bilíngue foi sendo ampliada através das pequenas ações realizadas pelo Departamento, tais como: convocações de colegiado, convocações de reuniões, os informes em Libras; com isso houve um aumento de docentes e alunos utilizando a Libras no Departamento.

Mendes (2018) mostra-nos que os materiais didáticos adaptados são muito importantes na educação de surdos, evidenciando a necessidade de buscar novas estratégias que contribuam para o processo de ensino e aprendizagem. Ainda com relação a isso, a autora aponta para a aprendizagem significativa, reconhecendo que os conhecimentos prévios adquiridos pelos alunos fazem parte deste contexto. Desta forma, podemos ver que as tecnologias são essenciais para a contribuição na Educação de Surdos.

Cardoso (2016) nos diz que o desenvolvimento de tecnologias tem sido fortemente propagado em nossa sociedade. Tais tecnologias podem contribuir com a educação de surdos, como vemos a seguir:

Seguindo, na revisão de literatura, percebe-se que o desenvolvimento de tecnologias está avançando cada vez mais rapidamente, adaptando o mundo em que se vive para proporcionar qualidade de vida por meio do suporte tecnológico, como, por exemplo, na geração de novas tecnologias visuais adaptadas para comunicação com pessoas surdas, podendo assim, reverter as barreiras da comunicação na sociedade ao facilitar o entendimento entre as pessoas por meio destas tecnologias. (CARDOSO, 2016, p.25)

Desse modo, a gravação de vídeos em Libras contribuem com o registro da Língua, algo que não era possível anos atrás. Seja a gravação de uma contação de história, de um informe ou de um material didático, tal ação favorece o registro, análise e propagação da Língua de Sinais, assim como fortalece o Bilinguismo.

Além disso, o vídeo gravado em Libras possibilita que o acesso à informação seja em sua primeira língua, favorecendo a compreensão da mesma, não anulando a Língua Portuguesa, mas estimulando o desenvolvimento do Bilinguismo, como vemos abaixo:

Percebe-se que as pessoas surdas estão produzindo vídeos em Libras para publicar nas redes sociais, compartilhando os comentários de quaisquer assuntos através dos vídeos pela produção em Libras para promover entendimento entre si. Também se percebe a situação da interação, na qual várias pessoas surdas estão pedindo nas redes sociais como YouTube, Facebook e outros a quem escreveu em português que refaça a apresentação em vídeo, pois não conseguiram compreender a leitura em segunda língua, por isso, foi produzido vídeo em Libras para deixar claro o conteúdo, permitindo que as pessoas surdas tenham compreensão. (CARDOSO, 2016, p.26)

O registro, como forma de representar o pensamento humano, também contribui para a preservação, análise e compreensão da língua.

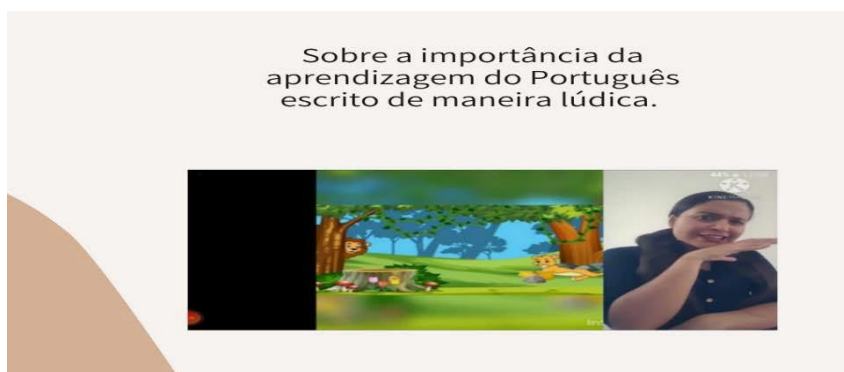
Assinalamos que comunicados para alunos também são realizados nas duas línguas, tanto na Língua Brasileira de Sinais como na Língua Portuguesa na modalidade escrita. Abaixo temos a foto de um vídeo gravado em momento pandêmico, em que os alunos não estavam comparecendo de forma presencial a Instituição e um comunicado foi enviado aos discentes da Pós-graduação via vídeo em Libras:



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=oeKFuUp-zn8>

FIGURA 11 – Comunicado em Libras

Podemos dizer ainda que a turma de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue realizou diversas atividades nas duas línguas, fortalecendo o Bilinguismo, como podemos acompanhar na imagem abaixo:



Fonte: Trabalho apresentado para a disciplina de Espaço, ambiente, rotina, linguagem e cultura na Educação Infantil.

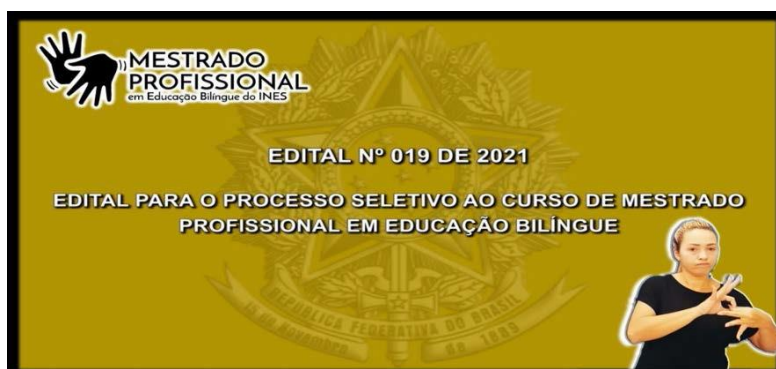
Figura 12 – Atividade do mestrado realizada em Libras

Neste sentido, o vídeo refere-se a uma contação de história em Língua Brasileira de Sinais, assim como teve a exigência de entrega em Língua Portuguesa escrita, oportunizando ações bilíngues:

O interessante da produção de registros em vídeos (...) é a possibilidade de gravar por meio dos diversos modos de armazenamentos atuais, a fim de garantir a preservação ao longo do tempo. Da mesma forma que acontece quando alguém escreve num pergaminho, numa folha de papel, em paredes de pedra ou qualquer outro jeito de registrar a escrita, aparece o cuidado para a preservação do que foi registrado. (CARDOSO, 2016, p.40)

Portanto, o Mestrado de Educação Bilíngue tem fomentado a utilização de práticas bilíngues.

Outrossim, diversos comunicados oficiais, notas de repúdio, ofícios, dentre outros, são gravados em Libras, disponíveis em canal do Youtube, como vemos a seguir:



Fonte: https://www.youtube.com/channel/UC6_jJOVeSVu4_BmjzKG8pNw/videos

FIGURA 13 – Vídeos internos realizados em Libras

Ademais, um outro avanço que podemos identificar foi que os sujeitos da pesquisa, os Tradutores Intérpretes de Libras, estão buscando constantemente aperfeiçoamento profissional. Apesar de o concurso que prestaram ter a exigência de nível médio, vimos através dos dados coletados nesta pesquisa que os Tradutores Intérpretes possuem o ensino superior e alguns a pós-graduação Lato-Sensu e Scrito-Sensu, como podemos verificar:

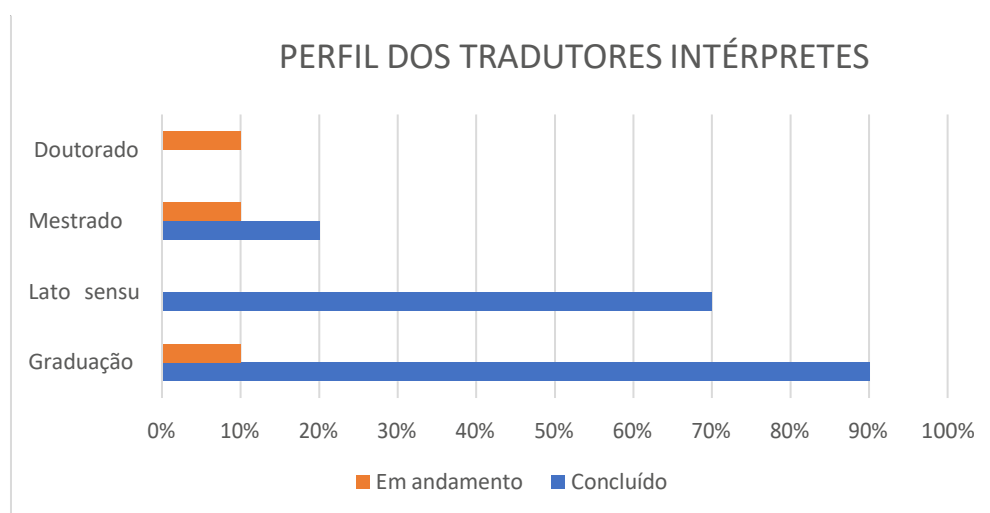


GRÁFICO 1- PERFIL DOS TRADUTORES INTÉRPRETES

Com isso, constatamos que 90% dos entrevistados têm graduação concluída e 10% em andamento. Assim como 70% dos entrevistados possuem pós-graduação *lato sensu* concluída.

Desse total, 20% possuem pós-graduação *stricto sensu* a nível de mestrado concluída e 10%, em andamento; e, por fim, 10% dos entrevistados estão com a pós-graduação *stricto sensu* a nível de doutorado em andamento.

Portanto, constatamos um grande avanço para o Departamento de Ensino Superior o constante aperfeiçoamento dos profissionais, tendo em vista a complexidade dos conteúdos curriculares a serem interpretados, como já mencionado acima.

Para finalizar, ressaltamos a relevância da Libras circular no espaço acadêmico. Com esse trabalho podemos acompanhar as narrativas dos tradutores intérpretes, sendo essencial que todos tenham ciência das funções do profissional, que a comunicação das informações alcance a todos, a relevância da parceria entre professor intérprete e tantos outros pontos proeminentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo descrever as experiências e trajetórias dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais no Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Departamento de Ensino Superior – DESU. Partimos de entrevistas com dez Tradutores Intérpretes que atuam em turmas do Curso de Pedagogia do 1º ao 8º período nos dois turnos, manhã e noite, realizadas entre novembro de 2021 a dezembro de 2021. As entrevistas foram realizadas de forma remota por conta da Pandemia do Coronavírus.

Com o avanço das legislações, dentre elas a regulamentação da Lei nº 14.191/2021 (BRASIL, 2021) sobre a modalidade de Educação Bilíngue de surdos, que altera a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que busca a valorização da educação bilíngue, consideramos uma necessidade histórica recolocar o sentido da educação bilíngue em nosso país a partir de uma perspectiva intercultural que responde a um projeto social ético-político. É um grande desafio, tanto para a comunidade surda que vem se fortalecendo e se constituindo por meio de lutas em busca dos direitos e pelo reconhecimento das diferenças, como também para educação bilíngue, contribuir para romper as relações assimétricas de poder que existem em nosso país e buscar a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Desse modo, entendemos essa pesquisa como uma contribuição acadêmica que buscou uma discussão científica sobre a prática dos Tradutores Intérpretes de Libras no Curso de Pedagogia, assim como uma contribuição para a formação, pois apresenta as experiências e as produções práticas das trajetórias dos Intérpretes na busca pela própria formação em seus espaços profissionais na escola, na universidade e na sociedade e que também tem como proposta o desejo de contribuir com uma perspectiva reflexiva acerca de seu fazer profissional, visando à reflexão e análise para uma prática que busca a qualidade do serviço prestado e a valorização do profissional Tradutor Intérprete de Libras.

As análises apontaram a seriedade da formação profissional, por tratar-se de tradução e interpretação de temas altamente complexos que necessitam de capacitação adequada. Além disso, mostrou a necessidade de equiparação salarial do cargo, tendo em conta o profissional atuar em nível superior, e não em nível médio. Muitos profissionais têm a necessidade de ter outro emprego para complementar a renda.

Diante dessa reflexão, identificamos que a interpretação exige alto grau de esforço cognitivo, demandando habilidades além de apenas conhecer os sinais da língua, mas necessita

ter conhecimento de mundo, competências tradutórias, conhecimento da cultura, dentre outras. Além de se ter um pouco tempo para ouvir a mensagem, acessar seu arquivo mental e reproduzir em outra língua. Neste sentido, é preciso também um olhar cuidadoso para que se possa conservar a saúde mental e física do profissional.

Identificamos que existem diversos desafios profissionais, dentre eles, a parceria entre o professor e o intérprete, havendo a necessidade de planejamento e envio de materiais para que a interpretação seja realizada de forma qualificada.

Ademais, boa parte dos entrevistados relataram que é preciso a maior circulação das línguas no Departamento.

Conforme vimos, a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021), que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, na qual a Libras é instituída como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

No que tange ao Ensino Superior, que é o caso da pesquisa em questão, a Lei estabelece que:

§ 3º Na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

Corroboramos com o fato de que todos os atores sociais partícipes do processo educacional possam construir e dialogar em conjunto sobre possíveis estratégias para a oferta da Educação Bilíngue. Destacamos a importância da formação continuada para possíveis discussões, diálogos, reflexões e construções de novos conhecimentos e parcerias com os docentes, alunos e toda a comunidade acadêmica para o avanço e desenvolvimento de uma prática bilíngue em um processo de produção de conhecimento, interpretação e tradução.

Ressaltamos que a Educação Surdos, em uma perspectiva bilíngue, parte da perspectiva surda, ou seja, deve ter a participação dos surdos no planejamento, desenvolvimento e avaliação das políticas educacionais.

E seguindo as orientações de Quadros (2019), a Educação Bilíngue para surdos no Brasil envolve as duas línguas, que precisam ter o mesmo peso, com os informes e comunicados sendo

realizados nas duas línguas e que deve ser a partir de uma perspectiva social, cultural e linguística, a saber, uma perspectiva intercultural bilíngue.

Dentre os objetivos propostos na pesquisa, vimos que descrevemos as percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras, assim como suas práticas no Curso de Pedagogia Bilíngue. Analisamos as percepções dos profissionais, abordamos os tipos de Bilinguismo, pontuamos possíveis estratégias metodológicas para a efetivação da Educação Bilíngue e identificamos determinadas práticas bilíngues utilizadas no Departamento de Ensino Superior do INES.

Ainda há muitas reflexões a serem feitas, contudo nos propusemos a discutir uma pequena parcela desta realidade que não se esgota aqui. A proposta visou a contribuir com a Educação de Surdos no sentido de produção de conhecimento e de políticas públicas orientadas a dar respostas a suas diversas demandas, entre as quais as novas demandas da educação bilíngue, principalmente as do Profissional Tradutor Intérprete de Libras neste contexto atual.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Minha pesquisa de mestrado tem o seguinte título: “Educação Bilíngue para Surdos: Ações e Práticas de trabalho, encantos e desventuras do e sobre o profissional Tradutor Intérprete de Libras no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos”, com a orientação da professora Sara Moitinho. A pesquisa está sendo desenvolvida pela pesquisadora Jennifer Welte Neves Rangel.

O sra. (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade refletir sobre a Educação Bilíngue do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos, assim como, as ações e práticas de trabalho do e sobre o profissional Tradutor Intérprete de Libras. A partir disso, elaborar um e-book com o material coletado sobre as práticas do tradutor intérprete de Libras no Departamento de Ensino Superior e apontar ações que podem ser desenvolvidas para que o ambiente se torne cada vez mais bilíngue, contribuindo para área educacional de surdos.

Os participantes da pesquisa serão 10 intérpretes não surdos atuantes no Departamento de Ensino Superior do INES.

Ao participar deste estudo a sra. (sr.) permitirá que o (a) pesquisador (a) (...). A sra. (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra. (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Sua participação se dará através de realização de uma entrevista, nesta ocasião o/a entrevistado/a inicialmente preencherá uma ficha com alguns dados que permitam caracterizar globalmente o perfil dos/as participantes. Em seguida, será agendado o momento da entrevista que será realizada de forma remota. Para a obtenção de um registro adequado da entrevista será utilizado ferramentas do google *meet*, ZOOM ou formulário no google e será gravada. A finalidade das gravações é para melhor sistematização, organização e análise da coleta de dados. Ressaltando que na pesquisa não haverá menção de nomes. Os dados divulgados serão apenas para divulgação científica.

Cabe ainda destacar os riscos da pesquisa que são referentes a exposição da prática profissional, possibilitando ocasionar constrangimentos ao opinar sobre sua prática profissional. O entrevistado pode se sentir constrangido ao considerar o juízo de valor que seus colegas de trabalho podem fazer com relação a suas opiniões acerca do ambiente de trabalho.

Portanto, é de responsabilidade do pesquisador prestar assistência a qualquer consequência adversa que possa ocorrer em decorrência da pesquisa.

Fica assegurado o seu direito de pedir quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação na mesma em qualquer momento caso se sinta desconfortável.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceito participar da mesma. Você está aceitando participar, se concordar assine abaixo, estando ainda ciente que a cópia da pesquisadora permanecerá arquivada no Departamento de Educação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – DESU/INES.

Endereço: Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, 22240-003.

Telefone: (21) 2285-7546

Rio de Janeiro, de outubro de 2021.

Nome e assinatura do/a entrevistado/a

Jennifer Welte Neves Rangel

Matrícula 30.2020.15

Contato por e-mail (ou por telefone) :

Contato do pesquisador(a): jennifer@ines.gov.br

APÊNDICE B
Questionário aplicado aos intérpretes para coleta de dados

Dados dos/ das intérpretes

1- Dados Pessoais

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone _____

E-mail: _____

Data do nascimento: _cor: _____ Idade: _____ Bairro onde mora: _____

Tem filhos _____ Estudam em escola pública _____

2- Formação Acadêmica:

a) Ensino médio/normal (especificar o/os curso/s realizado/s: nome, instituição, ano em que terminou o curso e natureza - Público ou Privado)

b) Graduação (especificar o/s curso/s realizado/s: nome, instituição, ano em que terminou o curso e na natureza Público ou Privado).

c) Pós-Graduação (especificar o/s curso/s realizado/s: nome, instituição, duração, ano em que terminou o curso e a natureza Público ou Privado).

Especialização:

Nome _____ do _____ curso: _____
 _____ Nome _____ da

Instituição: _____

Concluído () Ano de Conclusão: _____ Em curso ()

Mestrado:

Nome _____ do _____ Curso: _____
 _____ Nome _____ da

Instituição: _____

Concluído () Ano de Conclusão _____ Em curso ()

Doutorado:

Nome _____ do _____ Curso: _____
 _____ Instituição: _____
 _____ Concluído () Ano de
 Conclusão _____ Em curso ()

d) Outros (destacar aqueles que considerar de maior relevância: nome, instituição, duração, ano do término). Extensão Universitária, Curso de Capacitação etc.

3- Experiência Profissional

() Escola Pública

() Escola Privada

Número de anos de experiência como intérprete:

Docência em interpretação:

Escola de Educação Infantil Sim () Não ()

Escola de 1º ao 4º ano Sim () Não ()

Escola do 5º ao 9º ano Sim () Não ()

Ensino Superior Sim () Não ()

Pós-Graduação (Especialização) Sim () Não ()

Experiência atual (nome da/s escola/s, segmento, disciplinas que leciona)

4- Participação em movimentos, organizações, sindicatos, grupos comunitários etc.

Sim

Não

Caso positivo, especificar (nome, tipo de participação etc.).

5- Outros aspectos que queira acrescentar

APÊNDICE C
ENTREVISTA COM OS INTÉRPRETES NÃO SURDOS

1. Como você se tornou tradutor intérprete de Libras?
2. Quais as características consideram serem necessárias para uma atuação qualificada enquanto profissional tradutor intérprete de Libras?
3. Quais são os desafios profissionais enfrentados dentro do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos?
4. Quais as características você considera importantes para que um ambiente seja considerado bilíngue?
5. Você considera o DESU/INES um ambiente bilíngue? Justifique sua resposta
6. Quais as iniciativas poderiam ser colocadas em prática para que o DESU/INES possa ser um ambiente bilíngue?
7. Você enquanto profissional tradutor intérprete de Libras participa e contribui de reunião pedagógica realizada no DESU/INES?
8. Quais as ações e práticas poderiam ser adotadas para aprimorar seu cotidiano de trabalho?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Severina Mariano da Silva. CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. O papel do Intérprete de Libras no processo de ensino-aprendizagem do(a) aluno(a) surdo(a). Revista Educação Pública. ISSN: 1984-6290. Fundação Cecierj – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

ALBRES, Neiva de Aquino. KELM, Giliard Bronner. Um, dois ou mais intérpretes em sala de aula? Não se trata apenas de uma questão numérica. Universidade de Santa Catarina. Revista UFG. 2020, v.20: e66423

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco *et al.* A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. Enepq, Brasília, DF, p. 1-16, 2013. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281285824> Acesso em: 07 maio 2022.

BARBOSA, Diego Maurício. Omissões na interpretação simultânea de conferência: Língua Portuguesa – Língua Brasileira de Sinais. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós graduação em Estudos da Tradução. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2014.

BARROSO, Rennan Alberto dos Santos. Reflexões do papel do Tradutor Intérprete de Libras. Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Editora realize, 2020.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

BRASIL. Lei nº13.0005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

CAMPELLO, Ana Regina. Rezende. Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da Escola Bilíngue para Surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR

CARDOSO, Alexandre Bet da Rosa. Vídeo Registro em Libras: Uma proposta de acesso ao pensamento original aos surdos. Dissertação de Mestrado. Florianópolis 2016.

CRISTIANO, Almir. Os cinco parâmetros da Libras. Acesso em: 22/09/2022. Disponível em: <https://www.libras.com.br/os-cinco-parametros-da-libras>

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA. Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Guias – Intérpretes de Línguas de Sinais. Fortaleza - CE, 13 de abril de 2014.

Coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades e educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DECLARAÇÃO DO I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. I Fórum do Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

DINIZ, Ruan Sousa. Entre a espetacularização do traduzir e a coisificação do intérprete de Libras/Português: Apontamentos de uma realidade paralela. Periódico Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista Espaço, 53, jan-jun 2020

FERNANDES, Sueli de Fátima. Educação Bilíngue para Surdos: Identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes e RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michael Foucault: Reflexões teóricas. Revista de Administração Pública, 2010.

GUARINELLO, ET AL. Qualidade de vida do profissional intérprete de língua de sinais. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Distúrbio Comun, São Paulo, 29(3): 462-469, setembro, 2017

GUEDES, Waldenise MariaMartins. Línguas em contato no Oiapoque: As Comunidades Indígenas Karipunas. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes), Universidade Federal do Pará. Belém, p.120.2005.

KARNOPP, Lodenir Becker. KLEIN, Madalena & LAZZARIN-LUNARDI, Marcia Lise. Produções culturais surdas no contexto da Educação Bilíngue. Periódico acadêmico- científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista Espaço. Rio de Janeiro. nº 56 Jul-dez 2021

KAUFMANN, Jean-Claude. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013, 202p., ISBN: 978-85-326-4637-8.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *Intérprete de Libras. Em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Editora Mediação, Porto Alegre, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa e. GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Relato de pesquisa. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.17, n.3, p.481-496, Set.-Dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vgRJr46ZgrCmcRM5wS74ktF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04/05/2022.

LARA, Ana Paula Gomes. *Experiências de Protagonismo Surdo*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, 2021.

LISBOA, Leandro Vieira. *Qualidade de vida dos profissionais que utilizam Libras na Educação*. Editora Arara Azul. Edição N° 26 / Setembro de 2019 – ISSN 1982-6842. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes. Acesso em: 17/05/2022.

MAGALHÃES, Evandro. *Sua Majestade, O Intérprete. O fascinante mundo da tradução simultânea*. Parábola Editorial. São Paulo, SP, 2007.

MARCIO, Holossi. *Professores Surdos diante das práticas pedagógicas bilíngues*, 2019.

MEGALE, Antonieta. *Educação Bilíngue no Brasil*. Fundação Santillana. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/COGETIC/Downloads/Educacao Bilingue no Brasil%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/COGETIC/Downloads/Educacao%20Bilingue%20no%20Brasil%20(2).pdf) Acesso em: 27/04/2022.

MENDES, Renata Maria Oliveira. *O uso de material didático em Libras como ferramenta inclusiva para alunos surdos*. Trabalho de Conclusão de Curso. Ponta Grossa, 2018.

MENDOÇA, Patricia Soares de & MACHADO, Laís Rubert. *A Qualidade de vida no trabalho promovida pela ginástica laboral*. 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Letícia Fernandes Alvarenga, et all. *Processo de Aquisição da Linguagem do Sujeito Surdo: Uma análise do Bilinguismo como prática social*. Revista Fórum. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Rio de Janeiro. nº 38 – Jul - Dez 2018.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. *A mobilização da competência interpretativa na atuação de Conferências: Uma reflexão a partir do modelo do PACTE*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). *DESAFIOS PARA A PESQUISA NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19. Boletim de Conjuntura*, [S.L.], v. 14, p. 1-11, 2 maio 2021. Semanal. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.4513773>. Disponível em: <https://www.revista.ufrr.br/boca>. Acesso em: 02 maio 2022.

PAGURA, RJ. *Tradução & interpretação*. In: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. *Tradução & perspectivas teóricas e práticas* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 183-207. ISBN 978-85-68334-61-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Proposta Curricular para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos da Educação Básica e do Ensino Superior: Caderno Introdutório. Ministério da Educação. DIPEBS/SEMESP. 2021.

QUADROS, Ronice Muller. DALCIN, Gladis. MACHADO. Paulo César et all. Estudos Surdos I. Editora Arara Azul. Petrópolis, RJ, 2006.

QUADROS, Ronice Muller. LIBRAS. (Linguística para o Ensino Superior; 5). São Paulo, 2019.

REIDI, João Marcelo & PANSSONATO, Renan Schimidt Profeta. Dia Nacional do Surdo. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Acesso em: 22/09/2022. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/noticias/toledo/dia-nacional-do-surdo>

RELATÓRIOS DE GESTÃO. Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: https://www.gov.br/ines/pt-br/ensino-superior/sobre-o-departamento-1/documentos-departamentais/copy_of_relatorios-de-gestao Acesso em 05/05/2022.

RELATÓRIO TÉCNICO. 7º Prolibras. Exame Nacional de Certificação na Libras. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Universidade Federal de Santa Catarina.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Competência em Tradução e Línguas de Sinais: A modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 287-318, jan./abr. 2018.

RODRIGUES. Cristiane Seimetz. VALENTE. Flávia. Intérprete de Libras. Curitiba, 2011.

ROCHA, Solange Maria da. Visitando o Acervo do INES. Periódico Acadêmico-Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista Espaço. Rio de Janeiro. nº 46 jul-dez 2016.

SANDRI, Cátia Simone Pinto. Estratégias de comunicação organizacional e gestão de crise de imagem em instituição pública de ensino. Programa de Pós graduação em Administração e Mestrado Profissional em Administração. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2016.

SANT'ANNA. Sérgio et al. A liquidez da modernidade na narrativa de Sérgio Sant'Anna: representações do desejo e da violência. estud. lit. bras. contemp., Brasília, n. 62, e6215, 2021.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A interpretação de Libras para o Português em Conferência: Uma reflexão a partir do olhar do palestrante surdo. In: Anais do 5º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução & Interpretação de Libras e Língua portuguesa. Florianópolis: UFSC - CCE, 2016.

SILVA, Ronaldo Quirino da. O intérprete de Libras no Contexto Superior: Visão sobre suas práticas. Universidade Tuiti do Paraná. Curitiba 2016. Dissertação de mestrado em Distúrbios da Comunicação.

SILVA. Ronaldo Quirino da & Schubert Silvana Elisa de Moraes. O trabalho do intérprete de Libras educacional e a constituição do profissional entre significados e sentidos do ato interpretativo. Anais Eletrônicos do XIV Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 16 a 19 de setembro de 2019.

SILVEIRA, Bráulio de Oliveira. O desenvolvimento da Competência Tradutória e o currículo do Bacharelado em Letras – Ênfase em tradução: Inglês da FALE – UFJF. 2009. Trabalho de Conclusão de curso. Disponível em: https://www2.ufjf.br/bachareladotraducao//files/2011/02/Br%c3%a1ulio_TCC.pdf / Acesso em 18/03/2022.

SOUZA. Tanya Amara Felipe de. Bilinguismo e Educação Bilíngue: Questões teóricas e práticas pedagógicas. Revista Fórum. Pág. 1-16. ISSN Impresso: 1518-2509 ISSN Eletrônico: 2525-6211 Instituto Nacional de Educação de Surdos, RJ, 2012.

SKLIAR, Carlos. Bilinguismo e biculturalismo. Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Trabalho encomendado apresentado na XX Reunião Anual da Anped, Caxambu, setembro de 1997.

TARTUCI, Dulcéria. A Educação Bilíngue e o Acesso a Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil. Periódico Acadêmico-Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista Espaço. Rio de Janeiro. nº 44 | jul-dez 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. Disponível em: [file:///C:/Users/COGETIC/Downloads/VELHO,%20Gilberto.%20Observando%20o%20familiar%20\(Cap9%20em%20Individualismo%20e%20cultura\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/COGETIC/Downloads/VELHO,%20Gilberto.%20Observando%20o%20familiar%20(Cap9%20em%20Individualismo%20e%20cultura)%20(1).pdf) Acesso em 05/05/2022.

Jennifer Welte Neves Rangel

OLHARES & VIVÊNCIAS

Bilíngüismo em pauta



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
BILÍNGUE

**O Tradutor Intérprete de Libras no
Curso de Pedagogia Bilíngue do
Instituto Nacional de Educação de
Surdos: Olhares e Vivências, o
Bilinguismo em pauta**

Rio de Janeiro
Novembro/2022

JENNIFER WELTE NEVES RANGEL

Orientadora: Prof. Dra. Sara Moitinho

Novembro
2022

CRÉDITOS

Orientação

Sara Moitinho

Projeto gráfico, editoração, ilustração e design

Jennifer Welte , Vitor Rangel
e Rafael Monteiro da Silva

Criação e aplicação do QR Code

Jennifer Welte

Tradutora Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

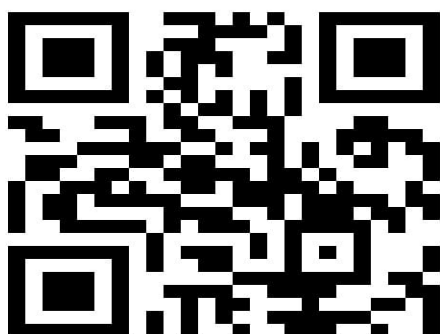
Jennifer Welte

Edição de Vídeo

Jennifer Welte



Carregue também toda informação que puder. Esse é outro item caro, mas tem a vantagem de ser leve. Leia muito, leia de tudo, de bula de remédio a tratados de filosofia, passando por mapas e histórias em quadrinhos. De sua capacidade de apreender e processar informação depende sua sobrevivência, aqui ou no Himalaia. Seja eclético, informe-se sem preconceitos. Entenda que sua capacidade de leitura deve ir além dos livros. Aprenda a ler os gestos, a entonação da voz (...)
(MAGALHÃES, 2007, p. 202)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
OBJETIVOS	8
O CURSO DE PEDAGOGIA BILÍNGUE DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	9
PÓS GRADUAÇÃO	11
O BILINGUISMO EM PAUTA	12
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	13
TIPOS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE E TIPOS DE BILINGUISMO	14
PROPOSTAS DE BILINGUISMO	16
O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA	18
IMAGENS	19
O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DESAFIOS PROFISSIONAIS	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

APRESENTAÇÃO

O presente Ebook tem como função principal tornar o trabalho que foi realizado pela mestranda Jennifer Welte acessível para todos os leitores: surdos e ouvintes. O objetivo da dissertação foi descrever as percepções dos tradutores intérpretes de Libras e suas práticas e ações no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Sendo assim, o e-book tem como proposta primordial apresentar os principais pontos da dissertação em Língua de Sinais – a LIBRAS e com o uso de imagens e QR CODE. O trabalho também apresenta um movimento do avanço das conquistas da legitimação de direitos básicos e o reconhecimento da LIBRAS pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, e que é regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em que um de seus capítulos prevê a presença do intérprete de língua de sinais nos vários contextos educacionais e em diversas áreas de produção e construção de conhecimentos e todas essas demandas e ações abrem um campo de pesquisa e reafirmam a importância de estudos sobre a atuação do intérprete de língua de sinais, pois notamos que há poucas pesquisas sobre o tema em debate. Reafirmamos que o estudo sobre os tradutores intérpretes no contexto do ensino superior é relevante tanto para sua atuação e melhor compreensão de suas funções e práticas como para estruturação adequada de cursos de formação destinados a esses profissionais, tendo como objetivo valorização e fundamentação a sua práxis na área educacional e do ensino superior. Os tradutores intérpretes de língua de sinais se destacam como os responsáveis por ofertar a acessibilidade linguística aos surdos que frequentam as escolas desde a educação básica ao ensino superior, interpretando as aulas, os conteúdos ministrados, as ideias e as mais diversas ações e práticas que são desenvolvidas no contexto educacional.



Sara Moitinho

OBJETIVOS

Objetivo geral

- ✓ Descrever as percepções dos tradutores intérpretes de Libras e suas práticas e ações no Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos e a partir disso criar um E-book com apontamentos sobre a Educação Bilíngue.

Objetivos Específicos

- ✓ Analisar as percepções dos profissionais tradutores intérpretes de Libras e Língua Portuguesa no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos acerca de seu fazer profissional;
- ✓ Abordar os tipos de bilinguismo;
- ✓ Pontuar estratégias metodológicas para a Educação Bilíngue;
- ✓ Identificar as práticas bilíngues no Departamento de Ensino Superior do INES





O CURSO DE PEDAGOGIA BILÍNGUE DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, é uma Instituição centenária, fundada em 1857. E, – na qualidade de centro de referência brasileira no campo da surdez, solicita autorização para funcionamento de um Curso de Graduação em Pedagogia, com duas vertentes opcionais de habilitação: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Junto a demais instituições de ensino a serem oportunamente elencadas, o Colégio de Aplicação do INES estará disponível como campo de pesquisas e de estudos deste Curso.

A Portaria nº. 2830 de 17 de agosto de 2005, que autoriza o funcionamento do Curso Normal Superior - Licenciatura - com habilitações para o Magistério em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Foi dessa forma que o primeiro vestibular para ingresso realizou-se entre os dias 12 e 19 de março de 2006, Em 15 de maio de 2006, O Curso Normal Superior transformar-se em Curso de Pedagogia.



Anualmente, o Curso tem uma entrada de sessenta (60) candidatos a serem distribuídos em dois turnos da seguinte forma: trinta (30) alunos no Turno Matutino e outros trinta (30) no Noturno. O Colégio de Aplicação do INES tem como proposta o campo de pesquisas, estudos e estágios curriculares do presente curso.

O processo seletivo aberto a alunos surdos e não surdos, com a exigência de apresentar suficiente fluência em Língua Brasileira de Sinais. A Libras é a língua de instrução do curso e o Instituto conta com Tradutores Intérpretes de Libras concursados que atuam em todas as atividades. Os cursos de graduação e pós-graduação possuem 50% das vagas para candidatos surdos e outras 50% para candidatos não surdos. Os egressos deste curso recebem o diploma de licenciatura em Pedagogia pela UFRJ podendo atuar nas mais diversas áreas autorizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. O processo seletivo conta com duas fases, ambas eliminatórias: uma prova de redação e uma prova de conhecimentos da Libras. O curso presencial não aderiu ao SISU- ENEM

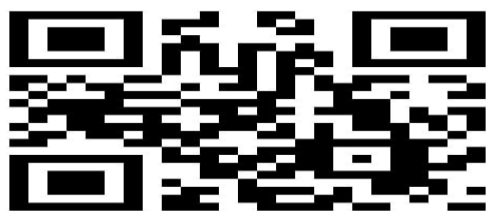




FOTO DA PRIMEIRA TURMA DO MESTRADO

PÓS-GRADUAÇÃO

O Departamento de Ensino Superior – DESU - passou a ofertar também cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Em 2018 foi aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a proposta do Mestrado Profissional em Educação Bilíngue. O projeto de construção de uma pós-graduação stricto sensu começou a se concretizar no final de 2014, a partir da entrada de um corpo docente concursado com formação predominante em nível de doutorado.

Em 2019, foi realizado o primeiro processo seletivo de alunos, havendo mais de 300 inscritos, o que indica a forte demanda por formação profissional na área. Foram aprovados 39 candidatos, iniciando-se a primeira turma do curso em 2020. Abaixo temos a foto do segundo dia de aula da primeira turma do Mestrado Profissional de Educação Bilíngue com seus 39 alunos.

Atualmente, o Departamento conta com Curso de Graduação em Pedagogia Modalidade Presencial; b) Curso de Graduação em Pedagogia Modalidade a Distância; o curso de Pós Lato Sensu Interculturalidade e descolonização na educação de surdos, Curso de Pós Lato Sensu Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção, Curso de Pós Lato Sensu Língua Portuguesa: leitura e escrita no ensino de surdos e pós de tradução de textos de português para Libras, além do Curso de Pós Stricto Sensu – Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilingue.

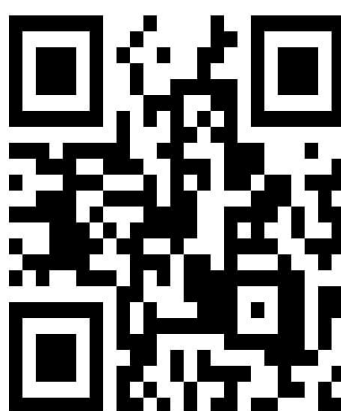
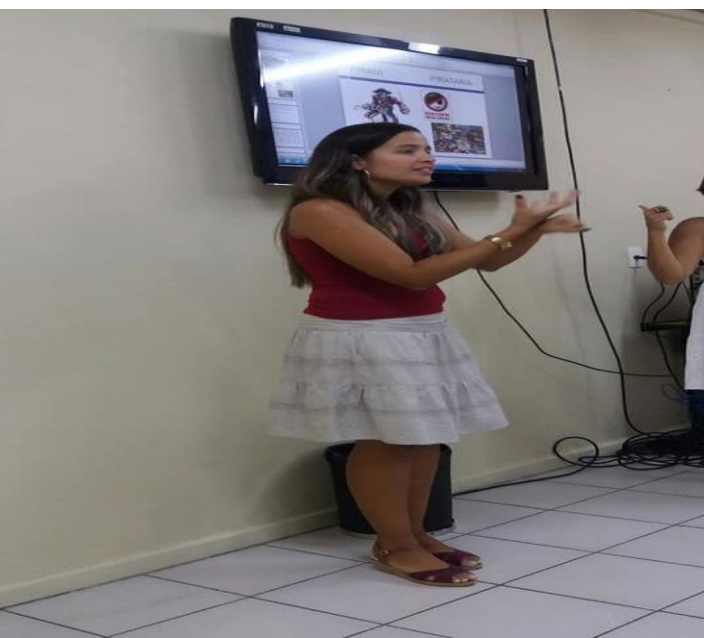


O Bilinguismo em pauta

Para Quadros (2019) as definições de bilinguismo variam muito, pois segundo a autora há muitas formas de ser bilíngue. Segundo Quadros, o bilinguismo para surdos é uma proposta educacional que tem como objetivo tornar acessível para o aluno surdo a aprendizagem de duas línguas que visa o desenvolvimento social, cultural e cognitivo em diálogo com as duas línguas, quais sejam: a língua de sinais e a língua portuguesa na modalidade escrita.

Para Quadros (2019), a educação bilíngue para surdos precisa ser constituída como um ponto de partida para uma discussão política sobre as mudanças pedagógicas, refletindo sobre as identidades surdas, relações de poder e conhecimentos entre surdos e não surdos, o currículo, o projeto pedagógico da escola, dentre outros

Assim, segundo Skliar (1998), a educação para surdos ainda é um tema marcado por polêmicas e conflitos, devido ao conceito da inclusão, que é um tanto quanto obscuro, somado à falta de profissionais qualificados que sejam fluentes em língua de sinais e que tenham identificação e comprometimento com a cultura surda. Não é o suficiente simpatizar-se com a língua de sinais, é preciso respeitar e compreender a cultura surda..



A importância da Educação Bilíngue no Contexto da Educação de Surdos

A Educação Bilíngue no contexto da Educação de Surdos é permeada por diversos paradoxos. De acordo com Campello & Resende (2014) a Educação Bilíngue busca uma política educacional que contemple os anseios dos discentes surdos, que considere as lutas sociais da pessoa surda. A Educação Bilíngue não concerne a apenas a utilização de duas línguas, mas almeja que desde a mais tenra idade a criança surda tenha a possibilidade de adquirir sua identidade linguística.

Tartuci (2015) ainda destaca que 90% das crianças surdas brasileiras tem pais ouvintes e o que o acesso a Libras ocorre tardiamente. Desse modo, a autora expõe que a Educação bilíngue e o acesso a Língua de Sinais desde a Educação infantil é fundamental

Ao refletir acerca da Educação Bilíngue para surdos, Skliar (1998) afirma que o bilinguismo não é uma combinação de recursos, expondo que temos a sensação de que o termo bilinguismo diz tudo, mas, ao mesmo tempo, não diz nada acerca da educação para surdos. Por um lado, propõe afirmar a existência de duas línguas na vida dos surdos, o que diz tudo, mas não diz nada, pois por trás dessas línguas há culturas, formas de ver o mundo, instrumentos cognitivos, conteúdos culturais, dentre outros, que geralmente não são reconhecidos. A questão da identidade dos surdos é um eixo fundamental a se considerar. Havendo a necessidade de estabelecer temas culturais, difundir a língua de sinais, gerar um processo de plena participação dos surdos como cidadãos, gerar ações para que compreendam a profissionalização e o mundo.



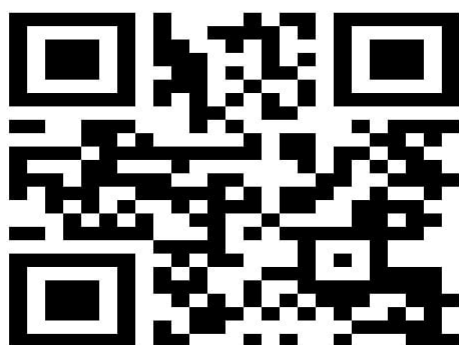
Tipos de Educação Bilíngue e tipos de Bilinguismo

Felipe (2012) nos apresenta os tipos de Bilinguismo:



“(...) bilinguismo primário, quando duas línguas são adquiridas naturalmente; bilinguismo secundário, quando a segunda língua é aprendida formalmente e bilinguismo receptivo e produtivo. O primeiro acontece quando apenas são desenvolvidas competências linguísticas para ouvir e ler; o segundo, quando, além dessas competências, são desenvolvidas outras competências linguísticas que permitem falar e escrever.” (FELIPE:2012, p.3 APUD BAKER, 2006)

O bilíngue – não o idealizado, mas o de verdade – não exhibe comportamentos idênticos na língua X e na língua Y. A depender do tópico, da modalidade, do gênero discursivo em questão, a depender das necessidades impostas por sua história pessoal e pelas exigências de sua comunidade de fala, ele é capaz de se desempenhar melhor em uma língua do que na outra – e até mesmo de se desempenhar em apenas uma delas em certas práticas comunicativas. (MAHER, 2007, p. 73 APUD MEGALE,2019, p.20)

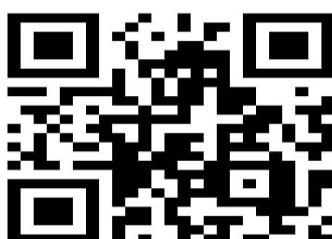


Propostas de Bilinguismo

De acordo com Felipe (2012), ao se analisar os tipos de propostas bilíngues que estão acontecendo em outros países, se verifica que podem ser fracas ou fortes, conforme modelos que vemos a seguir:



- A proposta Bilíngue de Submersão, objetiva a assimilação da cultura dominante e o monolinguismo, na qual os alunos de minoria linguística estudam junto com alunos de língua majoritária em escola regular, mas os professores e nem os alunos de língua majoritária utilizam a língua minoritária. Apenas podem usar sua língua se tiverem muita dúvida para entender, gerando stress, baixa autoestima, podendo até gerar evasão. Tal proposta tem sido utilizada em escolas regulares, com inclusão de poucos surdos, onde nem alunos ouvintes nem os professores se comunicam em Libras com os alunos surdos, na maioria das vezes a Libras não é a língua de instrução, utilizada nem por um intérprete, os alunos surdos tentam se comunicar por Libras ou português, mas seu desempenho em ambas as línguas é incipiente.
- Proposta Bilíngue na Submersão com classe de língua separada, os alunos estão na mesma sala misturados e vão para outra sala nas aulas de língua majoritária. Os alunos que se retiram podem se sentir inferiores. Os objetivos são os mesmos da proposta anterior.
- Proposta bilíngue no Ensino Segregacionista, onde apenas a língua minoritária é utilizada na escola. Podendo manter um apartheid, pois não irá aprender a língua dominante, perpetuando sua exclusão nas decisões políticas.
- Proposta de Educação Bilíngue transitória, é assimilacionista. O ensino inicia a partir da língua materna das crianças, até passar a trabalhar apenas a língua majoritária.
- Proposta Bilíngue na Educação regular com ensino de uma língua estrangeira, onde apenas uma língua majoritária é ensinada na escola, mas com tempo insuficiente, apenas em um período de uma disciplina, sendo chamada de “alimentação por gotejo”, na qual os alunos não apresentam o mínimo de competência linguística.
- Proposta Bilíngue na Educação Separatista visa o monolinguismo em uma língua minoritária, na qual um grupo opta pela autoproteção, rejeitando o pluralismo.
- Proposta Bilíngue por imersão, tem como objetivo o bilinguismo, surgiu no Canadá, que é um país bilíngue, na qual os pais queriam que eles se tornassem bilíngues.
- Proposta Bilíngue de Manutenção e educação bilíngue em língua patrimonial, objetiva o bilinguismo pleno, em que as minorias usam sua língua como língua de instrução, fortalecendo suas identidades. As línguas são utilizadas separadamente em dias alternados. Essa escola bilíngue aditiva busca o bilinguismo pleno.
- Proposta Bilíngue de direção dupla em duas línguas, se refere a equivalência de alunos que usam a língua minoritária e uma língua majoritária.
- Proposta Bilíngue geral, visa o bilinguismo na educação formal, onde duas línguas majoritárias podem ser trabalhadas como línguas de instrução.



O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

Os Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa atuam na em todas as atividades do Departamento. Quais sejam, na interpretação simultânea nas aulas da graduação, pós graduação, orientação de TCCs, Colegiado, reuniões, dentre outros.

De acordo com Lacerda & Gurgel (2011), o profissional não ocupa o lugar do professor ou tem a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula envolve tarefas educativas, o levando a práticas diferenciadas, já que seu objetivo não é apenas o de interpretar, mas também de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. Na década de 1980 e 1990 aumentaram o número de crianças surdas inseridas em escolas regulares, e conseqüentemente a procura por tradutores intérpretes de Libras.

NA IMAGEM A INTÉRPRETE
SUZANA EM ATUAÇÃO NO
DEPARTAMENTO DE ENSINO
SUPERIOR DO INES



IMAGENS



SALA DE TRADUÇÃO

Consideramos importante destacar a distinção entre traduzir e interpretar. Não obstante, o tradutor intérprete de Libras obter certificação em ambas as áreas, elas se distinguem entre si. Pagura (2015) nos mostra que a tradução envolve uma língua escrita, ou seja, a conversão de um texto escrito em uma língua, denominando língua de partida para uma língua de chegada. Consiste que a tradução é escrita e a interpretação oral



**SADA DOS TRADUTORES
INTÉRPRETES DE LIBRAS**

Durante todo o Curso, há presença de tradutores-intérpretes de Libras/Língua Portuguesa que atuam em todas as atividades letivas, também oferecem apoio extraclasse, juntamente com professores orientadores para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Os intérpretes estão divididos em três grupos para atuarem nas seguintes atividades: interpretação em sala de aula (manhã e noite); atividades de pesquisa, extensão, defesa de TCC entre outras (tarde); tradução de textos acadêmicos, provas e demais documentos informativos (manhã/tarde);



**SALA DE AULA XDO CURSO DE
PEDAGOGIA BILÍNGUE**

(...) Além dos conhecimentos necessários para que a sua interpretação evite omissões, acréscimos ou distorções de informações de conteúdos daquilo que é dito para a língua de sinais, ele deve estar atento as apreensões feitas pelos alunos surdos e aos modos como eles efetivamente participam das aulas. Muitas vezes, é a informação do IE sobre as dificuldades ou facilidades dos alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem que norteia uma ação pedagógica mais adequada dos professores (PIRES; NOBRE, 2004 APUD LACERDA 2009, p.34).





NOMES DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

Verificamos que, o tradutor intérprete de Libras atua como educador, atento as dificuldades, na mediação e favorecimento da construção dos conhecimentos. Lacerda (2009) nos mostra que o professor é o responsável pelo planejamento das aulas, pelo desenvolvimento e avaliação dos alunos, porém, o intérprete tem vasto conhecimento sobre os alunos surdos e a surdez, podendo colaborar com o professor, na sugestão de atividades, indicando processos complicados, dentre outros, buscando a parceria entre professor/intérprete.

Identificamos que, a Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010) que regulamentou a profissão situa que a sua formação deve ser realizada a nível de ensino médio:

Art. 4º - A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.





IMAGEM DA TRADUTORA INTÉRPRETE SULLIANDRA EM ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO AUDITÓRIO DO INES

Interpretar é tomar decisões, e a boa decisão depende não do volume de informações disponíveis, mas de nossa capacidade de extrair o máximo de significado mesmo na menor fatia de realidade. Isso é particularmente importante diante de limitações de tempo, processamento e conteúdo. (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

Os intérpretes estão sempre correndo contra o tempo. Vivem sob pressão. (...) nem sempre podem se dar ao luxo de uma longa coleta de informações. Têm que fazer mais com menos. Precisam editar, limitar a oferta de alternativas, atalhar processos morosos de seleção. Precisam ser econômicos e objetivos. Precisam manter a frugalidade, como diria Gladwell. Essa mente adaptável inconsciente nos capacita a fazer exatamente isso. (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

Consideramos importante destacar a distinção entre traduzir e interpretar. Não obstante o tradutor intérprete de Libras obter certificação em ambas as áreas, elas se distinguem entre si. Pagura (2015) nos mostra que a tradução envolve uma língua escrita, ou seja, a conversão de um texto escrito em uma língua, denominando língua de partida para uma língua de chegada. Consiste que a tradução é escrita e a interpretação oral.





NA IMAGEM A INTÉRPRETE RAQUEL
EM ATUAÇÃO

O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DESAFIOS PROFISSIONAIS

A pesquisa foi realizada com 10 tradutores intérpretes de Libras do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que realizam suas atividades no Curso de Pedagogia Bilíngue. Considerando ainda que, o tradutor intérprete acompanha as aulas do Ensino Superior de segunda a sexta, interpretando as mais diversas disciplinas, exceto a disciplina de Libras, na qual os alunos estão se aprofundando no conhecimento da língua ou quando algum docente possui a fluência em Libras e não requer o profissional, almejamos refletir sobre tais ações pedagógicas realizadas pelo profissional.

Dentre os desafios profissionais foram citados:

*.Ser visto enquanto profissional, ser respeitado. Muitos sabem Libras e pensam que conseguem fazer o que fazemos e não valorizam. Por se cargo de ensino médio, não valorizam muito.
(Thomas)*

*Atuar no Ensino Superior, sendo efetivo no concurso de nível médio, sem saber todos os conteúdos curriculares, a exigência é enorme, mas existe uma defasagem salarial. Há um desprestígio, pois os doutores nos veem como ensino médio.
(Alice)*



O pesquisador Barbosa (2014, p. 20,21) também aponta para o contexto que o tradutor intérprete está imerso:

(...) podemos perceber que o ILS lida com uma alta carga de complexidade e estresse durante o trabalho, gerenciando inúmeras demandas que são até mesmo cognitivas, (...) onde afirma que na IS o intérprete gerencia quatro esforços: o processamento, a memória de curto prazo, a produção e a coordenação destes esforços que acontecem de forma simultânea.

Barbosa (2014) nos mostra que a demanda pelas tomadas decisões do intérprete é mais do que lidar com duas línguas diferentes, mas trata-se de questões cognitivas que também passam pelo controle do intérprete. Barbosa (2014 apud Daniel Gile, 1999) aponta que o intérprete lida com quatro esforços cognitivos simultaneamente, quais sejam: Audição e Análise (A), Memória de Curto Prazo (M), Produção (P) e a Coordenação dos Esforços (C):

A (Esforço de Audição e Análise): todas as ações que são voltadas para o entendimento completo do texto na língua fonte;

M (Esforço de Memória de Curto Prazo): a ação de reter e disponibilizar informações do texto da língua fonte para serem produzidas na língua alvo;

.P (Esforço de Produção): todas as ações até a concretização da produção do texto na língua alvo, ou seja, representação mental, organização do discurso e produção do mesmo;

.C (Esforço de Coordenação): a ação de coordenar todos os esforços simultaneamente de forma equilibrada (BARBOSA 2014, p.41)



NA IMAGEM AINTÉRPRETE RENATA EM ATUAÇÃO



Barbosa (2014, apud Leeson, 2005) com base em Gile (1995) ainda aponta algumas estratégias a serem utilizadas pelos profissionais:

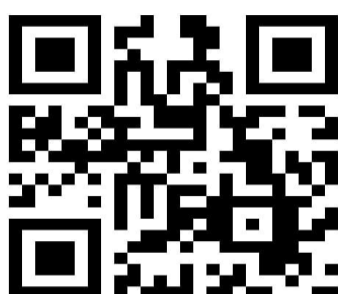
Omissão: é utilizada conscientemente pelos intérpretes, por exemplo: quando existe redundância no texto na língua fonte;

.Adição: é utilizada com o objetivo de deixar claro o texto da língua fonte para o público da língua alvo, por exemplo: o intérprete adiciona uma informação que não foi passada no texto da língua fonte;

Substituição: é utilizada em casos de pressão do tempo, por exemplo: o intérprete escolhe um termo ou uma frase que seja mais específica ou menos detalhada que a informação na língua fonte. Neste caso, existe a junção de suas estratégias, a omissão e a substituição, e o intérprete tem consciência de que a informação omitida pode fazer falta ao longo do trabalho;

.Parafraseamento: é utilizada principalmente quando o intérprete entende a informação produzida na língua fonte, porém não conhece este conceito ou ele pode não existir na língua alvo. (BARBOSA, 2014, p.45)

NA IMAGEM A INTÉRPRETE SHEILA EM ATUAÇÃO



EDITAL Nº 019 DE 2021

**EDITAL PARA O PROCESSO SELETIVO AO CURSO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE**



EDITAL nº 027/2022

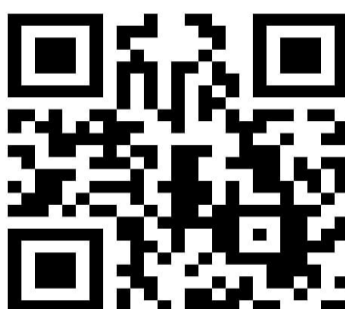
**EDITAL PARA O PROCESSO SELETIVO AO CURSO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE**



**MESTRADO
PROFISSIONAL**
em Educação Bilíngue do INES

Os professores começam a sinalizar, alguns timidamente, outros, mais audazes, se arriscam mais. Alguns já defendem a língua de sinais e, em reuniões, já começam a sinalizar. O Curso de Libras é ofertado pela gestão, com conceitos e sinais que possam ser usados em sala de aula. Alguns aventureiros já dispensam os intérpretes, aulas em Libras, perfeitos? Talvez não, mas, pelo esforço, a experiência e a fluência virão por si próprios, é importante incentivarmos essas práticas. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019, p.76)

Outrossim, diversos comunicados oficiais, convocação de reuniões, colegiados, ofícios, dentre outros, são gravados em Libras, disponíveis em canal do Youtube, como vemos na imagem acima.



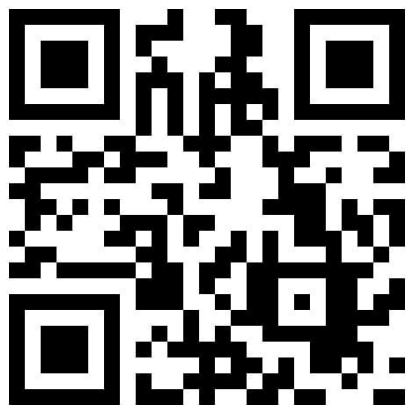
A escola bilíngue que parte da Libras precisa apresentar um ambiente linguístico na qual as pessoas usem essa língua para conversar, para interagir e para ensinar. Desde a sinalização da escola até a conversa de corredor: Tudo deve passar pela Libras. Embora para os surdos a Língua Portuguesa envolva muito mais um processo formal, ela também pode estar presente, por exemplo, na sinalização do espaço, constituindo o bilinguismo no espaço escolar. A língua na informalidade, ou seja, nas conversas de corredor, no barzinho da escola, nos intervalos e na sala de aula, precisa ser a Libras. O português vem junto, mas não como a língua da informalidade, pois não é a principal língua de interação dos alunos surdos. (QUADROS, 2019, p.160)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo descrever as experiências e trajetórias dos Tradutores Intérpretes de língua de Sinais no Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Departamento de Ensino Superior – DESU. Partimos de entrevistas com 10 Tradutores Intérpretes que atuam em turmas do Curso de Pedagogia do 1º ao 8º período, nos dois turnos manhã e noite, realizadas entre novembro de 2021 a dezembro de 2021. As entrevistas foram realizadas de forma remota por conta da Pandemia do Coronavírus.

Desse modo, entendemos essa pesquisa como uma contribuição acadêmica que buscou uma discussão científica sobre a prática dos Tradutores Intérpretes de Libras no Curso de Pedagogia, assim como, uma contribuição para a formação, pois apresenta as experiências e as produções práticas das trajetórias dos Intérpretes na busca pela própria formação em seus espaços profissionais na escola, na universidade e na sociedade e que também tem como proposta o desejo de contribuir com uma perspectiva reflexiva acerca de seu fazer profissional, visando a reflexão e análise para uma prática que busca a qualidade do serviço prestado e valorização do profissional Tradutor Intérprete de Libras.



As análises apontaram a seriedade da formação profissional, por se tratar de tradução e interpretação de temas altamente complexos que necessitam de capacitação adequada. Além disso, mostrou a necessidade de equiparação salarial do cargo, tendo em conta o profissional atuar em nível superior e não em nível médio. Muitos profissionais têm a necessidade de ter outro emprego, para complementar a renda. Diante dessa reflexão, identificamos que a interpretação exige alto grau de esforço cognitivo, demandando habilidades além de conhecer apenas os sinais da língua, mas necessita ter conhecimento de mundo, competências tradutórias, conhecimento da cultura, dentre outras. Além de, ter um pouco tempo para ouvir a mensagem, acessar seu arquivo mental e reproduzir em outra língua. Neste sentido, é preciso também um olhar cuidadoso para que possam conservar a saúde mental e física do profissional. Identificamos que, existem diversos desafios profissionais, dentre eles, a parceria entre o professor e o intérprete, havendo a necessidade de planejamento e envio de materiais para que a interpretação seja realizada de forma qualificada.

Ademais, boa parte dos entrevistados relataram que é preciso a maior circulação das línguas no Departamento.

Ainda há muitas reflexões a serem feitas, contudo, nos propomos a discutir uma pequena parcela desta realidade que não se esgota aqui, portanto visou contribuir com a Educação de Surdos no sentido de produção de conhecimento e de políticas públicas orientadas a dar respostas as suas diversas demandas entre as quais as novas demandas da educação bilíngue, principalmente as demandas do Profissional Tradutor Intérprete de Libras neste contexto atual.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Diego Maurício. Omissões na interpretação simultânea de conferência: Língua Portuguesa – Língua Brasileira de Sinais. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós graduação em Estudos da Tradução. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

CAMPELLO, Ana Regina. Rezende, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da Escola Bilíngue para Surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR*

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras. Em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Editora Mediação, Porto Alegre. 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa e. GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Relato de pesquisa. *Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.3, p.481-496, Set.-Dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vgRJR46ZgrCmcRM5wS74ktF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04/05/2022.*

BRASIL. Lei nº 12.319, de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

MAGALHÃES, Evandro. Sua Majestade, O Intérprete. O fascinante mundo da tradução simultânea. Parábola Editorial. São Paulo, SP, 2007.

MEGALE, Antonieta. Educação Bilíngue no Brasil. Fundação Santillana. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/COGETIC/Downloads/Educacao_Bilingue_no_Brasil%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/COGETIC/Downloads/Educacao_Bilingue_no_Brasil%20(2).pdf) Acesso em: 27/04/2022.

RELATÓRIOS DE GESTÃO. Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: https://www.gov.br/ines/pt-br/ensino-superior/sobre-o-departamento-1/documentos-departamentais/copy_of_relatorios-de-gestao Acesso em 05/05/2022.

SOUZA, Tanya Amara Felipe de. Bilinguismo e Educação Bilíngue: Questões teóricas e práticas pedagógicas. *Revista Fórum*. Pág. 1-16. ISSN Impresso: 1518-2509 ISSN Eletrônico: 2525-6211 Instituto Nacional de Educação de Surdos, RJ, 2012.

QUADROS, Ronice Muller. LIBRAS. (Linguística para o Ensino Superior; 5). São Paulo, 2019.

SKLIAR, Carlos. Bilinguismo e biculturalismo. Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Trabalho encomendado apresentado na XX Reunião Anual da Anped, Caxambu, setembro de 1997.

TARTUCI, Dulcéria. A Educação Bilíngue e o Acesso a Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil. *Periódico Acadêmico-Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista Espaço*. Rio de Janeiro. nº 44 | jul-dez 2015.



Contato:
jenniwelte@gmail.com



Endereço:

Rua das Laranjeiras nº 232 - Laranjeiras
CEP: 22240-003 - Rio de Janeiro - RJ
www.gov.br/ines/pt-br

Telefones:

(21) 2285 7546 • (21) 2285 7949 • (21) 2285 7597